

Fernando Altair Pocahy

**“BOTANDO CORPO, FAZENDO GÊNERO”
REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE ESTETIZAÇÃO NA
(RE)DEFINIÇÃO CORPORAL DE MASCULINIDADES
JUVENIS (ENTRE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DE
ESCOLAS PÚBLICAS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS).**

Relatório de Estágio Pós-Doutoral
Recém-Doutor submetido ao Programa
de Pós-Graduação em Antropologia
Social da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do
Grau de Pós-Doutor

Prof^ª Supervisora: Dr^ª Miriam Pillar
Grossi

Florianópolis
2012

POCAHY, Fernando Altair. **“Botando corpo, fazendo gênero”.** **Representações e práticas de estetização na (re)definição corporal de masculinidades juvenis (entre estudantes de ensino médio de escolas públicas na Grande Florianópolis).** Relatório Final de Estágio Pós-Doutoral, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RESUMO

O presente relatório de atividades *Estágio Recém Doutor* apresenta os resultados alcançados a partir dos objetivos indicados no projeto de pesquisa submetido como condição de aceitação para a realização de pós-doutorado junto ao PPGAS, também pré-requisito para o acesso ao financiamento *Pós-doc UFSC-Reuni* (UFSC, 2006, 2010). Encontram-se neste documento o relato das atividades realizadas a partir de minha vinculação como pesquisador junto ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – NIGS, bem como parte de minha produção intelectual no período do pós-doutoramento, atendendo às metas dispostas no Plano de Execução. O plano de estudos “Botando corpo, fazendo gênero”. Representações e práticas de estetização na (re)definição corporal de masculinidades juvenis (entre estudantes de ensino médio de escolas públicas na grande Florianópolis) resultou em um estudo que procurou compreender como determinadas posições de sujeito se produzem e quais mecanismos de inteligibilidade e negociações significantes encontram-se presentes nesses jogos. A proposta de trabalho dirigiu-se, desse modo, à problematização sobre o status ontológico de uma determinada forma de experimentação da sexualidade, interseccionada nos marcadores etários (juventude) e de gênero (masculinidade) e desde um território específico de relação social-cultural – a educação escolar.

Palavras-chaves: Corpo. Gênero. Sexualidade. Geração. Interseccionalidades. Educação. Pesquisa-Intervenção.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
1 REFLEXÕES SOBRE AS APRENDIZAGENS.....	09
2 SOBRE O CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHO.....	11
2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	12
2.2 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS.....	13
2.2.1 Participação em atividades realizadas pelos Programas PPGAS, PPGICH e NIGS.....	14
2.2.2 Participação em eventos em outras instituições.....	16
2.3 PESQUISA.....	17
2.4 ATIVIDADES DOCENTES NA GRADUAÇÃO.....	17
2.5 ATIVIDADES DOCENTES NA PÓS-GRADUAÇÃO.....	19
2.6 CO/ORIENTAÇÕES.....	22
2.6.1 Participação em bancas.....	23
2.6.2 Outras atividades de avaliação.....	24
2.7 PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO.....	25
2.8 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	27
2.8.1 Apresentação de trabalho.....	27
<i>2.8.1.1 Relacionadas ao projeto de pesquisa.....</i>	<i>27</i>
2.8.2 Participação em eventos na modalidade palestrante ou conferencista.....	28
2.8.3 Artigos aceitos para publicação.....	28
2.8.4 Artigo produzido, ainda não submetido à avaliação.....	29
2.8.5 Textos em jornais de notícias/revistas.....	29
2.8.6 Demais trabalhos.....	29
2.8.7 Apresentação de trabalho.....	30
2.8.8 Demais trabalhos aceitos para publicação.....	30
3 RELATÓRIO DE PESQUISA.....	33
3.1 (DES)CAMINHOS E MANOBRAS TÁTICAS NA PRÁTICA DA PESQUISA.....	34
3.2 PROBLEMATIZANDO SIGNIFICAÇÕES DE GÊNERO E GERAÇÕES EM INTERSECCIONALIDADES.....	40
3.2.1 As oficinas do Colégio de Aplicação.....	40
<i>3.2.1.1 Transar, prover e jogar: reificações de modelos de masculinidade, modos de fazer-se homem.....</i>	<i>41</i>
<i>3.2.1.2 Cuidar, comprar, copiar-recortar-colar: modos de fazer-se mulher?.....</i>	<i>46</i>

<i>3.2.1.3 De menina a mulher e de menino a homem. Botando corpo, ficcionando gênero no(s) território(s) da educação escolar.....</i>	50
3.2.2 Entre o desafio da metodologia e a polêmica homofóbica: a experiência na escola EEB Porto do Rio Tavares.....	54
3.2.3 Memórias de um encontro “impertinente”: a homofobia em ato.....	55
3.2.4 Oficinando uma metodologia: praticando-refletindo sobre a pesquisa-intervenção com jovens do projeto PIBIC/NIGS e intercambistas PROCAD.....	61
3.2.5 Fechamentos/desdobramentos da pesquisa.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
ARTIGOS PRODUZIDOS NA RELAÇÃO COM A PESQUISA.....	77
ANEXOS.....	157
ANEXO A - Plano de Trabalho (incluindo Projeto de Pesquisa)..	159

APRESENTAÇÃO

O presente relatório de atividades *Estágio Recém Doutor* apresenta os resultados alcançados a partir dos objetivos indicados no projeto de pesquisa submetido como condição de aceitação para a realização de pós-doutorado junto ao PPGAS, também pré-requisito para o acesso ao financiamento *Pós-doc UFSC-Reuni* (UFSC, 2006, 2010). Encontram-se neste documento o relato das atividades realizadas a partir de minha vinculação como pesquisador junto ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – NIGS, bem como parte de minha produção intelectual no período do pós-doutoramento, atendendo às metas dispostas no Plano de Execução.

Este documento está organizado em três partes e *anexos*, iniciando-se pela reflexão sobre o processo de aprendizagem do *pós-doutoramento*. Nesta seção, encontram-se reformulações táticas e os resultados do trabalho, decorrentes de modificações relacionadas a eventos que modificaram a minha relação com o campo e as demais atividades do percurso/ caminho investigativo.

Na segunda seção encontram-se itens/ produtos alcançados desde o plano de trabalho, incluindo-se também outra parte de minha reflexão da experiência do *pós-doc*. Aponto ainda as atividades de formação continuada, presentes no processo de pós-doutoramento, como palestras, seminários, aulas, incluindo-se ainda a participação em ações de extensão (apoio a projetos e ações do NIGS), docência e participações em bancas de avaliação, entre outras atividades profissionais do cotidiano acadêmico.

A quarta parte apresenta os resultados do projeto de pesquisa apresentado, na forma de relatório de pesquisa.

A quinta seção deste relatório apresenta as publicações produzidas (textos completos) durante o período do estágio, associadas diretamente ao plano de trabalho, bem como as demais publicações que compõem o quadro de minha produção anual como pesquisador, derivadas algumas delas de minha recente tese de doutorado (cabe ressaltar que o mesmo aconteceu em 28 de fevereiro de 2011, logo a produção derivada da tese ainda é recente), mas refletidas e qualificadas a partir do período de pós-doutoramento (as mesmas são assinadas a partir da minha vinculação institucional atual junto ao PPG em Antropologia Social, sendo as mesmas atualizadas no currículo Lattes, como produção vinculada ao período de competência 2011-2012).

Nos itens anexos, além do projeto de pesquisa, encontra-se a relação da produção total durante o período, conforme exportado a partir

do currículo Lattes e acréscimos de produção indicando publicação no prelo.

1 REFLEXÕES SOBRE AS APRENDIZAGENS

O estágio foi realizado sob a supervisão da Profa Dra Miriam Pillar Grossi. Esta relação de trabalho e acompanhamento me possibilitou uma aproximação e diálogo importantes com o campo dos estudos de gênero desde a perspectiva da *Antropologia Feminista*, associado ao trabalho de um grupo de pesquisas (NIGS) com integrantes de diversas áreas de conhecimento (além daquelas/daqueles oriundas/os do campo das ciências sociais, e em diferentes níveis de formação – do ensino médio ao treinamento de pós-doutorado).

A relevância do aprendizado/treinamento através da supervisão/acompanhamento da professora Miriam Pillar Grossi, pesquisadora de referência na área dos estudos de gênero, feminismo e pesquisas antropológicas, profissional condutora de redes de aprendizagem e trabalho, me autoriza afirmar que um dos grandes benefícios da experiência do estágio esteve associado à perspectiva interdisciplinar, tendo como fio condutor a *Antropologia Feminista*.

Conforme pode ser observado na descrição das atividades desenvolvidas, o período de estágio constituiu-se em experiência importante na minha formação como pesquisador e um momento de intensa e diversificada produção acadêmica, garantidos pelo financiamento Reuni-UFSC e pelas condições de apoio e formação do PPGAS e do NIGS. Cabe sublinhar a diversidade de atividades do cotidiano do Núcleo de Pesquisa (NIGS) e a múltiplas possibilidades que, através deste espaço, permitiram transversalizar conhecimentos e modos de pensar-fazer a pesquisa em Ciências Humanas.

Este aspecto, em especial, conduziu-me à um movimento na direção da ampliação do meu quadro conceitual e metodológico, fazendo-me percorrer diferentes e novos caminhos de pesquisa, com maior firmeza e desde um olhar ampliado sobre as possibilidades do trabalho da pesquisa acadêmica. Isso se deveu também e, em parte, à possibilidade que tive de acompanhar a apresentação de trabalhos realizados por pesquisadoras e pesquisadores do PPGAS (especialmente através das atividades comemorativas aos 25 anos do Programa). Obtive assim a oportunidade de alargar minha caixa de ferramentas conceituais, como já afirmado, e de exercitar a aproximação como os modos de perceber o mundo e as relações sociais, a partir de um espaço de pesquisa antropológica.

Outro ponto relevante neste processo de aprendizagem situa-se na experiência da solidariedade, marca importante do NIGS. Solidariedade e engajamento políticos que levam a algumas certezas, em especial a de

que através da pesquisa engajada, somos capazes de colaborar para a construção de um mundo menos injusto e desigual, para todas e para todos. Esta consideração parte da observação e envolvimento com ações coletivas do Núcleo, movimentos de um coletivo que demonstram a riqueza e criatividade na tríade pesquisa-ensino-extensão, conduzida com ética e compromisso.

Não menos importante, cabe salientar, foi o acompanhamento da supervisora do estágio, a partir da sua compreensão ampliada do processo de formação/treinamento para recém-doutoras/doutores - especialmente a partir da perspectiva de incentivo e capacitação para o planejamento de carreira e a inserção profissional no ensino superior público. Esta perspectiva me incentivou na busca de oportunidades de inserção profissional, algumas delas bastante positivas: o 3º lugar no concurso para professor adjunto na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (área Cotidiano Escolar) e o segundo lugar para professor visitante no PPG em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, junto à linha de pesquisa Corpo, gênero e saúde.

De modo que considero a experiência do período de trabalho com o acompanhamento da Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi e desde o diálogo e parcerias com as/os colegas do NIGS, excelência na formação político-epistemológica e uma importante possibilidade de produção e criatividade no ambiente acadêmico, fomentando a formação profissional qualificada e atualizada.

Do ponto de vista dos resultados da pesquisa, considero que houve um avanço conceitual e metodológico significativos. Os frutos deste trabalho de pesquisa, acredito, podem contribuir na rede ampla de outros trabalhos de pesquisa que se debruçam sobre as temáticas de gênero e sexualidade no campo da Educação, em perspectiva interdisciplinar.

Por fim, cabe salientar que o estágio foi bastante produtivo, constituindo-se numa experiência de vida-trabalho que me permitem avançar como profissional da educação e, em especial, como pesquisador.

2 SOBRE O CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHO

Conforme descrito no Projeto de Pesquisa e, de acordo com o indicado, no Plano de Execução (conforme listagem abaixo, destacado em caixas de texto e também localizado nos *anexos*), passarei a indicar, a partir de agora, as atividades executadas, bem como algumas alterações decorrentes do próprio fazer da pesquisa.

Conforme citado no Plano de Trabalho:

A) Atividades previstas:

1. Análise de bibliografia relativa à educação, corpo, estética, juventudes, masculinidades, “raça”, etnia, classe e localidade.
2. Participação em seminários, cursos e conferências que abordem a temática do gênero e da sexualidade, no que estes permitam ao pesquisador acompanhar as produções acadêmicas sobre o tema juventude, gênero e sexualidade.
3. Pesquisa de campo:
 - 3.1 - realização de uma análise sobre as formas de circulação e sociabilidade dos sujeitos jovens pelos espaços institucionais do projeto Papo sério e/ou nos estabelecimentos de ensino da rede.
 - 3.2 - acompanhamento e observação participante das intervenções do projeto Papo sério e de atividades nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual – realização das oficinas “botando corpo, fazendo gênero”.
4. Estágio: atividades docentes
 - 4.1 – Ministrar disciplinas do curso de graduação em Ciências Sociais com enfoque no campo das relações de gênero e sexualidade, na perspectiva de renovação pedagógica em especial atenção ao projeto Reuni.
 - 4.2 – Ministrar disciplina, seminário ou tópico especial no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social;

4.3 – Co-orientar dissertação e/ou tese realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

5. Participação nas atividades pesquisa e extensão do NIGS, através de colaboração com as ações do projeto Papo sério, e apoio na realização do II Seminário Homofobia, Identidade e Cidadania LGBTTT.

6. Divulgação dos resultados da pesquisa.

6.1 - Produção de dois artigos a serem publicados em revistas qualificadas Qualis A: a) um artigo abordando performatividades de gênero a partir da estetização e (re)definição corporal de homens jovens – construção do marco referencial do plano de estudos; b) um artigo referente aos resultados da pesquisa.

6.2 - Comunicação de resultados em eventos acadêmicos nacionais e internacionais, com publicação em anais.

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

a) Análise de bibliografia relativa à educação, corpo, estética, juventudes, masculinidades, “raça”, etnia, classe e localidade.

Procedi à revisão teórica e à consequente elaboração conceitual da temática sobre *juventudes e masculinidades*, cujo produto mais significativo encontram-se publicado no artigo “*A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo-desconstucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade*”, a ser publicado em 2012 na Revista Polis e Psique, Revista do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em edição especial, organizada na articulação do GT Psicologia e Sexualidade da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, dossiê editado pela professora Dra. Paula Sandrine Machado e pelo professor Dr. Henrique Caetano Nardi, ambos vinculados ao PPGPsi-UFRGS.

Outra produção vinculada a esta revisão encontra-se no texto veiculado junto à Revista *entre linhas, Revista do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul*, intitulado “Juventudes e diversidade sexual: desafios para pensar a Psicologia como prática reflexiva da liberdade”, Ano XI - Número 56 - Jul-Dez 2011, trabalho este que permitiu oferecer perspectivas para o campo das políticas públicas em sua relação com as abordagens da Psicologia. Este trabalho foi fundamentado na perspectiva interdisciplinar, especialmente desde a interface Educação e Antropologia – especialmente a partir do campo dos estudos de gênero e sexualidade.

Estas duas produções indicam contribuições e entradas importantes no campo da Psicologia, minha formação de origem e campo amplo de atuação, onde pude indicar algumas das tensões epistemológicas sobre as próprias conceituações de juventude, gênero e sexualidade e como estas tem sido historicamente conduzidas por algumas formas normativas de algumas linhas do campo *psi*.

Os desencaixes e rupturas produzidas pelos estudos de gênero e sexualidade, em perspectiva dos estudos culturais, ainda são desafios para esta disciplina, que tem sido um dos campos que mais tem informado/ formatado o campo da educação escolar, em especial na regulação e administração das diferenças e desde a retificação do “fracasso escolar” (PATTO, 1990; 1999). Minha modesta contribuição consta nesse importante veículo de comunicação e in/formação para profissionais da Psicologia, uma vez que o mesmo é oferecido a todas e todos profissionais inscritos no Conselho Regional de Psicologia do Estado do Rio Grande do Sul, conselho de classe da profissão.

2.2 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

b) Participação em seminários, cursos e conferências que abordem a temática do gênero e da sexualidade, no que estes permitam ao pesquisador acompanhar as produções acadêmicas sobre o tema juventude, gênero e sexualidade.

Durante o período do estágio tive a oportunidade de participar de diversas atividades, seja na posição de apresentador de trabalho, palestrante ou debatedor, seja na qualidade de ouvinte. Todas estas

participações foram fundamentais para a reflexão crítica do trabalho de pesquisa, bem como enquanto possibilidade de fomento a rede de pesquisas e divulgação das ações do núcleo (NIGS) ao qual estive vinculado como pesquisador. Os trabalhos de participação como apresentador de trabalho e outras modalidades, encontram-se citados nos itens 5 e 6 (relacionados no Plano de Execução, indicados na sequência deste documento).

2.2.1 Participação em atividades realizadas pelos Programas PPGAS, PPGICH e NIGS

Palestra: Da família ao indivíduo, os usos da escrita ordinária nos livros de *raison franceses* (Séculos XV-XIX), Sylvie Mouysset (Université de Toulouse Le Mirail), 19 de abril.

Palestra: Dissimulado, vivido, cuidado: o corpo disciplinado das mulheres religiosas, Danielle Rives (Université de Toulouse Le Mirail), 27 de abril.

Palestra: Sofrer, curar, amar. Escrita e consciência de si no feminino na Europa do século XV ao século XX, Sylvie Mouysset (Université de Toulouse Le Mirail), 27 de abril.

Conferência: Parentesco espiritual, Apadrinhamento e relações familiares na França Contemporânea, de Agnès Fine (Université de Toulouse Le Mirail), 27 de abril.

Palestra: Depoimentos, Elisete Schwade (UFRN), 19 de abril.

Palestra: Ética e Pesquisa: a legislação e o Conselho de Ética da UFSC, Washington Portela de Souza (CCB/UFSC), 26 de abril.

Palestra: Conjugando amor e desejo: experiências masculinas do "assumir-se" homossexual. Eduardo Steindorf Saraiva (UNISC), 11 de maio.

Palestra: O *design pop* no Brasil dos anos 1970: domesticidades e relações de gênero na revista *Casa & Jardim*, Marinês Santos (UTFPR), 11 de maio.

Palestra: De fora e de dentro: Beleza, Saúde, e Envelhecimento em Florianópolis, com Diana Brown, 27 de junho.

Minicurso: Mulheres em Series de TV. Análise da narrativa, caracterização das representações de personagens femininos, Ivya Alves (UFBA), atividade de 08 de novembro.

Palestra: Homofobia na escola: Enfrentamento ao (Hetero)sexismo e as hierarquias sexuais no cotidiano escolar, Rogério Junqueira (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP), 2 de maio.

Palestra: Depoimentos Ellen e Klaas Woortman, pesquisas conjuntas na área de gênero, família e parentesco no mundo rural, 26 de setembro.

Palestra: Samba no feminino: transformações das relações de gênero no samba carioca no início do século XX, Rodrigo Cantos (UDESC), 16 de setembro.

Seminário: II Transday, 10 e 11 de outubro:

Abertura: “Voo da Beleza” – documentário de Alexandre CamaraVale (UFC),

Roda de conversa 1: “Olhares cruzados sobre transfobias e identidades”: Coordenação: Miriam Pillar Grossi (NIGS/UFSC). Participantes: Alexandre Camara Vale (UFC), Fátima Lima (UFRJ), Kelly Vieira (ADEH SC), Guilherme Almeida (UERJ), Rosa Maria Blanca (FEEVALE).

“Chá das 5” – documentário de Raphael Lemos. Coordenação: Marina Moros (NAVI/UFSC). Debatedora: Tatiana Lionço (UniCEUB).

“Questão de gênero” – documentário de Rodrigo Najjar. Coordenação: Alex Vailati. (NAVI/UFSC). Debatedores: Gabriela Silva (GATA-Tubarão), Guilherme Almeida (UERJ).

“Tomba Homem” – documentário Gibi Cardoso. Coordenação: Mônica Siqueira (NAVI/UFSC). Debatedores: Fátima Lima (UFRJ), Alexandre Camara Vale (UFC).

Roda de conversa 2 – “Políticas públicas educação, saúde e direitos humanos e despatologização trans”. Coordenação: Simone Avila (NIGS/UFSC). Participantes: Tatiana Lionço (UniCEUB), Berenice Bento (UFRN), André Lucas Guerreiro (UFPR) e Gabriela Silva (GATA -Tubarão).

Jornada: Jornada NIGS – Treinamento para apresentações científicas, NIGS/UFSC, 14 de outubro.

2.2.2 Participação em eventos em outras instituições

Encontro: XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, Psicologia social e seus movimentos. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 12 a 15 de novembro. Financiamento parcial PROEXTENSAO/ Projeto Papo Sério – NIGS/UFSC.

Seminário: II Seminário Políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia no Tocantins, Universidade Federal do Tocantins, Curso de Serviço Social, 28 e 29 de outubro. Financiamento integral Universidade Federal do Tocantins

Encontro: II Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 18 a 19 de agosto. Financiamento integral, PROEXT, Projeto Papo Sério - NIGS/UFSC.

Encontro: VII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, UFBA, 3 a 5 de agosto. Não contou com financiamento.

Encontro: XX Encontro Estadual de Supervisores Escolares de SC e III Encontro de Formação FAED-UDESC, 25 de agosto. Evento local.

Colóquio: IV Coloquio Internacional de Estudios sobre Varones y Masculinidades: Políticas públicas y acciones transformadoras, Univesidad de La República, Uruguay, 19 a 21 de maio. Financiamento parcial, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), PPG em Educação.

2.3 PESQUISA

c) Pesquisa de campo:

- realização de uma análise sobre as formas de circulação e sociabilidade dos sujeitos jovens pelos espaços institucionais do projeto Papo sério e/ou nos estabelecimentos de ensino da rede.
- acompanhamento e observação participante das intervenções do projeto Papo sério e de atividades nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual – realização das oficinas “botando corpo, fazendo gênero”.

Os resultados da pesquisa serão apresentados na seção IV deste relatório geral.

2.4 ATIVIDADES DOCENTES NA GRADUAÇÃO

d) Estágio: atividades docentes

- Ministrando aulas em disciplinas dos cursos de graduação em Ciências Sociais, Antropologia, Serviço Social e Psicologia com enfoque no campo das relações de gênero e sexualidade, na perspectiva de renovação pedagógica em especial atenção ao projeto Reuni.

O estagiário teve a oportunidade de colaborar em dois momentos de duas disciplinas de graduação, ministrando aulas sobre temas relacionados aos seus estudos do pós-doutoramento, bem como acerca das temáticas que vem trabalhando em sentido amplo.

A participação ocorreu nas disciplinas:

- A) Psicologia Escolar II, curso de Psicologia/UFSC, ministrada pelo Prof. Dr. Leandro Castro Oltramari, em 11 de outubro de 2011. Nesta participação tivemos a oportunidade de abordar temas relacionados à violência na escola, a partir da perspectiva das discriminações e regulações normativas sobre gênero e sexualidade. A experiência oportunizou ao

estagiário a aproximação da temática das LGBTfobias e sexismo, temas ainda pouco discutidos nas disciplinas de Psicologia, muito menos ainda no âmbito da educação escolar. Deste modo compreendemos que esta participação, que se insere na perspectiva de discutir a violência na escola, ofereceu as/aos alunos uma perspectiva teórica e política sobre estas temáticas, aportadas também pelas argumentações que viemos produzindo desde a experiência de vinculação com o projeto Papo Sério, ação do NIGS que atua diretamente nas escolas da rede pública, abordando os temas de diversidade e LGBT fobias e sexismo, entre outras formas de discriminação e violências.

- B) Relações de Gênero, ministrada pela Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi. A participação na disciplina ocorreu em 5 de setembro de 2011, no módulo que trabalhava a temática das masculinidades. O pesquisador teve a oportunidade de apresentar suas pesquisas atuais, bem como abordar a discussão teórica sobre as masculinidades. A experiência foi bastante produtiva, principalmente porque as alunas e os alunos da disciplina tiveram a oportunidade de conhecer as particularidades dos trabalhos do pesquisador, também a partir de sua atuação em movimentos sociais. Para este pesquisador o encontro foi importante pela atividade prática docente, mas também pela oportunidade de ministrar uma disciplina voltada para estudantes de Ciências Sociais, o que se constituiu como um agradável e instigante desafio, cujos resultados pareceram produtivos para todas e todos que ali participaram.
- C) Gênero, Corpo e Sexualidades, ministrada pela Profa. Juracy Toneli, curso de Psicologia – UFSC. A participação ocorreu em 26 de maio, no módulo Problematizando o gênero, o corpo e a sexualidade no cinema e no ativismo. Os/as alunos/nas da disciplina trabalharam a leitura de um texto publicado por este pesquisador intitulado *Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social*. Revista Estudos Feministas, 15(1), p. 45-66, 2007. O encontro possibilitou uma discussão sobre a metodologia de pesquisa-intervenção, a partir da experiência produzida durante o curso de mestrado, bem como de minha

participação junto a uma ONG LGBT em Porto Alegre, por mais de dez anos atuando na coordenação política e de projetos (em saúde coletiva, educação e diversidade, direitos humanos e políticas públicas). Resulta desta oportunidade um diálogo produtivo com estudantes de psicologia, que tiveram acesso a ferramentas e articulações teóricas no campo dos estudos de gênero e sexualidade. A ocasião permitiu-me ainda apresentar os estudos realizados na formação de pós-doutorado, cuja temática esteve diretamente articulada ao texto base disponibilizado para o encontro.

2.5 ATIVIDADES DOCENTES NA PÓS-GRADUAÇÃO

e) Ministrar disciplina ou seminários em disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social ou no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Tive a oportunidade de participar como colaborador das professoras Dra. Mara Lago e Dra. Miriam Pillar Grossi, junto à disciplina Estudos de Gênero na Pesquisa em Ciências Humanas, vinculada ao PPGICH. Esta experiência se constituiu como uma grande oportunidade para este pesquisador, no sentido em que lhe ofereceu a possibilidade de exercer a docência em nível de pós-graduação, bem como participar de uma rede colaborativa de pesquisadoras que participaram desta disciplina. A oportunidade de acompanhar uma disciplina juntamente com Profa. Mara Lago e Profa. Miriam Pillar Grossi foi outra aprendizagem importante desta participação, da qual tiramos como fundamentais contribuições para nossa aprendizagem pessoal a perspectiva pedagógica das duas professoras, bem como suas importantíssimas contribuições e histórico de atuação no campo das relações de gênero e feminismo.

Programa da disciplina Estudos de Gênero na Pesquisa em Ciências Humanas:

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas**

**Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas
CH 51003 - Estudos de Gênero na Pesquisa em Ciências Humanas
Profas Carmen Rosa Caldas Coulthard, Mara Lago, Miriam Grossi
e Fernando Pocahy (pósdoc REUNI) e Profas do NEIM UFBA
participantes do projeto PROCAD.**

2011.2 – 2 créditos

Terças feiras 8:30 às 12:30

Apresentação

O curso terá como objetivo dar uma rápida e ampla visão de alguns campos teóricos e temáticos dos estudos de gênero nas Ciências Humanas. Percorreremos inicialmente a abordagem feminista da linguagem com a Profa Carmen Rosa Caldas-Coulthard que atua no Centre for EnglishLanguage Studies, Westmere House, University of Birmingham, UK; teremos uma aula sobre o feminismo e a psicanálise com a Profa Mara Lago do depto de Psicologia da UFSC; uma sobre a antropologia feminista com a profa Miriam Grossi do depto de antropologia da UFSC e uma aula sobre as questões de gênero no campo da Educação com a apresentação das teses dos Drs Fernando Pocahy e Marelise Graupe, bolsistas pós-doc REUNI vinculados ao NIGS-UFSC. Como ilustração de um campo temático interdisciplinar de estudos abordaremos a teoria queer e propomos a participação no Seminário Trans Day que ocorrerá em outubro e terá como objetivo a luta pela despatologização da transexualidade.

O curso contará também com palestras de outr@s professor@s vinculadas a instituições nacionais e estrangeiras, sendo que a ultima parte, em novembro será dedicada a atividades com as professoras do NEIM-UFBA vinculadas ao Projeto PROCAD UFSC-UFBA “Gênero, Ciências, Feminismo” que está em seu terceiro ano de execução. Alun@s da UFBA também integrarão a disciplina em outubro/novembro.

Avaliação

- a) Participação e acompanhamento regular da disciplina. Semanalmente deverão ser trazidas questões elaboradas a partir da leitura de 3 textos sugeridos para leitura em cada aula.
- b) Resenha de livro recente que tenha relação com sua área de pesquisa. Envio por email a Fernando Pocahy até 20 de dezembro de 2011.

Aula 1 -23 de agosto de 2011 – Apresentação – Mara Lago, Miriam Grossi e Fernando Pocahy

8:30 as 10:00 Apresentação da disciplina, alun@s e profs

10:30 as 12:00 Mesa Redonda com Miriam Grossi e Jimena Furlani (UDESC) na Conferência Municipal LGBTTT – Lesbianidades a Duas Vozes

Aulas 2 e 3 - Dia 30 de agosto e 6 de setembro - Discurso e Gênero - Dra Carmen Rosa Caldas-Coulthard (contato - c.r.caldas-coulthard@bham.ac.uk)

O objetivo destas duas sessões é o de discutir a complexidade da comunicação humana e as questões de representação de gênero. Discutiremos como a pesquisa na área da interação e gênero tem evoluído desde a década de anos 70.

Na primeira sessão, examinaremos como práticas discursivas marcam assimetrias conversacionais e textuais. Discutiremos os problemas da linguagem sexista, da exclusão semiótica e do papel da intervenção acadêmica na representação de gênero.

Na segunda sessão apresentaremos a pesquisa mais recente sobre discurso e construção de identidades de gênero, examinado exemplos específicos do mundo social (a representação de mulheres profissionais; a representação do corpo e questões de envelhecimento).

Aula 4 - 13 de setembro – Teorias Feministas na Psicanálise - Mara Lago

Aula 5 – 20 de setembro - Teoria Queer e Sexualidades - Fernando Pocahy

Aula 6 – 27 de setembro - Teorias Feministas na Antropologia - Miriam Grossi -

Aula 7 – 4 de outubro – Miriam Grossi, Mara Lago e Fernando Pocahy

8:30 Desdobramento das aulas sobre Sexualidade, Antropologia e Psicanálise.

10:30 Corpo, Filosofia, Feminismo - Palestra Profa Dra Olaya Fernández Guerrero (olayafg@yahoo.es), Profa de Filosofia da UNED - Centro Associado de La Rioja (Espanha).

Aulas 8 e 9 – 10 (tarde) e 11 (manhã) de outubro de 2011 – Transexualidades

Seminário Trans que acontece na segunda 10 (14 às 20hs) e terça 11 de outubro (8:30 às 13hs) no Auditório do CFH com duas rodas de conversa e mostra de vídeos. Quem não puder vir na atividade de segunda feira poderá recuperar esta aula com outra atividade extra-curricular na área de gênero.

Aula 10 – 18 de outubro de 2011 – Educação e Gênero - Fernando Pocahy e Mareli Graupe

Apresentação das teses de doutorado em Educação de Fernando Pocahy (UFRGS) e Mareli Graupe (Alemanha), bolsistas pós-doc REUNI.

Aula 11 – 25 de outubro de 2011 – encerramento

2.6 CO/ORIENTAÇÕES

f) Co-orientar com a Profa Miriam Grossi trabalhos acadêmicos realizados pela equipe de bolsistas de graduação e Ensino Médio vinculados ao NIGS e, trabalhos de pós-graduação realizados junto aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Não foi desenvolvida a ação direta de orientação de trabalhos de pesquisa, mas tivemos a oportunidade de oferecer aos bolsistas de iniciação científica do NIGS, momentos de discussão e orientação para o trabalho com as oficinas do Projeto Papo Sério. Evidencio a ação direta da formação para as oficinas que realizamos no Colégio de Aplicação e na EEB Porto do Rio Tavares, onde foi oferecido à equipe de bolsistas o treinamento e a orientação para o trabalho nas escolas. Consideramos ainda como importante aspecto nesta direção a produção

de trabalho oral apresentado junto ao II Simpósio de Estudos de Gênero e Políticas Públicas, realizado na cidade de Londrina, trabalho este elaborado com o bolsista Raruilquer Oliveira, aluno do curso de Ciências Sociais (“Papo sério”: Oficinando narrativas coletivas na problematização das (re)definições corporais das masculinidades juvenis no espaço escolar. (In: II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2011, Londrina).

Desta forma salientamos nossa integração e colaboração junto aos bolsistas de graduação, atividade esta que nos possibilitou a aprendizagem de acompanhamento e orientação de bolsistas, indicando nosso empenho com as aprendizagens dos mesmos, bem como com as responsabilidades para o trabalho de intervenção e pesquisa (no caso das oficinas).

Como oportunidade de acompanhamento de trabalhos acadêmicos, cito algumas de minhas atividades de avaliação, interpretadas aqui como uma experiência de trabalho no caminho da orientação, mesmo que indiretamente:

2.6.1 Participação em bancas

Dissertação de Mestrado

POCAHY, F. A., NARDI, Henrique Caetano, MACHADO, Paula Sandrine, GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Participação em banca de Manoela Carpenedo Rodrigues. Quando a resistência se torna política pública: analisando a produção de subjetividade(s) nas políticas de equidade de gênero no campo do trabalho, 18 de maio de 2011. (Psicologia Social e Institucional) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Palavras-chave: Políticas Públicas, Mulheres, Igualdade de Gênero, Trabalho, Modos de Subjetivação. Áreas do conhecimento: Psicologia Social.

POCAHY, F. A.; SOUZA, Mériti; PERUCCHI, Juliana. TONELI, Juracy Participação em banca de Marília dos Santos Amaral. Essa Boneca Tem Manual: práticas de si, discursos e legitimidades na experiência de travestis iniciantes, 9 de fevereiro de 2012. (Psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina.

POCAHY, F. A.; TONELI, Maria Juracy Figueiras; SOUZA, Pedro de., LAGO, Mara de Souza Coelho. Modos de vida e processos de subjetivação na experiência de envelhecimento entre homens homossexuais na cidade de Florianópolis/SC, 8 de fevereiro de 2012, (Psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina.

Tese de Doutorado

BONETTI, A. L., FURLANI, J., GREEN, J. N., GROSSI, M. P., MINELLA, L. S., PEDRO, J. M., RIBEIRO, P. R. C., TASSINARI, A. M. I., POCAHY, F. A. Participação em banca de Felipe Bruno Martins Fernandes. A Agenda Anti-Homofobia na Educação Brasileira (2003 - 2010), 2011 (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) Universidade Federal de Santa Catarina. Palavras-chave: Homofobia, Interdisciplinaridade, Políticas Públicas, Educação. Áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Educação. Participação suplente

Exame de qualificação de doutorado

POCAHY, F. A., LOURO, G. L., ALTMANN, H., MEYER, D. E. E. Participação em banca de Priscila Gomes Dornelles. Gênero e sexualidade na escola: a educação física na arena normativa dos corpos, 2011 (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Educação. Áreas do conhecimento: Tópicos Específicos de Educação. Setores de atividade: Educação.

2.6.2 Outras atividades de avaliação

Avaliador *ad hoc* projetos de pesquisa

Avaliador Ad-hoc de 2 Projeto de Pesquisa submetidos (projeto 1 em maio e projeto 2 em junho de 2011) na seleção do programa de bolsas de Iniciação Científica, da área de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia, 2011, edital 007/2011. Palavras-chave: Homofobia, Violências, Direitos, Educação, HIV/AIDS. Humanos. Áreas do conhecimento: Antropologia.

Revisor de periódicos

1. Psicologia: Ciência e Profissão (Impresso): 1 artigo avaliado; temática: políticas públicas de saúde para a população LGBT
2. Educação em Revista (UFMG. Impresso): 1 artigo avaliado; temática: políticas públicas em educação e diversidade - LGBT
3. Psicologia e Sociedade (0102-7182): 1 artigo avaliado ; temática: políticas públicas de saúde para a população LGBT.

Debatedor de trabalhos de pesquisa

Debatedor na Jornada NIGS – Treinamento para apresentações científicas. Trabalhos debatidos:

Apresentações Orais (30 minutos)

- a) Tania Welter (Bolsista Posdoc CNPq) – Um olhar da antropologia sobre o ensino
- b) Claudio Leandro (Bolsista mestrado CAPES)- Sexxx Church.

Pôster (15 minutos)

- c) Anahi Guedes (Bolsista mestrado REUNI) - Subjetividade, Ética e Alteridade em Campo: entre pesquisar e militar.
- d) Raruilquer Oliveira (Bolsista permanência UFSC). Manifestos Visuais.
- e) Bruna Köppel (Bolsista PIBIC CNPq) – Berta Ribeiro: um primeiro olhar.

2.7 PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO

g) Participação nas atividades pesquisa e extensão do NIGS, através de colaboração com as ações do projeto Papo sério, do III Concurso de Cartazes Contra a Trans-lesbo-homofobia nas escolas e apoio na realização do II Seminário Trans-Homofobia, Identidade e Cidadania Trans.

Durante o período de estágio participei de diversas atividades do Núcleo, em diversas modalidades e posições. Cito minha colaboração na gestão orçamentária do Projeto Papo Sério, PROEXT, a partir de reformulações de recursos e produtos e do encaminhamento de execução dos mesmos. Esta experiência ofereceu condições para que eu pudesse acompanhar/aprender os caminhos na gestão de recursos públicos no âmbito da Universidade, uma vez que esta experiência eu já havia desenvolvido através de gestão em ONG, durante 15 anos de atuação em uma destas instituições.

Com o auxílio à gestão do Papo Sério/PROEXT pude perceber as diferenças e aos avanços na gestão pública, usufruindo ainda da experiência da relação de trabalho, na medida em que fui estabelecendo um diálogo frequente e respeitoso com as técnicas e os técnicos da PRPE.

Tive a oportunidade de colaborar também com algumas das ações do Concurso de Cartazes, evento/ projeto do NIGS que me oportunizou uma aproximação com a temática de meu projeto de pesquisa, diretamente com interlocutoras e interlocutores da educação escolar pública.

Outra participação importante para o estágio foi acompanhar algumas das ações do projeto PIBIC Ensino Médio, através de alguns dentre os encontros semanais programados, bem como através da oferta da oficina de metodologia para o grupo. O projeto PIBIC Ensino médio é uma iniciativa importante na democratização da universidade pública brasileira e para a ampliação das políticas de educação. Acredito que a experiência do NIGS na condução do projeto foi de excelência, refletindo a possibilidade de políticas públicas eficazes. Mas a experiência do núcleo foi/ é além disso um trabalho de afetividade, criatividade e solidariedade, que deixou a marca de uma experimentação ética, estética e política com a educação e com a ciência. Pude acompanhar algumas das atividades, especialmente no período de viagem de Tânia e da oficina de metodologia, entre tantos outros encontros de atividades comuns. Tenho a lembrança da presença constante dos rostos destas jovens e destes jovens, que re/inventavam muito mais do que “as sextas à tarde” na Universidade, fizeram acontecer juntamente com a equipe do NIGS, vibrante e engajad@s na possibilidade de outra Universidade Pública e de outro modo de fazer ciência.

Com a cara e as vontades de um ensino radicalmente democrático e comprometido com a dignidade, acredito que o PIBIC Ensino Médio

mostra resultados que não cabem em números, mas dão a certeza de que é preciso continuar para que a universidade tenha a cara de outro Brasil, menos desigual, menos injusto e menos hierárquico.

2.8 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

h) Divulgação dos resultados da pesquisa.

- Produção de dois artigos a serem publicados em revistas qualificadas Qualis A: a) um artigo abordando performatividades de gênero a partir da estetização e (re)definição corporal de homens jovens – construção do marco referencial do plano de estudos; b) um artigo referente aos resultados da pesquisa de pós-doutorado.
- Comunicação de resultados em eventos acadêmicos nacionais e internacionais, com publicação em anais.

Os resultados da pesquisa puderam ser divulgados a partir de diferentes modalidades de circulação e espaços de interlocução com as temáticas de políticas públicas em educação e diversidade, relações de gênero, estudos sobre sexualidade e espaços de veiculação em periódicos e outros meios de produção bibliográfica. Indico neste elenco de produção trabalhos que não estão diretamente vinculados com a pesquisa, mas que se associam ao campo amplo dos estudos sobre gênero, sexualidade e gerações, especificidade de meus estudos e pesquisas e cuja produção constará vinculada também junto ao PPGAS.

2.8.1 Apresentação de trabalho:

2.8.1.1 Relacionadas ao projeto de pesquisa

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

POCAHY, F. A.

“Botando corpo, fazendo gênero”: oficinas narrativas coletivas na problematização das (re)definições corporais das masculinidades juvenis nos territórios da educação escolar In: XVI Encontro Nacional da ABPRAPSO, 2011, Recife. Psicologia

social e seus movimentos: Textos completos do Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO. Editora da ABRAPSO, 2011. v.1.

POCAHY, F. A., OLIVEIRA, R.

“Papo sério”: Oficinando narrativas coletivas na problematização das (re)definições corporais das masculinidades juvenis no espaço escolar. In: II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2011, Londrina. II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICA. Universidade Estadual de Londrina, 2011. v.1.

2.8.2 Participação em eventos na modalidade palestrante ou conferencista

Conferencista no XX Encontro Estadual de Supervisores Escolares de SC e III Encontro de Formação FAED-UDESC, 2011. (Encontro). Título da palestra: Análise da violência sob o ponto de vista da diversidade e perspectivas pedagógicas.

Conferencista no II Seminário Políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia no Tocantins, evento organizado pelo Núcleo de Pesquisas, Estudos e Extensão "Sexualidade, Corporalidades e Direitos", da Universidade Federal do Tocantins – UFT, realizado em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), em 28/10/2011, Palmas. Título da conferência: Gênero e sexualidade na escola: desafios para a educação como prática reflexiva de liberdade.

2.8.3 Artigos aceitos para publicação:

POCAHY, F. A. A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade. Revista Polis e Psique. Revista do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Dossiê Sexualidade, GT Psicologia e Sexualidade, ANPPEP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 2012.

2.8.4 Artigo produzido, ainda não submetido à avaliação:

POCAHY, F. A.; GROSSI, M. P. *Oficinas Botando corpo, (des)fazendo gênero*: uma metodologia para o trabalho com sexualidade e interseccionalidades.

2.8.5 Textos em jornais de notícias/revistas

POCAHY, F. A. Juventudes e diversidade sexual: desafios para pensar a Psicologia como prática reflexiva da liberdade. *Entre linhas* - Revista do Conselho Regional de Psicologia RS, Revista do CRP RS Porto Alegre, p. 15 - 17, 01 dez. 2011.

2.8.6 Demais trabalhos:

Apresentação de trabalho, com texto publicado em Anais (completo)

POCAHY, F. A. Entre vapores, pistas e pornô-tapes: dissidências (homo)eróticas nas transas (discursivas) do envelhecimento. In: XVI Encontro Nacional da ABPRAPSO, 2011, Recife. *Psicologia social e seus movimentos: Textos completos do Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO*. Editora da ABRAPSO, 2011. v.1. Palavras-chave: Corpo, Envelhecimento, Gênero, Performatividade, Sexualidade, Pedagogias de gênero, Pedagogias da sexualidade. Áreas do conhecimento: Educação, Tópicos Específicos de Educação; Setores de atividade: Educação. CDU 150.981

POCAHY, F. A. Mata-me de rir. Fala-me de amor. “Songes et mensonges”: Dissidências homo/eróticas nas tramas discursivas do envelhecimento In: VII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2011, Salvador. VII ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. Salvador: UFBA, 2011. v.1. p.1-16. Palavras-chave: Corpo, Gênero, Performatividade, Sexualidade, Envelhecimento; Áreas do conhecimento: Tópicos Específicos de Educação; Trabalhos publicados em anais de eventos.

POCAHY, F. A.

Entre vapores, pistas y videos porno: dissidencias eróticas en las tramas de la vejez In: VIII conferencia IASSCS “Nombrar y Definir: La Construcción de la (des)Igualdad Sexual”, 2011, Madrid. Culture Health and Sexuality: International Journal suplement edition. Special Issue: IASSCS Conference 2011 – Madrid: Naming and Framing – The Making of Sexual (In)Equality. Abstract Book. London: Routledge, 2011. v.13. p.S76 - S76

2.8.7 Apresentação de trabalho

POCAHY, F. A. "Vem meu menino, deixa eu causar inveja": Resignificações de si nas transas do sexo pago, 2011. (Comunicação, Apresentação de Trabalho). Palavras-chave: Sexualidade, Corpo, Envelhecimento, Masculinidades, Prostituição Masculina, Performatividade. Áreas do conhecimento: Tópicos Específicos de Educação. Referências adicionais: Uruguai/Português. Meio de divulgação: Meio digital Home page: <http://www.coloquimasculinidades.org/>; Local: Facultad de Ciencias Sociales, UdelaR; Cidade: Montevideo; Evento: IV Coloquio Internacional de Estudios sobre Varones y Masculinidades: Políticas públicas y acciones transformadoras; Inst.promotora/financiadora: Univesidad de la República – Uruguay

2.8.8 Demais trabalhos aceitos para publicação:

Artigo aceito para publicação em periódicos:

POCAHY, F. A. Entre vapores & vídeos pornô: dissidências homo/eróticas na trama discursiva do envelhecimento masculino. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), 2012.

Dicionário:

POCAHY, F. A.; NARDI, H. C. Verbete: Movimento LGBT. In: TEIXEIRA, E. M. F. Dicionário Feminino da Infância. Editora da Fiocruz, 2012.

Capítulo de livro:

POCAHY, F. A. ¿Amor con Amor se Paga? Resignificaciones de sí en las tramas del sexo tarifado. In: MORCILLO, S. et al. "La prostitución hoy en América Latina" Ed. Sandino. Editores (Bogotá) con fecha estimada de publicación para mayo de 2012

POCAHY, F. A. “Pesquisa-aquendação”: Derivas de uma epistemologia libertina. In: PERES, W. S. et al. Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea, UNESP.

POCAHY, F. A. Gênero e sexualidade na escola: desafios para a educação como prática de liberdade. IN: IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N. “Políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia no ambiente escolar: re-significando as práticas educativas no estado do Tocantins”? Editora da UFT.

3 RELATÓRIO DE PESQUISA

O plano de estudos “*Botando corpo, fazendo gênero*”. *Representações e práticas de estetização na (re)definição corporal de masculinidades juvenis (entre estudantes de ensino médio de escolas públicas na grande Florianópolis)* resultou em um estudo que procurou compreender como determinadas posições de sujeito se produzem e quais mecanismos de inteligibilidade e negociações significantes encontram-se presentes nesses jogos. Minha proposta de trabalho dirigiu-se, desse modo, à problematização sobre o status ontológico de uma determinada forma de experimentação da sexualidade, interseccionada nos marcadores etários (juventude) e de gênero (masculinidade) e desde um território específico de relação social-cultural – a educação escolar.

Ao mesmo tempo me movimenter no sentido de produzir uma metodologia de pesquisa(-intervenção) que pudesse permitir a pesquisadoras/pesquisadores condições mais ou menos sistematizadas e conceitualmente definidas, para agir-pesquisar diante das objetificações discursivas presentes nos contextos de oficinas sobre temas como corpo, gênero e sexualidade. Considero esta sistematização metodológica em torno das oficinas como uma experiência importante e potencializadora de fissuras nas representações hegemônicas, especialmente na possibilidade de que vozes subalternas se pronunciem diante do regime normativo de gênero e das prescrições da sexualidade que cercam os processos educativos e as sociabilidades. De forma que podemos pensar em uma disputa de significados, na qual somos mais um/a – “educador@s-pesquisador@s-extensionistas”.

As oficinas “botando corpo, (des)fazendo gênero” funcionaram como uma sorte de “laboratório itinerante e contextualizado”, onde a partir de determinados “restos” midiáticos (recortes de revistas, jornais) tínhamos todos/todas a possibilidade de pesquisarmos as representações de gênero em suas interseccionalidades geracionais, étnico-raciais e de localidade, entre outras.

Decorre desta perspectiva o argumento de que temos no campo da pesquisa-intervenção (em especial no contexto de extensão) boas possibilidades de compreender ao mesmo tempo em que intervir sobre uma determinada realidade social, cujo confronto exige criatividade, coragem e respeito.

Essas questões tensionam as possibilidades de organização do espaço da educação escolar, um espaço de produção e exercício de pedagogias de gênero e de sexualidade (LOURO, 2000) que

estabelecem hierarquias e posições de aprendizagem e a consolidação de epistemologias sobre o mundo, o corpo, o gênero, as idades e o exercício da sexualidade em uma sociedade híbrida e desigual como a brasileira.

3.1 (DES)CAMINHOS E MANOBRAS TÁTICAS NA PRÁTICA DA PESQUISA

O projeto de pesquisa foi tocado pelos impactos da greve do magistério estadual de Santa Catarina, reivindicação esta que durou 62 dias, refletindo a dificuldade e o descaso do governo local na compreensão das demandas da classe, bem como da compreensão restrita do que sejam condições dignas de trabalho (ao que ao meu entender e, a partir das falas de educadoras e educadores que participaram da premiação do Concurso de Cartazes sobre Lesbofobia, Transfobia e Homofobia promovido pelo NIGS, significa muito mais do que salários dignos, significa políticas públicas sólidas, aportes institucionais, formação continuada e atualização pedagógica para as comunidades escolares). Esta paralisação avançou em suas consequências a partir da redefinição do calendário escolar e da dinâmica das comunidades escolares, produzindo também efeitos nos acordos estabelecidos entre o NIGS e as escolas, bem como e diretamente seus efeitos sobre esta pesquisa.

Acredito, que uma relação de uma comunidade escolar não pode ser definida unicamente no traçado de uma “recuperação” de dias letivos, deixando-se de lado a compreensão de que se estabeleceu uma relação agonística, marcando a singularidade de determinado território escolar (o termo aqui é destacado para indicar as particularidades de um determinado contexto, do ponto de vista de sua relação com dispositivos institucionais, a história de uma comunidade, os laços sociais estabelecidos, a relação social e cultural de um território), como uma comunidade de muitos rostos, múltiplas vontades e desejos, um espaço de relação social para além dos processos de ensino-aprendizagem e seus produtos quantificáveis em metas governamentais. Os efeitos de uma greve não encontram garantias de serem “reparados”/recuperados somente a partir da retomada das atividades docentes regulares. Acredito que a relação de determinada comunidade escolar se modifica, se redesenha, para além de uma prorrogação do calendário.

Este acontecimento político fez parte da relação institucional do NIGS e indicou a possibilidade a todas e todos integrantes do núcleo, acompanhar a repercussão e os desafios da educação, que tocam diretamente o fazer da pesquisa e regulam, modulam e interferem na relação de campo e sobre o objeto de estudo. Assim, dou-me a seguinte reflexão sobre esta relação: imaginava que estaria atuando em um campo tático de enfrentamento às desigualdades sociais, tratando de produzir nesse encontro com o campo as possibilidades de alguma intervenção. No entanto, não tinha claro que esta perspectiva abriria a possibilidade de uma discussão sobre as relações institucionais na definição do objeto. E isso não é uma posição ingênua, senão que apenas um estranhamento importante na relação que estabelecemos muitas vezes na dinâmica do cumprimento de nossos objetivos de pesquisa. Esta perspectiva foi muito bem conduzida e explicitada pela Profa. Miriam Pillar Grossi, que nos alertou sobre a dinâmica e os movimentos que as escolas passariam a produzir a partir desse acontecimento greve.

Desse modo, o papel da pesquisa e sua metodologia, precisavam ser redefinidos. E, conseqüentemente, o próprio olhar sobre o objeto de estudo – uma vez que a própria proposta metodológica produz efeitos na relação social, mas não pode ser pensada sem o devido respeito ao que se passa em uma determinada comunidade.

A partir deste movimento do campo, “agarrei-me”, então, à oportunidade de dedicar-me a duas frentes de estudo nesse período de pós-doutoramento: o aprofundamento da metodologia de trabalho, na perspectiva da pesquisa-intervenção, e a conceituação de idade como dispositivo e de geracionalidade como performatividade; que constituem, então, os principais produtos desta pesquisa.

No entanto, cabe resaltar, foram possíveis algumas análises diretamente relacionadas ao objeto e problematizações propostas no plano de pesquisa, a partir das experiências que tive durante as oficinas realizadas, bem como a partir de uma análise mais “superficial”, sobre a pauta das relações de gênero no âmbito das reivindicações e do cotidiano escolar (ALVES, 2001); considerando a premissa de que ao interperlarmos as/os sujeitos de uma pesquisa sobre/ desde questões sociais, também estamos interferindo/provocando inquietações e desacomodando instituídos politico-culturais – sobretudo em nossa perspectiva de atuação intelectual engajada com as transformações sociais diante das desigualdades e violações de direitos humanos, mas não temos ainda elaborações conceituais sobre as metodologias.

Considero a educação escolar como um espaço de subjetivação e não somente como superfície onde se constata a diversidade de identidades e diferenças (SILVA, 2007), por isso faz-se importante perceber como estas se constituem e neste processo de pesquisa, temos a oportunidade de intervirmos no instante mesmo desse processo (salvaguarda a reflexão crítica e a propriedade que o/a pesquisador/interventor-a deve portar).

Por isto foi necessário observar quais e como são as condições que se estabelecem no plano “macropolítico” (neste caso, considerando-se as políticas públicas) - a partir de determinadas condições de possibilidade históricas (FOUCAULT, 1995) - e das condições particulares no âmbito das relações marcadas/engendradas na(s)/ desde a(s) cultura(s), de acordo com as contribuições dos estudos antropológicos (GEERTZ, 1989; DaMATTA, 1981).

A partir da noção de *acontecimento de pesquisa* - ou a pesquisa sobre o acontecimento – tratei de compreender essa experiência de manobra como uma atualização política, favorecida por uma descontinuidade em uma continuidade discursiva. Isto é, uma atualização discursiva, “um acontecimento do qual ela pode dizer o sentido, o valor, a singularidade (...)” (FOUCAULT, 1984), a partir de uma nova configuração do campo e da posição estratégica do pesquisador – um movimento de plasticidade na relação com o seu projeto de pesquisa e com o seu processo amplo de treinamento de pós-doutoramento.

Neste sentido, faz-se necessário sublinhar, a partir de uma leitura do referencial da *análise institucional* (BAREMBLITT, 1994), que as relações no âmbito da educação não podem ser pensadas sem a devida consideração à gestão pública e às condições de trabalho de educadoras e educadores e as relações que cercam a experiência cultural de uma dada comunidade escolar, mas também a relação que podemos indicar a partir da análise de implicação da pesquisadora ou do pesquisador e os movimentos que ele ou ela precisam fazer diante das contingências/acontecimento do/no processo de pesquisa e na sua formação continuada.

Isto significa afirmar que as temáticas que interessam ao pesquisador não podem ser “alienadas” do campo amplo das demandas das/ dos profissionais da educação, sobretudo nas demandas pela qualidade de ensino e das condições de trabalho para o mesmo. Isto é, o acontecimento greve, por exemplo, surge como uma possibilidade de redefinir o campo, e que nos leva a refletir: o que estamos fazendo aqui?, qual a contribuição que este trabalho de pesquisa pode produzir

neste momento de reivindicações? E qual a margem de liberdade e o espaço de criatividade que o pesquisador/ a pesquisadora tem para intervir diante dos jogos performativos que constituem também a produção teórica?, isto é, qual a sua margem de liberdade para relativizar o princípio de autoridade que “A Teoria” lhe confere (BOURCIER, 2005), repensando seu lugar no tempo-espaço da educação escolar pública.

Resulta deste modo de perceber as relações sociais que se compreenda o campo amplo das relações institucionais e das políticas públicas que definem as suas condições de enunciação – possibilidade de enunciação/ agência – a sua emergência e a sua circulação, respeitando o tempo-espaço da escolar. Isto é, a escola, uma determinada comunidade escolar, não pode ser unicamente o objeto de comprovação das objetificações discursivas a que está interessado saber o pesquisador/ a pesquisadora; a escola é, de outra forma, uma interlocutora/um interlocutor que tem algo a dizer, mas também quer algo desta relação.

Dessa forma, as manobras na pesquisa nos garantiram, a partir deste olhar mais institucional, uma possibilidade de construir outros caminhos investigativos (COSTA, 2002, 2002a), no sentido de outras possibilidades de encontro com o “objeto de pesquisa”, ao mesmo instante em que esta invenção nos permitiu novas abordagens conceituais sobre o objeto. Isto tudo possível a partir das ofertas que o NIGS possibilitou para a realização de oficinas – e quando perguntava às escolas o que estas desejavam em termos do que poderíamos oferecer.

A manobra no plano e o recorte do objeto da pesquisa foram necessários, incluindo-se de forma mais evidente uma categoria de análise condutora da própria definição do campo e do objeto de estudo. Em respeito à dimensão ética do trabalho, não teria condições factíveis de fazer toda a aproximação com as/os responsáveis adolescentes e jovens educandas/educandos, interlocutores da problematização central da pesquisa. O tempo da universidade não era, neste momento, o tempo da comunidade escolar, e esta, em função da greve, estabelecera suas prioridades.

A pesquisa e mesmo as atividades de extensão (o projeto Papo Sério) se adequaram a isso, respeitando e conduzindo a relação estabelecida com algumas das escolas que já haviam sinalizado parceria, e onde eu me inseriria para o trabalho etnográfico. Assim, resumindo, tratei de reverter a centralidade da questão sobre as práticas e representações sobre masculinidades juvenis, para o trabalho de refinamento metodológico que serviria assim como contribuição tanto

para as ferramentas de trabalho do NIGS, quando como uma possibilidade para que educadoras e educadores possam utiliza-la nos seus cotidianos como ferramenta de pesquisa-intervenção.

Como elementos políticos e inseridos em contextos dinâmicos da vida social, consideramos então que a entrada da pesquisa teria alguns obstáculos e o momento não seria adequado. O que nos fez, então, trabalhar nas condições agenciadas a partir das parcerias estabelecidas junto ao projeto Papo Sério e as negociações possíveis durante o período pós-greve.

De outra parte, a possibilidade de engajar o esforço de pesquisa a uma ação de extensão de reconhecido exercício, me ofereceu boas condições para a efetivação de experimentar/usufruir de “desvios” metodológicos e de exercer a inventividade na formulação de uma metodologia de pesquisa-intervenção.

Esta perspectiva diz respeito, seguindo o rastro do trabalho de Marisa Rocha (1999, 2002) e Katia Aguiar (2003) pesquisadoras que têm trabalhado o conceito de pesquisa-intervenção na educação, como perspectiva que: “aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sociopolítica, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social. (2003, p.67).

Em relação ao campo, aproveitei dos momentos em que tive a oportunidade de oferecer algumas oficinas, como a possibilidade de solicitar ao público dessas oficinas que os ajudasse a compreender uma determinada relação social (as questões de gênero, sexualidade e idade), através de um modelo de pesquisa – isto é, alunas e alunos trabalhariam como pesquisadoras/ pesquisadores sobre a temática que nos interessava.

Neste sentido, cabe ressaltar, não é apenas o traçado do projeto de pesquisa e suas etapas que garantiriam as condições de uma produção, mas a possibilidade de construir no curso da investigação, momentos de ruptura e inventividade, com alianças táticas para a produção de uma transformação social, construída de forma interativa - ao mesmo tempo em que pesquisando, produzindo transformação social e, no instante desta, as condições para uma reflexão sobre o correr da vida e a veiculação de saberes e vozes que geralmente se tornam objetificadas nos processos tradicionais do pesquisar.

O que foi possível: um investimento metodológico em pesquisa, oferecendo um trabalho de construção de uma ferramenta de pesquisa-intervenção - que desejo possa ser útil para as/os educadores, no sentido

de reconhecermos que estamos contribuindo para a educação, mas sem a pretensão de dar conta de demandas que se articulam a campos amplos de definição das condições políticas do momento.

Com os objetivos de “*realização de uma análise sobre as formas de circulação e sociabilidade dos sujeitos jovens pelos espaços institucionais do projeto Papo sério e/ou nos estabelecimentos de ensino da rede*” e “*acompanhamento e observação participante das intervenções do projeto Papo sério e de atividades nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual – realização das oficinas “botando corpo, fazendo gênero”*”, estabeleci o trabalho a partir da realização de oficinas, associadas aos contratos entre o NIGS e algumas escolas da rede estadual e um estabelecimento da rede pública federal. O trabalho buscou/busca dessa forma subsídios para o fomento e a (re)formulação de políticas públicas em Educação na direção da diversidade cultural e social das infâncias e das juventudes em sua articulação com gênero e sexualidade.

A partir dos pressupostos da pesquisa-intervenção (AGUIAR; ROCHA, 2003) objetivou-se a compreensão de algumas linhas dos regimes discursivos que trabalham na produção normativa das masculinidades e dos dispositivos que as interpelam, cercam e (re)definem, como importantes elementos para a reflexão sobre pedagogias de gênero e de sexualidade (LOURO, 2004) na educação escolar.

Os resultados que passo a apresentar aqui foram produzidos a partir da análise de oficinas específicas sobre relações e performances de gênero em interpelação etária (BOZON, 2009). Essas oficinas foram denominadas “botando corpo, fazendo gênero”, onde, ao fazermos uso da ferramenta da “tatuagem” de representações e da performance narrativa, criamos condições de problematização para “o estudo das relações de gênero” (GROSSI, [1998] 2010).

A partir do fio condutor da pesquisa, *a idade como performatividade geracional em interseccionalidades*, tentei estabelecer estratégias que permitiriam problematizar uma determinada posição de sujeito, ao mesmo instante em que se poderia ter a oportunidade de uma intervenção antidiscriminação. Este movimentou tornou-se mais claro para mim na medida em que compreendi melhor as propostas do NIGS, em especial aquelas relacionadas ao Projeto Papo Sério. Portanto, cabe ressaltar, a proposta de pesquisa esteve desde o início vinculada a uma ação de extensão do NIGS, cujos objetivos dirigem-se ao enfrentamento às LGBTIfobias e ao sexismo, entre outras formas de produção de violações de direitos humanos e violências, mas foi significativamente a

partir do encontro de aproximação campo-pesquisador-projeto de extensão que tive a oportunidade de re/desenhar o trabalho, ao modo de uma cartografia (ROLNIK, 1989).

O material produzido nos encontros nas escolas serviu como base para a reflexão que segue e reúne problematizações produzidas a partir de cinco oficinas: 3 delas realizadas no Colégio de Aplicação, para crianças de 10 a 12 anos; uma oficina realizada na Escola EEB Porto do Rio Tavares, para adolescentes e jovens entre 12 e 16 anos; e uma oficina sobre metodologia de pesquisa, realizada para os/as jovens bolsistas do Projeto Pibic/Ensino Médio, ação realizada pelo NIGS. Nesta situação inclui-se a participação de estudantes de graduação e pós-graduação, vinculados ao convênio PORCAD com a UFBA.

O que tratarei de apresentar neste momento refere-se às discussões originadas destas atividades, executadas com a colaboração das/dos bolsistas do NIGS e como ação direta do Projeto Papo Sério. Colaboraram nas oficinas Ângela Medeiros, graduanda em Psicologia; Bruno Cordeiro, graduando em Ciências Sociais; Gabriela Santos, graduanda em Ciências Sociais; Kathilça Lopes, graduanda em Pedagogia; Nattany Rodrigues, graduanda em Serviço Social; e Raruilquer Oliveira, graduando em Ciências Sociais.

3.2 PROBLEMATIZANDO SIGNIFICAÇÕES DE GÊNERO E GERAÇÕES EM INTERSECCIONALIDADES

3.2.1 As oficinas do Colégio de Aplicação.

As oficinas no Colégio de Aplicação surgiram a partir do diálogo com uma das professoras de Educação Física, profissional esta com trajetória de formação nos estudos de gênero. A professora, cujo nome será substituído por Paula, demonstrou-se interessada pelo trabalho realizado pela pesquisa e pelo trabalho do Núcleo. O diálogo mantido com professora Paula foi fundamental para o desenvolvimento das oficinas na escola, a que ela atribui grande importância e, mesmo em instituição privilegiada por recursos financeiros e de formação, ainda encontra desafios no trabalho cotidiano sobre gênero e sexualidade.

Nossas oficinas foram programadas, a partir da referência a uma turma boa de trabalho. Combinamos então a execução das oficinas, a partir das aulas de educação física. Isso nos remeteu a dois desafios: o primeiro de trabalharmos durante um espaço dito/vivido “mais lúdico” e, uma “preciosidade” para algumas alunas e alunos, pela possibilidade

de atividades fora da sala de aula. Mas, por outra parte, nossa entrada pela educação física recai sobre uma histórica vinculação das iniciativas de trabalho com sexualidade a partir desta disciplina, paradoxalmente organizada de forma a estabelecer binarismos através da separação de meninos e meninas (DORNELLES, 2006).

3.2.1.1 Transar, prover e jogar: reificações de modelos de masculinidade, modos de fazer-se homem

São 10h25min de sexta-feira, 17 de junho, um dia lindo de sol e temperatura agradável, um dia daqueles de “ficar na rua” (apelo desesperado de alguns meninos), aqui em Florianópolis. Estamos na sala de aula (Fernando, Bruno e Raruilquer) aguardando que a professora de Educação Física recupere do pátio do Colégio a turma do 4º ano - uma meninada entre 9 e 11 anos, apresentada como uma turma que “pega junto”, “trabalhadeira”, “querida” e, por fim, uns “fofos”.

Posicionados de frente para à porta, diante do quadro, esperamos pela turma que chega do recreio. Gritos e uma correria enlouquecida invadem nossas expectativas silenciosas. Miúdos corpos suados e agitados adentram o pequeno espaço como uma onda quebrando na praia: meninas e meninos ocupam a sala em atropelo, fazendo uma gritaria ensurdecidora, arrastando classes e cadeiras em empurra-empurra generalizado (e quase agressivo), destoando um pouco às informações da professora, rompendo um pouco com o imaginário de uma sala “meiga”, organizada, com tons e toques de doçura nas paredes coloridas com algumas figuras do “Pequeno Príncipe”, de Saint Exupéry.

A oficina encontraria não poucos desafios, algo parecia chegar junto com a onda de agito no avisando. Depois dos momentos ruidosos e até que a professora conseguisse ‘acalmar’ a gurizada, nossos olhares se cruzam em cumplicidade pelo desafio que vem pela frente - e essa parece ser nossa única certeza. Diante de tão pequenos e agitados interlocutores o jeito foi (re)criar no momento, adequar a proposta e conduzir o processo negociando o tempo todo – com eles e conosco. De modo que não nos restou muito a fazer de imediato, ao ver os olhares divididos entre a conformidade de mais uma atividade pedagógica diferente e certo desprezo, um agradecimento pela gentileza de aceitarem permanecer na sala e pela disposição em contribuírem para nosso trabalho. Possivelmente estranhados alguns, curiosos outros, nossa proposta é aceita e, em meio aos burburinhos incansáveis e apesar

das investidas da professora assistente de um dos meninos portador de necessidades educativas especiais, nosso trabalho começa a ser (re)definido como uma construção em um terreno “irregular”.

Sem desconsiderarmos aquela vontade de que o que planejamos fosse acatado sem muitas resistências, as inquietações surgem de pronto, afinal, por que mesmo eles deveriam aceitar nossa proposta? O que ganham com isso? Desse modo, preocupado com um tom “impositivo”, adiantamo-nos e fazemos tentativas de um contrato democrático com a turma, explicitando que sabemos estar ocupando um espaço destinado a atividades fora de sala de aula, algo precioso para eles. Sublinhamos ainda que essa atividade encontra-se inserida em um acordo com a professora de Educação Física, fazendo então parte das atividades daquilo que se entende como importante para o trabalho escolar que ela desempenha e com aquilo que acreditamos em nosso trabalho junto ao grupo de pesquisa na UFSC.

Nosso plano começa a ser executado, exigindo adequações metodológicas no traçado do caminho. Pedimos que cada um apresentasse seu par, indicando uma qualidade e um gosto particular. O círculo está organizado de forma a que os três oficineiros ficassem integrados ao grupo de meninos e posicionados em pontos estratégicos do círculo. Apesar de muito barulho, o trabalho transcorre e geralmente os meninos se apresentam dizendo o nome, a idade, e afirmando o futebol como forma de dizer o que eles gostam (“a gente pode dizer para que time torce, professor?”). Raros são aqueles que escapam dessa forma de apresentação.

Dividimos o grupo, que se organiza com resistência pela dissolução dos arranjos com seus pares e pela recomposição de trabalho com desafetos. Nesse momento se evidenciam as tensões internas e onde percebemos certa manobra dos meninos para não comporem com seus “desafetos” – dissolvendo os grupos de mais fortes.

No interior de uma oficina atormentada pela disputa da palavra e pela ‘indocilidade’, correm ruidosas contestações aos silenciamentos impostos pelos ditos ‘mais fortes’ (dois ou três e seus aliados) em direção dos mais ‘fracos’, talvez aqueles mais ‘aplicados’ e mais ‘suaves’ ou mais ‘quietos’. Essas surpresas contestatórias de alguma forma podem estar associadas à possibilidade de um encontro onde outras alianças se estabelecem e a palavra circula de forma menos atormentada pelas performances normativas de gênero agenciadas na masculinidade viril. Tendemos a acreditar nisso, depois do longo desgaste da oficina, apoiado pelas impressões dos oficineiros, também todos eles homens: se algo se produziu no curso dessa oficina (os ditos

‘benefícios’), isso se deveu a articulações que criaram condições para que a palavra (genericada) ‘minoritária’ irrompesse e as redes de poder dominantes fossem distendidas, criando assim a possibilidade de que as ditas ‘vozes subalternas’ (SPIVAK, 2002) em alguns momentos ocupassem um lugar pouco possível.

Também outras ‘surpresas’ já nos davam pistas de que as condutas e a gestualidade iniciais - com barulho e força para ‘segurar’ a atividade ou, talvez, como forma de ‘sacanear’ os oficineiros que roubaram o tempo livre, estavam correndo para se evidenciar que onde há poder, há resistência (FOUCAULT, [1977], 2001). E, entre uma e outra forma de apresentarem-se, alguns fugiam aos determinantes de meninos gostam de futebol, referidos por seus pares como amantes da leitura e de outros esportes menos hegemônicos, como o *skate*. Mas, talvez, a evidência maior tenha sido aquela que se passou na experiência de um menino que nos adiantava com seu desempenho viril e cara fechada de ‘sujeito malvado’. Tiago, como o chamaremos, foi um dos voluntários para a primeira parte da oficina, chorou para ser escolhido. Ele e Ronaldo – o outro candidato - disputavam então a posição para ‘modelo’ do que propúnhamos. Tiago se recolhe em um canto, lágrimas tímidas, mas visíveis, e um olhar que deixava dúvidas entre a consternação e a tristeza. Pegamo-lo pela mão e convocamos Ronaldo para que faça então a outra parte do trabalho: o contorno. Tiago deita-se sobre a folha de papel pardo, rosto virado, ares ainda de consternação ou tristeza. Ronaldo começa seu trabalho: um contorno tranquilo, mas que não deixa de apresentar boa entrada de tensão para o gênero e a sua relação com a sexualidade. Isto é, ao passar o pincel por entre as pernas de Tiago, Ronaldo fica também mexido especialmente pela zombaria dos meninos, que se alvoroçam pelo traçado em partes mais quentes do corpo, muito mais do que o próprio contorno do rosto, que trataria de um contato também indicativo de alguma intimidade entre-olhos. O traçado de Ronaldo é rápido e como que fugindo da situação constrangedora. De toda sorte, ainda cabe destacar que causou certa surpresa ver que tão refratários meninos já se disponibilizavam prontamente a colaborar com os oficineiros.

Outra possibilidade de pensar esses desafios ao gênero viril surgiu quando solicitamos aos grupos que trabalharam na construção das imagens de um menino e de um homem adulto que comentassem as suas produções. Nesse momento, alguns meninos, sobretudo do grupo que produziu as marcas para o corpo menino (os corpos contornados foram recortados e destacados e depois remontados), o grupo inicialmente aparentemente ‘mais organizado’ e ‘produtivo’, onde não havia tantas

tensões e/ ou disputas internas, desejaram comentar seu trabalho, sem muitas preocupações com o tempo que ainda poderia restar para que aproveitassem o período de aula na rua. Os meninos foram interpelados pelos para que fossem rápidos e concluíssem. E, em algum instante, pensamos que deveríamos ser mais rápidos. Mas Jonas olha e diz: “eu quero falar” e Ronaldo também afirma que tem mais coisas para dizer “quero dizer também o que a gente fez”. E isso, nesse instante, foi como um grito sufocado rasgando essa figura de masculinidade hegemônica (KIMMEL, 1998) tatuada em papel. Percebemos assim mais nitidamente a possibilidade que esse tipo de trabalho pode produzir ao menos para esses ditos menos ‘fortes’, as masculinidades posicionadas em escalas menores.

Assim, também nos interrogamos em que medida podemos tocar aqueles meninos ditos ‘mais duros’, cuja masculinidade viril e (hetero)normativa parece estar mais incorporada - performativizada (BUTLER, 2006; 2005) de forma a produzir também problemas de aprendizagem, para não produzir “problemas de gênero”.

Meninos não choram? Tiago chorou para estar no centro, para fazer algo do qual diz sempre ser excluído. O curioso desse instante é que essa manifestação não encontrou repercussão no grupo, diferentemente das palavras ‘injuriosas’ sobre a apresentação do coordenador do grupo quando ao se dizer gaúcho fora interpelado como veado ou sob a suspeita de ser natural de Pelotas, possivelmente uma terra de homens duvidosos.

Essa situação reforça que o domínio da sexualidade na produção do material da oficina foi uma constante. Não faltaram representações de corpos de mulheres exuberantes, como algo que faz parte da vida de um homem adulto, mas também de um menino, pois uma das preocupações do grupo que abordava a construção da figura do menino era se menino poderia dizer que gosta de mulher: “professor, a gente pode colocar mulher? Menino gosta de mulher?”, ao que eu respondo “vocês gostam?” e eles respondem em coro e com ares “maliciosos” um longo “sim”.

O grupo da vida adulta é recorrente em incluir figuras de mulheres, mas também de filhos, algo natural do processo de uma relação, segundo eles. Além disso, o dinheiro se coloca como outra constante: seria coisa de homem? É mais homem ou é verdadeiramente homem quem pode ter mais? Não faltaram nesse sentido imagens de tecnologias e bens do tipo automóvel.

Mesmo para o grupo de meninos que trataram das imagens da infância de um menino, suas representações não distaram muito, embora

suavizadas em representações mais infantis, mas fortemente marcadas em performances masculinas que ajudam a pensar os efeitos dessas na organização social da vida infantil no espaço escolar, nos desejos e vontades de meninos – onde aprender pode ter a ver com ter, aprender para ter.

Algumas imagens do trabalho dos meninos:



3.2.1.2 Cuidar, comprar, copiar-recortar-colar: modos de fazer-se mulher?

20 de junho, um dia cinzento e meio frio, uma segunda-feira daquelas com poucas garantias para se ficar na rua. E não fica difícil pensar: os meninos vão realmente nos odiar. Afinal, agora no dia de estar no pátio, um tempo desses? As meninas curtiram um belo dia de sol da outra vez. Seria um ‘castigo’ de gênero? No hall da escola reconhecemos alguns dos meninos da oficina anterior, como Jonas, o menino que pediu para falar mais sobre o trabalho feito na última oficina. Ele, ao nos ver, interpela-nos ao longe, correndo em nossa direção: “e aí, Fernando, como está? E o Rari?”; felicidade saber que ele se lembrou de nós e de nossos nomes. O que garante minimamente continuar pensando que para ele a oficina fez algum sentido e que o encontrou deixou alguma marca boa e alguma cumplicidade do gênero em outra dimensão. Talvez tivesse sido mesmo um espaço de voz.

A professora nos recebe e esperamos para que busque as meninas, pois faremos nossa atividade na sala de dança. Os meninos permanecem na sala de aula. Saímos em fila, as meninas muito mais tranquilas que os meninos. As companheiras de trabalho – bolsistas - ficam encantadas, referindo que são “muito lindas e fofas”. Nosso percurso até a sala é calmo, sem muitas interferências da professora que conduz as meninas em fila dupla, todas em mãos dadas. Duas delas, em mãos dadas com a Professora. O caminho é rápido e logo estamos na sala de dança, onde as meninas fazem algum agito, mas logo recebem um chamado da professora, que lhes pede que tirem os calçados (e elas parecem já saber o por quê). A sala espelhada nos deixa acompanhar de forma mais ampla as movimentações. As meninas afirmam saber do que se trata a oficina e dizer será chato, pois os meninos disseram ser chata; e que elas sabiam o que seria feito, alguém seria contornado num papel.

A professora apresenta as meninas deixando ao mesmo tempo as coordenadas, reafirmando o lugar de colaboradoras e de serem mais organizadas do que os meninos. E elas parecem atender à interpelação. A professora adianta-se, apresentando-nos as meninas. E, diferente dos meninos, nosso tempo com elas é reduzido, o que faz com que novos ajustes em relação à metodologia de trabalho devem ser providenciados. Aproveitamos da apresentação da professora para partirmos então aos esclarecimentos sobre a oficina e sobre nossos objetivos.

Tentamos dividir o grupo em dois blocos e oferecemos as instruções do trabalho, mas acabamos trabalhando meio ‘amontoados’, em um trabalho colaborativo. As com algumas resistências, sobretudo

de Maria, uma menina bastante contestadora, falante e com interrogações. Uma de suas provocações vem ao fato de eu ter afirmado que fizemos somente oficinas com meninos trabalhando com meninas e de meninas com meninas. E ela pergunta ao coordenador (Fernando) então porque está ali? Embora não tendo uma boa resposta, o mesmo já guardava essa inquietação desde o momento em que decidira trabalhar com grupos separados. Maria deixa a interrogação sem muitos argumentos que aquele de apenas está coordenando a atividade (um desafio de campo, afinal, uma pequena tensão no campo de estudos de gênero sobre os lugares de gênero na própria relação da pesquisa).

Guardada essa observação com cuidado e atenção, o coordenador rearranja o campo, deixando que as meninas, Kathilça, Nattany e Gabi ficassem mais envolvidas no trabalho direto com elas (o que não resolveu muito, pois alguns comentários posteriores eram de que o coordenador era então um folgado, pois ficava ‘só olhando’). O mesmo (Fernando) passa a operar mais de fundo, acompanhando com certa distância, mas entrando e saindo do plano “geográfico” de trabalho com pontuações, explicações, entre outras intervenções e apoio às colegas do grupo de pesquisa.

Nosso trabalho sobre a produção de um “modelo” também sofreu modificações e decidimos trabalhar com o contorno sem separá-lo, isto é, sem destacar com corte feito por estilete o interior do molde (o corpo infantil) do seu exterior (o corpo adulto). As meninas da turma nos questionam se não podem trabalhar todas sobre as duas fases, ao que acatamos a proposta.

Uma dasicineiras faz então a descrição delimitadora do espaço – criança e adulto, para que as meninas se orientem quanto ao preenchimento das representações. Nesse momento de trabalho, muitas discussões são feitas sobre o que poderia ou não ser coisas de menina, coisas de mulher. As representações são fartas em atividades relacionadas a cuidados, mas também a certa lógica de consumo, como algo muito presente na vida de uma mulher “dinheiro para comprar uma bolsa”. A sexualidade é discutida com comedimento. Mas Maria, provocadora, diz que vai namorar e que não vai ter filhos, vai usar camisinha. Gabriela comenta em seu diário:

Também perguntei se tinham vontade de namorar e elas disseram que não, imediatamente, quase em coro. Sobre filhos eu pergunto e mais uma vez o coro reacende: “Não! Filho dá muito trabalho.” E Maria reaparece em minha narrativa e diz:

“Quando eu namorar, eu vou namorar com camisinha, porque eu não quero ter filho.” Em seguida vem a pergunta: “Posso escrever sexo aqui no papel?” O comentário dela causa agitação no grupo e ela logo faz uma manobra dizendo que sua mãe souber que estamos falando sobre esses assuntos que é capaz de tirá-la da escola. (...) “A líder da turma era Maria, a menina mais agitada da sala. Sempre impondo sua opinião e observações sobre as coisas e sobre as pessoas, Maria não tinha medo nenhum de falar. Mas felizmente as colegas de turma também não se intimidavam, chamavam a atenção da pequena menina de chuteiras. Maria, nome que nos remete a muitas coisas. Mas a referida tinha o corpo esguio, quase de uma bailarina, porém ao invés de sapatilhas usava chuteiras ou tênis de futebol de salão. Andar apressado, olhar mais ansioso ainda, Maria era loira de cabelos escorridos e queria falar sobre o que seus pais faziam enquanto ela estava na sala e foi a primeira menina que levantou a questão sobre lesbianidade. Disse ter descoberto pelo Facebook que uma antiga professora deles era lésbica. Disse saber que isso é algo errado e caracterizou a referida mulher como “bruta”, “gritava com agente, era muito grossa.” Maria, como já disse, não tinha ares de bailarina, Maria gritava, empurrava, xingava, e sim, Maria me parecia bruta. Curioso como ela facilmente elencava adjetivos às pessoas, adjetivos aos quais ela mesma parecia se encaixar. Bom, olhares meus, posso estar enganada. Essa pode ser apenas uma forma de defesa da pequena menina de sapatos pretos.

A oficina transcorre com tranquilidade, embora uma ou outra situação eleve o clima. O que faz com que uma das pesquisadoras diga a uma das alunas sobre seu comportamento “isso não é jeito de menina”. Esse parece ser um desafio, pensar que os jeitos tanto de menina quanto de meninos constituam performances diferenciadas diante das práticas pedagógicas e das aprendizagens.

Portanto, se de um lado é ‘mais interessante’ trabalhar com as meninas, cabe a pergunta se não estamos assim reforçando certo movimento de docilização dos corpos e das vidas das mulheres meninas

(FOUCAULT, [1977], 2001). Essa é uma inquietação que deriva das manifestações das meninas sobre a forma como elas são educadas ou como vivem os espaços domésticos que, diferente dos meninos, inclui o cuidado com os irmãos menores e o auxílio em atividades domésticas, “enquanto os meninos ficam jogando videogame”, afirmam.

De outra parte, não restam muitas dúvidas que a forma como se relacionam no espaço escolar condiz com uma forma de pensar a educação que não pode ser possível sem os corpos docilmente educados que produz.

Cabe observar a dificuldade que as meninas tiveram em compreender a sentença, corpo de mulher. Elas operaram inicialmente com uma representação abstrada criança; o que me nos faz perguntar a elas sobre quem elas estavam imaginando e reforçamos então a perspectiva de que se trata de uma menina mulher, mais do que uma menina criança.

Algumas fotos do trabalho das meninas:





3.2.1.3 De menina a mulher e de menino a homem. Botando corpo, ficcionando gênero no(s) território(s) da educação escolar.

O último encontro em 22 de junho. Estamos no Colégio, Fernando, Ângela, Gabi, Nattany e Rari. Nossa equipe tem hoje o desafio de uma turma completa e tiramos alguma temperatura do que nos aguarda pelo recreio e pela organização das filas de entrada para as salas de aula: a correria e alguma boa dose de agressividade, especialmente entre os meninos, que se distribuem chutes e safanões. Do espaço do recreio chama-nos atenção o uso dos laptops, conectados à internet.

Ao toque da sineta, aguardamos as turmas serem organizadas. O empurra-empurra é constante e, às vezes, penso que vão se machucar. Minutos depois, seguem conduzidos por suas professoras para a sala de aula. Não encontramos nenhuma referência de homens pelo espaço da escola, a não ser na segurança – essa também com funcionárias mulheres. E hoje temos a companhia da professora da turma e da professora de Educação Física (que anuncia ficar somente até o último período).

Antes de começarmos ela diz que alguns alunos gostariam de dizer alguma coisa sobre as últimas oficinas. Daniela, uma menina muito bem articulada, dirige-se a nós como representante da turma, pedindo-nos desculpas pelo bagunça que fizeram e que, como afirmou a professora, aquele comportamento não condizia com as atitudes da turma. O tom usado por Daniela é impressionante pela clareza, posicionamento crítico e leveza ao falar. E vê-se nela e na turma um momento bastante articulado e sereno.

Iniciamos nossa proposta dizendo que hoje vamos oferecer para as meninas o trabalho que os meninos produziram e, de mesma forma, o trabalho que as meninas produziram para os meninos. Inicialmente uma recusa, afinal o trabalho dos meninos não ficou tão bom, afirmam algumas meninas.

Decidimos manter nossa perspectiva e ocupamos a sala em suas pontas. O grupo de meninos em número maior – entorno de 15 - ficam acompanhados por Gabi e Nattany, posicionados no espaço em frente à lousa. Na sala também permanece a professora que auxilia o menino Mauricio, portador de necessidades educativas especiais. Os trabalhos são entregues e os grupos começam a trabalhar sobre a “sentença” produz uma historia de menina a mulher e de menino a homem.

A oficina transcorre com muitas dificuldades em relação ao grupo de meninos. Eles falam alto, disputam a palavra, o caminho da história, se impõem. Essa imposição é tamanha que as meninas pedem para se afastar da sala, pois elas não conseguem se concentrar com o barulho que eles fazem. E saem juntamente com Angela e Rari para um espaço exterior. Foi notável a concentração e o empenho delas no trabalho, embora as disputas internas não sejam menos freqüentes. Sobretudo por Maria e Daniela, as duas meninas mais articuladas. Existe também disputa no grupo, mas elas são menos barulhentas e resolvidas sem gritos ou empurrões, resolvem-se pela palavra.

Diferente dos meninos que deram às duasicineiras Gabi e Nattany muito trabalho. Sem contar que na sala havia a presença da professora titular, a professora de educação física e a professora assistente de Mauricio. O que demanda dasicineiras mais empenho e plasticidade. Elas parecem exaustas, lutando para poder pegar alguma coisa compreensível dos meninos. Algo bastante diferente do grupo das meninas que, inclusive, se organizam de forma a elas mesmas escreverem a história proposta e de disputarem a escrita. De fato, uma disputa diferente da dos meninos. Nosso tempo voa, embora tenhamos o mesmo tempo da primeira oficina, realizada com os meninos.

Como provocador de interseccionalidade @s oficineir@s tem em cada grupo uma urna de palavras, elaboradas anteriormente, significando os interesses d@s pesquisado@s (os projetos individuais de cada bolsista): família, religião, esporte, aparência e relacionamentos. Esses temas são sorteados em momentos específicos da construção das narrativas. Apenas um ou dois temas, conforme combinado. E o tema recorrente, casualmente foi religião. Ao que introduziram nas narrativas as alunas e alunos geralmente a religião católica, do tipo: “e ele era católico”.

Como afirma a oficinaira Ângela, que se encontrava na coordenação do grupo de meninas:

Foi interessante também a naturalidade em que as meninas colocaram o garoto como negro, imaginei que poderia haver algum atrito quando defendeu-se a ideia de ele ser negro haja visto que em sua maioria elas eram brancas. Na minha época de ensino fundamental com certeza não deixariam que a criança fosse negra, entendo então que a discussão sobre a igualdade racial deve de alguma forma estar sendo feita com essa turma.

Os trabalhos poderiam seguir, mas tivemos de adequar-nos ao tempo. Voltamos todos para o espaço coletivo, afixamos as personagens e começamos as apresentações. O grupo de meninas é apresentado pelas duas lideranças Maria e Daniela. Daniela faz uma apresentação sobre os elementos que utilizaram para compor a história, fala do processo, como o fizeram. E Maria se ocupa de ler a narrativa escrita. O tom é tranquilo e seguro, elas estão visivelmente mais organizadas e o produto reflete o processo. Já os meninos, apresentam-se em trio. Um trio composto por dois dos mais “terríveis” e um menino mais quieto. A história deles teve o apoio de registro de Nattany, o que faz com que recorram a palavras-chave e expressões anotadas pela colega para a elaboração de uma história contada no momento. Diferente das meninas, que organizaram o texto e a narrativa de forma a fixá-lo e torná-lo um texto mais coerente, sem muitas lacunas.

O texto dos meninos, embora eu tenha pontuado antes de começar (o efeito parece ter repercutido apenas nas meninas) que eles deveriam tentar recuperar a história de forma a terem um plano mais coerente e menos despedaçado. Mas o tom deles é de uma história fragmentada, com alguma linha de continuidade, mas sempre marcada por episódios fantásticos e com conotação sexual. Como o caso da personagem Julia que tem seu carro estragado no meio do caminho e o mesmo é consertado por um mecânico e a partir desse encontro, depois de que a chave de fendas tenha sido tocada pelas mãos dos dois, estabelece-se um caso de amor. A narrativa da menina envolve viagens, um filho promissor e rico, chamado Neymar, que depois vira mecânico, etc. Para Gabriela:

A construção de uma história linear também foi mais difícil para os meninos, que não conseguiram escrever sobre a vida de “Júlia”. As idéias brotavam de cada um deles e não conseguiam alinhavá-las em uma sequência. Até que dois meninos, Pedro e Daniel tomaram a frente da história. Junior, um menino magrinho também, mas com olhos grandes e intensos, começou baixinho e concentrado. Criou uma vida para “Júlia” do começo ao fim. Daniel ajudou com alguns detalhes da trama.

A oficina não tem mais muito tempo, para além das apresentações, mas oferecemos com os poucos minutos que nos restam a possibilidade de que alguém do próprio grupo possa acrescentar algo ou então que alguém do grupo “oposto” possa fazer comentários sobre a narrativa e se ela estava a contento ou não do que produziram, isto é, se os colegas conseguiram dar uma vida aquele corpo de representações que foi produzido. Os comentários incluem desde a especificação de um nome que falta ou de um ponto da história que não ficou claro, até o ponto mais quente, que envolveu a palavra “sexo” e o nome de dois participantes escritos em um cartaz “um menino e uma menina”. O que significou muitas inquietações sobre por que estavam escritos aqueles nomes. Possivelmente uma provocação relacionada a alguns arranjos amorosos no interior da sala de aula e que explodiram na oficina. A temática “sexo”, presente o tempo todo nos materiais, provocou muitas discussões. Segundo Nattany:

Ao término das apresentações, as meninas questionaram bastante a coerência da história dos meninos, pedindo explicações sobre pontos incoerentes. Já os meninos se mostraram interessados em saber o por que as meninas haviam escrito “Sexo” no cartaz delas. Sobre essa última questão, a sala se mostrou um pouco constrangida, aliás incomodada com a pergunta, então nesse momento a equipe NIGS entrevistou ponderando que não se tratava de uma pergunta referente a quem escreveu, mas sim o porque que elas enquanto um todo haviam escrito tal palavra. Depois da intervenção, uma das meninas tomou a

frente e disse “Colocamos porque mulheres adultas gostam/ costumam fazer sexo.

Os encontros dessas oficinas parecem ter produzido uma experiência desafiante e demandando maior aprofundamento metodológico – temas que consideramos importantes sobre metodologias para o trabalho e a pesquisa com gênero, sexualidade e interseccionalidades na educação escolar. Mas os desafios são seguramente maiores, pois é contundente a necessidade de trabalhos que abordem as relações sociais que regem o gênero e o exercício da sexualidade em intersecção com outros marcadores de identidade e diferença (SILVA, 2000).

3.2.2 Entre o desafio da metodologia e a polêmica homofóbica: a experiência na escola EEB Porto do Rio Tavares

O contato com a EEB Porto do Rio Tavares surgiu a partir de uma relação histórica da mesma com o NIGS e, em especial, a partir de uma demanda da escola, cujo contato havia sido feito através de uma das colegas do NIGS (Tania Welter, pós-doutoranda). A demanda da escola era de uma oficina sobre sexualidade, para alunas e alunos da sétima série. Esta intervenção teve uma particularidade que tomo aqui como um analisador importante na relação aos discursos homofóbicos fortemente presentes e “autorizados” a se manifestarem no ambiente escolar.

O trabalho que realizamos, eu e a bolsista Nattany Rodrigues, aluna do curso de Serviço Social, encontrou algumas dificuldades no andamento da oficina e uma avaliação final bastante emblemática. Ao final da oficina, depois do processo de avaliação, um aluno nos questiona se o trabalho que fazemos pode mudar algo na sociedade, uma vez que, para ele, nada mudaria, pois não gostava de “veado” e continuaria não gostando. Algumas reações contrárias, mas sob-rios e visível desconforto, a oficina se encerra. Tempo depois, recebemos através da colega Tânia o seguinte comunicado:

A Assistente pedagógica da EEB Porto do Rio Tavares, Professora R, me ligou para colocar a seguinte situação e propor uma conversa. - O pai de um aluno esteve na escola para reclamar que a oficina realizada na escola pelo NIGS

(coordenada por ti) promoveu uma apologia a homossexualidade. - A escola fez o registro desta reclamação (fazem isto sempre que envolve menores) e organizaram um instrumento para verificar o entendimento da turma a respeito da oficina realizada. - Com este instrumento verificaram que outros estudantes também observaram esta apologia e que a abordagem não teria sido adequada.

Recebi com bastante curiosidade que essa informação, mas não sem espanto, uma vez que a reação do menino foi contundente. Minha reação de curiosidade dirigiu-se a entender os significados veiculados nas expressões “apologia da homossexualidade” e “inadequação” da oficina. Desta curiosidade e da própria proposta da colega Tânia Welter e da Professora Miriam Pillar Grossi, coordenadora do Papo Sério, fomos ao encontro da escola para conversar com a coordenação pedagógica. A conversa foi bastante tranquila e revelou os laços das duas coordenações.

Auxiliadas/do pelo relato e as anotações (diário e avaliações) de Nattany Rodrigues, pudemos argumentar com a professora a partir das avaliações por escrito das alunas e alunos e chegamos à conclusão de que, em que pese a própria dificuldade de abordagem do tema e algum problema metodológico, não poderíamos deixar de considerar que o fato de conduzirmos sozinhos a turma para a oficina, sem a participação da professora da disciplina, revela que o trabalho de “estrangeiros” em um território “delicado”, como o é a sexualidade, exige alianças táticas e estratégicas mais bem planejadas.

Embora a escola já viesse participando de outras ações do NIGS, consideramos que a oficina, que aprofundou e efetivamente tocou nos temas da discriminação, obteve uma resposta coerente com a real situação da temática: um território denso e minado por muitas interseccionalidades e moralidades, sejam elas religiosas, científicas ou da própria comunidade escolar em que estamos nos inserindo.

3.2.3 Memórias de um encontro “impertinente”: a homofobia em ato

Chego a Escola cinco minutos antes do horário combinado para a realização da oficina. O táxi me deixa no portão da escola, mas me

demoro a perceber a entrada. Vejo uma moça no saguão, por entre a porta gradeada. Eu a chamo. Ela diz então que o portão encontra-se aberto. Eu entro e ela não me pergunta nada. Fico pela entrada circulando uns poucos minutos, até que me dirijo a sala da direção. Peço pela profa. Mirna e a senhora que me atende diz que eu procure-a na sala da coordenação pedagógica. Eu chego até a sala, vejo uma senhora conversando com outra, mas elas ignoram minha presença e continuam. Eu faço algum sinal, elas não atendem. Fico ao entorno. Volto à sala da direção e, quando retorno, a porta da coordenação pedagógica está fechada. Na sala da coordenação, percebo um enorme grafite de Jesus Cristo.

Na sala ao lado, a senhora da limpeza, conversa com a moça que estava no portão. Eu as interpelo sobre a Professora Mirna e elas a localizam no pátio. Apresento-me e Mirna parece assustada, como se não houvesse lembrança da combinação para a oficina. Digo a ela que ainda estou aguardando a equipe, pois há um congestionamento enorme nas duas vias de acesso ao bairro. Ela então propõe que utilizemos a aula da professora de história, que prontamente aceita nossa proposta. O local ainda esta para ser definido, se na sala de eventos ou na sala de aula. Telefono a Nattany e ela me diz que esta chegando. E, logo isso acontece. Mas em consideração ao novo acordo, ficamos durante quase uma hora no hall da escola. Estivemos aguardando por Ângela, mas ela não chegou e também não nos deu notícias. Somos apenas eu e Nattany.

Enquanto estamos aguardando, passamos parte do intervalo conversando e percebendo a movimentação da escola. Parecem muito mais tranquilos que as alunos e os alunos do Colégio Aplicação. E os bem pequenos, tipo 7 anos, nos fitam em curiosidade. Já os maiores, mexem em seus celulares e ficam de conversa com as meninas. Senta-se ao nosso lado no banco. O diretor, para quem fomos inicialmente apresentados, passa por um dos garotos e o puxa, fazendo algum comentário para que o rapaz perceba Nattany. Mas os meninos não se empolgam muito, parecendo muito mais um desejo do diretor do que deles. Uma menina, que logo descobriremos será uma das alunas da turma, senta-se ao lado de Nattany, sem pedir licença. É uma menina muito bonita e parece chamar a atenção de todos ali ao entorno, cerca de 4 garotos, em idade de 14 anos talvez. O sinal toca e o pessoal se dirige as salas. A escola não parece barulhenta, alias, parece mesmo mais tranqüila e um ar de vida interior, com um prédio pequeno, portões abertos.

Ao sinal, Nattany e eu nos organizamos para a oficina. Não somos procurados por ninguém. Me inquieto um pouco. Mas logo as

coisas se organizam e a professora de Historia vem nos procurar. No pátio, ainda alguns alunos terminam a aula da professora de artes, que trabalha sobre uma mesa no centro – área coberta e aberta – da escola. A professora nos conduz ate a pequena sala, advertindo-nos do espaço pequeníssimo. O que de fato influenciou no arranjo da oficina. Chegamos a sala e somos apresentados. A turma nos olha com curiosidade. Alguns são pequenos, outras maiores, uma turma bastante mista. Apresentamos-nos como pesquisadores do NIGS que trabalham com a temática de gênero e sexualidade na escola e que desejamos contar com a colaboração delas e deles para entendermos algumas de nossas questões de pesquisa, por isso pedimos a elas e eles que nos ajudem. Formam, portanto convidados e aceitaram nosso convite.

Nattany organiza os papéis para distribuirmos o grupo em quatro subgrupos. Os arranjos ficam meio difíceis pelo espaço da sala, conjugado a outra sala. Mas conseguimos ao menos dividir os grupos, desta turma bastante mista, com idades entre 11 e 16 anos, aproximadamente 20 alunos. E pedimos a turma que nos comente o que pensam e se já ouviram as palavras gênero e sexualidade. A reação não foi produtiva, mas alguns ruborizavam, outros resistiam a dizer, alem do nome, o que entendiam pelas expressões. Muitos riam, associando expressões de sexualidade a praticas sexuais que alguém já fizera, etc. Mas foi somente um menino quem definiu gênero e sexualidade, considerando que seus colegas nada comentaram. Para ele, gênero tem a ver com homem ou mulher e identidade de gênero tem a ver com heterossexualidade, homossexualidade. E sexualidade tem a ver com sexo.

Feita a apresentação, solicitamos que a pessoa de maior estatura da sala colaborasse para a produção do corpo no qual vamos tatuar coisas que dizem respeito a homens e mulheres. As reações são de risos desconfortáveis, mas o processo segue. Os percalços podem ser entendidos como dificuldades de abordar o tema. O que de fato procedeu-se. O contorno foi feito e dividimos o corpo em quatro partes. Do lado esquerdo, homem, adulto, na parte superior, e adolescente na parte inferior. O mesmo com o corpo de mulher. Os grupos então escreveram e desenharam no corpo, coisas que são destinadas a homens e a mulheres. Depois disso, tratamos de discutir sobre o que foi produzido.

E foi nesse momento que a tensão sobre a sexualidade se fez, quando se provocou a discussão sobre o fato de que homens poderiam fazer sexo não somente com mulheres e que mulheres também poderiam fazer o mesmo. A questão do grupo foi o que era natural e o que era

regra. Disputas nesse sentido foram sendo agenciadas e alguns colegas foram sendo indicados como protagonistas desses cruzamentos de gênero e sexualidade, isto é, diziam: isso é o fulano, isso é cicrano quem faz, etc. Nesse momento, pensei oportuno passar o vídeo “eu não quero voltar sozinho”. Mas o vídeo não funcionou e, então, a duras penas, tentamos recuperar a discussão, trazendo o corpo tatuado para o centro novamente. A proposta causou resistências, mas conseguimos produzir algo.

Algumas meninas e meninos foram representantes de seus grupos e fizeram as ligações com fios de lã, sobre o que constava em cada período adulto – adolescente, em coisas comuns entre homens e mulheres. Disso observamos e tratamos de apontar que haveria maior flexibilidade, de acordo com a faixa etária. E que as cristalizações dos comportamentos se davam de acordo com a idade e que algumas coisas se destinavam assim a somente homens ou a somente mulheres. A discussão foi produtiva, mas devido ao tempo não chegamos a fazer as ligações entre as gerações opostas, o que tornaria o trabalho de reflexão bem mais produtivo.

Propusemos então uma avaliação. E nos oferecemos a atender suas perguntas. Nesse momento, um dos meninos pergunta se nos entendemos que o que estamos fazendo muda alguma coisa, porque para ele não, afina, continua não gostando de veados.

As avaliações recuperadas por Nattany nos ajudam a compreender melhor o trabalho. As alunas e os alunos foram convidados a uma avaliação anônima, por escrito. Deste convite, contamos com as seguintes avaliações:

- Gostei muito, gostaria que vocês continuassem fazendo essa oficina com a gente e gostaria de continuar falando sobre sexualidade;
- Não valeu a pena, pois o meu modo de pensar continuou igual, não gosto de viado e deus;
- Uma boa aula pra quem quer aprender. Não entendi muita coisa pois nunca discriminei ninguém. Gostei do cartaz, como ligar as coisas que determinadas pessoas geralmente fazem.
- Próxima vez falar de hetero;
- Eu gostei;
- Aprendi muitas coisas e todas as pessoas são iguais. Gostei da conversa;

- Legal, aprendi várias coisas, falar sobre sexo da próxima vez;
- Achei muito legal, aprendi muita coisa;
- Eu achei legal, e gostei sim;
- Eu achei muito legal, aprendi que não devemos discriminar. Gostei de tudo, gostaria que abordassem o tema sobre natureza da próxima vez;
- Gostei de tudo, abordar assunto sobre sexologia da próxima vez;
- Muito bom porque fala sobre gay, não aprendi nada, falar sobre gay da próxima;
- Aula boa mas poderia ser melhor, eu aprendi sobre sexualidade e gostei pois foi interessante, da próxima vez falar sobre sexo;
- Legal, aprendi bastante coisa;
- Eu gostei e aprendi mais sobre os outros lados da sexualidade, gostaria que falassem da próxima vez sobre heteros.

O que posso compreender dessa experiência é de que ela toca a alguns/algumas estudantes, mas o regime normativo de gênero e as prescrições da sexualidade cercam a experiência dos processos educativos de forma a que se pode pensar em uma disputa de significados, onde nem sempre encontramos condições favoráveis para o nosso trabalho-combate (nossa implicação: resistência, pesquisa engajada).

Nem sempre, mesmo que tenhamos aliad@s nas oficinas (as vozes subalternas a que me referi anteriormente), conseguimos avançar em nossas discussões. Pode ser que a metodologia seja profícua, mas os desafios de tensionar os instituídos no espaço escolar ainda são muito grandes.

Algumas meninas e alguns meninos se interessam pela discussão pois, talvez, sintam a necessidade de discutir, falar mais livremente e sem serem tolid@s, mas a dureza da heterossexualidade obrigatória, aliada ao regime binário de gênero, paralisa os movimentos.

Temos assim no campo da pesquisa-intervenção (e nas ações de extensão) boas possibilidades de compreender ao mesmo tempo em que intervir sobre uma determinada realidade social. Tratando-se de uma problematização sobre as condições de possibilidade de emergência dos discursos que se opõem e/ou associam nos jogos de verdade que dão os contornos à relação dos sujeitos consigo mesmos no processo de sua

(auto)constituição (subjetividade e relações de sociabilidade). Isto é, como os sujeitos se confrontam e como combatem às formas de assujeitamento, cujas estratégias modernas consistem na manutenção das clivagens envolvendo o gênero, a sexualidade, idade, os estilos de vida, as etnias e as desigualdades sociais decorrentes da pobreza, ao mesmo tempo em que se trata/tratamos¹ de agir/ combater no sentido da reversibilidade de alguma destas formas de assujeitamento.

Algumas fotos do trabalho coletivo, produção única de meninas e meninos:



¹ Considerando-se o conjunto amplo das ações coletivas do núcleo de pesquisa (NIGS) e sua rede de pesquisadoras-res engajad@s, contribuindo para a reflexão e o fomento destas reflexões no campo acadêmico e das políticas públicas.



3.2.4 Oficinando uma metodologia: praticando-refletindo sobre a pesquisa-intervenção com jovens do projeto PIBIC/NIGS e intercambistas PROCAD

A última parte desta reflexão se refere a um trabalho mais voltado à perspectiva metodológica da pesquisa, através de suas invenções táticas e a caixa de ferramentas do pesquisador.

Em atenção às demandas do Projeto PIBIC Ensino Médio, realizado pelo NIGS, me dispus a trabalhar juntamente com as/os jovens bolsistas do projeto na re/formulação e disponibilização da metodologia de pesquisa. Participaram do encontro alunas e alunos do ensino médio, bolsistas de graduação e colegas pesquisadoras do NIGS em formação de pós-doutorado.

Esta oficina contou ainda com a participação de intercambistas do convênio PROCAD com a Universidade Federal da Bahia, de modo que estiveram participantes da oficina alunas e alunos do curso de Graduação em Gênero da UFBA e bolsistas de pós-graduação da mesma universidade. Além destas/destes, participou do encontro um bolsista de mestrado da Universidade Federal do Ceará.

A oficina aconteceu no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC e teve a duração de 4 horas, atingindo um grupo de aproximadamente 20 pessoas, e teve como convocação a seguinte proposta:

Oficina de Metodologia: "Gênero, sexualidade, 'raça'/etnia, (d)eficiência e classe social em

gerações: interseccionalidades na educação". Esta oficina objetiva a qualificação de uma metodologia de trabalho sobre gênero e sexualidade, em interseccionalidade com outros marcadores sociais, como forma de compreensão e atuação diante dos discursos-normas que cercam a experiência da produção e das experimentações do corpo no âmbito da educação escolar. Trabalha-se nesta oficina a técnica “botando corpo, (des)fazendo gênero”, através da produção de narrativas coletivas e ligações de redes de significados, com vistas à pesquisa sobre interpelações geracionais. Espera-se com este trabalho disponibilizar e (re)definir uma ferramenta de trabalho com grupos e coletivos na perspectiva de gênero e sexualidade. A oficina é dirigida a bolsistas de iniciação científica do ensino-médio (Projeto PIBIC) e da graduação, integrantes do projeto de extensão Papo Sêrio - NIGS.

A proposta do encontro foi que dividíssemos o grupo em duas figuras de corpos: homem e mulher (pode-se aqui já adiantar a construção binária, mas o objetivo foi observar os movimentos reificação da naturalização dos corpos, bem como mapear/pesquisar formas de desencaixe com essas representações, veiculadas no material de mídia disponibilizado para a oficina). Foi informado ao grupo que trataríamos de um trabalho de pesquisa, isto é, que o grupo estaria fazendo o movimento de coleta de representações sobre corpo, gênero e sexualidade a partir do marcador etário e desde dois veículos de informação (revistas). O trabalho foi explicitado da seguinte forma:

- **O quê:** um espaço de discussão sobre representações de gênero, em perspectiva geracional - através das fases de vida infância, juventude, idade adulta e velhice. Nossa proposta de intervenção oferece às/aos jovens participantes um espaço de reflexão sobre gênero e (inter)geracionalidades, a partir dos marcadores de classe, localidade e em relação ao exercício da sexualidade.
- **Material:** revistas (foi oferecido ao grupo um maço de revistas Veja e revista de bordo da Cia aérea TAM – cabe salientar que aqui a perspectiva

de acesso às revistas foi contingencial, muito mais do que uma decisão preestabelecida, isto é, trabalhou-se com duas revistas com as quais tínhamos maior número de exemplares reunidos, estabelecendo-se uma homogeneidade no trato do documento a ser analisado), papel colorido, tesoura, cola, lã em cores diversas, papel pardo, material de sucata, pincel atômico; aparelho de som, computador portátil e máquina fotográfica (para o registro exclusivo do material produzido).

- **Como:** criação do boneco (contornado em papel craft) e a tatuagem das representações.

- **Instruções:** O grupo foi dividido aleatoriamente (através da técnica de contagem 1, 2, 3 e 4) e organizado em 4 subgrupos de até 5 participantes (podendo ter mais de um grupo para cada fase geracional, dependendo do número de alunos em sala de aula), representando a infância, adolescência/juventude, idade adulta e velhice.

No caso desta oficina, pelo pouco tempo, e dado que se tratava de um trabalho de prática e estudo da metodologia, dividimos o corpo em apenas duas linhas geracionais: mulher jovem, mulher adulta - idosa; homem jovem, homem adulto – idoso. Depois de concluídas a colagem das representações o grupo trabalhou com homologias e idiossincrasias presentes no material, refletindo sobre o material encontrado, sobre a própria perspectiva da pesquisa e as posições e intencionalidades sobre o buscado/encontrado em termos de material a ser analisado. Uma alternativa seria a ligação através de fios (linhas de lã) para indicar as continuidades e descontinuidades das representações e, de outra forma, uma construção narrativa sobre o que seria possível contar/dizer da história de uma determinada pessoa a partir das representações que cercam/cercavam aquele corpo.

O trabalho transcorreu de forma bastante intensa e interessada. O grupo discutiu os limites e as possibilidades da metodologia, bem como a própria experiência (a dobra sobre si mesma/ si mesmo, no sentido deleuziano do termo) no jogo de busca e manuseio das representações. Ao final da oficina contamos com as seguintes reflexões do grupo de participantes:

- Achei muito legal, essa proposta em utilizar as partes da infância, juventude, adulta e velhice e você vê a diferença na

infância a inocência, divertimento na juventude, o sexo a tecnologia na vida adulta a família e os bens e na velhice a inteligência.

- achei interessante mostrar as fazes da vida, e o que a sociedade mostra e nos induz a querer o que a mídia mostra , o que ela evita, a minoria, o papel da mulher, o papel do negro, trans.
- Gostei muito de participar da oficina, com certeza, levarei a experiência para a discussão nos estudos de gênero e sexualidade na UFBA. Muito Legal
- Muito bom! A proposta é interessante e possibilita muitas discussões sobre a construção des-e re-construção de normas de gênero, e suas intersecções.
- Metodologia simples, direta e muito rica para discussões em todos os campos : etnica-racial, de idade/geração, gênero, orientação sexual, enfim, uma nova possibilidade de construir, desconstruir e reconstruir conceitos, idéias e novos papéis.
- Achei interessante a atividade porque ela mostrou de alguma forma porque nos faz pensar no que é ser uma criança,um jovem, um adulto, e um velh@ ou idos@. Também me fez pensar no que a criança, o jovem, o adulto, @ idos@ pensam e quais são os seus papeis na sociedade.
- O trabalho (oficina) foi muito enriquecedor, interessante e muito aberto para adquirir conhecimentos.
- Elaborar, pensar, conhecer as representações do outro (homem/mulher), entre outros (adjetivos e possibilidades) de aprendizagem, sobre gênero,etnia-raça, classe, idade e geração. Valeu!!!
- Muito interessante o trabalho. Mesmo que por um lado as figuras Condicionam e limitem as possibilidades, a riqueza do trabalho esta em pensar estas categorias de modo relacional e construído em processo. * Ao mesmo tempo em que fomos "oficinados", o trabalho nos

instrui e capacita metodologicamente para atuar como "oficineiros". Muito legal.

- Ótimo, parabéns pela iniciativa de trabalhar com o ensino médio. Entretanto, penso que o binarismo inicialmente proposto (cartaz para homem e para mulher) provoca uma lacuna nas possibilidades de reflexão. Por que não romper com esse modelo? Por que não romper com essas fronteiras? Pessoalmente penso que, para além das representações, podem buscar os discursos que, não podemos esquecer, são produzidos por pessoas e não por revistas, simplesmente. Parabéns, fiquei muito feliz com a oportunidade de troca.
- Gostei muito de conhecer a metodologia de pesquisa com mídia possibilitando intersecções entre gênero, sexualidade, classe social, religião, cor de pele, escolaridade. Muito bem! Parabéns ao Fernando!
- Adorei a dinâmica mas acho que deveria ser dividida em infância, juventude, adulto, idoso tanto para homem quanto para mulher desta forma tem-s uma base maior para a comparação.
- Sempre positiva a possibilidade de dialogo.
- Esse momento foi de extrema importância para conhecimento e desenvolvimento acadêmico. A metodologia explicitou as diversas formas de representações e de como se pensar sobre esses temas q foram abordados obrigado pelo convite/participação.
- Gostei muito da metodologia de nossa oficina.

Os princípios do método de que se lançou nesta perspectiva consideram que conhecer implica em transformar (AGUIAR; ROCHA, 2003), uma vez que o que produzimos não é mais do que o efeito de efeitos históricos, em um exercício no qual as tradicionais figuras de sujeito e objeto se dissolvem no fazer da reflexão e da ação.

Deste modo, cabe sublinhar que a própria reflexão do pesquisador proponente da oficina, sofreu uma modificação, passou pela tensão do encontro com outras e outros interlocutores, produzindo modificações sobre si mesmo e sobre a sua reflexão. Exemplar disso pode ser a explicitação que me fez aderir a reformulação no título da oficina, grafando-s a partir de então como botando corpo, **(des)fazendo** gênero.

Isto é, embora eu tivesse a clareza sobre os binarismos de gênero e a naturalização do corpo, como regulação sexo-generificada e racializada, faltava de alguma forma a sutileza da grafia desfazer o gênero. Embora a perspectiva fosse discursivo-desconstrucionista, nem sempre estava evidente para as interlocutoras e para os interlocutores a posição do engajamento político-epistemológico, condição esta necessária para qualquer pesquisa-intervenção.

A metodologia não estava/agia reificadora do binarismo, mas ao operar com estas duas possibilidades de pensar o corpo, interpelando desde o começo ao trabalho sobre esta duas possibilidades, sem adiantar que elas são reificações discursivas, deixava alguma margem para a própria reificação, sem que esta fosse a intenção do pesquisador. Neste sentido, considero que as possibilidades de experimentação da oficina nas escolas e, em especial, junto a oficina de pares realizada no NIGS, permitiram o amadurecimento de uma metodologia que somente pode ser trabalhada sobre si mesma a partir da experimentação e da reflexão especializada junto ao grupo de pares (pesquisadoras/pesquisadores do NIGS). Esta metodologia será mais bem definida e tratada no artigo indicado na produção do pós-doutorado.

Algumas fotos do trabalho, produção dos dois corpos, em grupos mistos:



3.2.5 Fechamentos/desdobramentos da pesquisa

Considerando-se a especificidade das relações de gênero e a sexualidade como dispositivos na inteligibilidade humana, produzida nos jogos biopolíticos, considero a hipótese de que educação escolar tenta se reconstruir e se resignificar desde as ruínas do projeto político da Modernidade – projeto esse alicerçado na regulação das formas de vida. Diria, ainda, que muitas epistemologias funcionam como dispositivos em jogos de poder-saber que tratam de naturalizar performativamente as questões de corpo e subjetividade. Por isso cabe perguntar de que forma essas figuras engendradas nos processos de materialização do corpo são representadas e que subjetividades são inteligíveis e quais não acedem a esse status de “humanidade”. Como estas formas são veiculadas e atravessam o campo da educação escolar? Como as instituições educativas manejam, produzem, regulam, (re)articulam o trabalho sobre o corpo, interseccionado pelo gênero, pela sexualidade e pela “raça”? (POCAHY; DORNELLES, 2010)

Seguindo algumas pistas a partir de estudos em Michel Foucault e Judith Butler, podemos dizer que as estratégias biopolíticas e as políticas discursivas normativas colocam em vigilância a vida, por onde ela passa, circula, conduzida pela mão do Estado. E é a partir da instauração de identidades em torno da raça, classe e origem social, forma do corpo e sobre as posições que cada um ocupa nas relações ‘geradas’, sexualizadas, etnicizadas, etarizadas, que certa coerência vai trabalhar no sentido de constituir um sujeito que importa e uma figura de humano que é reconhecida socialmente (BUTLER, 2006) – aqui, um sujeito que conta para a educação, notadamente.

Ao nos aproximarmos da ideia de processos de subjetivação, no sentido atribuído por Foucault, como as relações que cada sujeito pode estabelecer e suas reações diante de determinados jogos de verdade, entendemos a importância de compreender de forma crítica as políticas de gestão da vida nos engajamentos educativos, articuladas constantemente nos/desde/sobre os jogos de produção de pedagogias de gênero e de sexualidade (LOURO, 2000). Acentuo o trabalho de recitação e repetição das normas de inteligibilidade, especialmente aquelas que trabalham no sentido de “limpar” as representações que conferem reconhecimento sobre o que é e pode entrar em consideração na definição de uma “vida humana” – viável, elegível e inteligível (segundo determinadas normas).

O que pude perceber desde o trabalho com as oficinas nas escolas é que os agenciamentos normativos na regulação do corpo, como plano

de inteligibilidade, são acionados cotidianamente em pedagogias de gênero, sexualidade e raça, desde muito cedo na vida das pessoas.

No entanto, essas regulações normativas, nas ditas pedagogias “duras” e “fixadoras”, não são vividas sem resistência. É possível assim imaginar e viver subversões a uma norma. Não faltam evidências disto e temos nesse estudo a possibilidade de ver algumas formas de escape, especialmente quando as ditas vozes subalternas se encontram com propostas pedagógicas que se ocupam de refletir sobre a naturalidade das identidades e das diferenças.

Por isto, acredito que o trabalho desenvolvido pelo projeto Papo Sério e a modesta colaboração desta pesquisa com sua proposta metodológica de pesquisa-intervenção auxiliam na tessitura de uma rede de possibilidades para educação como prática refletida da liberdade, como apontou-nos Michel Foucault.

Diante do desafio da naturalização e da banalização da violência, conforme expressa na fala de um dos interlocutores da pesquisa, aluno da escola EEB, ao interrogar-nos (a mim e a Nattany Rodrigues) sobre a eficácia disso sobre a mudança social, afirmando que não gosta de veados e continuara não gostando, resta apenas afirmar que há muito e muito a fazer diante das cotidianas formas de discriminação.

Afirmo que o trabalho crítico (e criativo) de ações como a desenvolvida pelo NIGS, através das distintas perspectivas e “objetos” de pesquisa, oferecem subsídios para construir juntamente com educadoras e educadores e as comunidades escolares, de uma forma em geral, ferramentas úteis para a pesquisa e o trabalho cotidiano da educação escolar.

A pesquisa-intervenção, em um exercício continuado de reflexão, constituiu-se com o objetivo claro de estudos sobre gênero em interseccionalidades, mas também como posição crítica e engajada de enfrentamento das situações de LGBTfobia, tanto na medida em que elas indiretamente sustentaram esta proposta de intervenção (composição do campo de análise), quanto na medida em que estas situações de LGBTfobias foram se apresentando em algumas das oficinas que pudemos acompanhar. O que só foi possível perceber, acompanhar, pela posição crítica e franca que estabelecemos com nossas/ nossos interlocutoras/res nas oficinas, ao trabalhar com e não sobre. Ou seja, operamos inspirados em Michel Foucault (1984), para quem o papel dos/ das intelectuais (aqui em nossa posição diríamos intelectuais engajadas/os) não é aquele de moldar a vontade política dos/das outros/trás, mas de “interrogar novamente as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar

as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições” (FOUCAULT, 1984).

Operando sobre a diversidade e dispersão dos enunciados normativos e discriminatórios, ensaiei, com estas estratégias de pesquisar-intervir, em desenvolver uma análise das relações de poder-saber que se situam no interior da norma que delimita e reitera a linha de inteligibilidade a partir das interseccionalidades discursivas que materializam o corpo (em gênero, sexualidade, idade, “raça”/etnia, classe, territórios-localidades, deficiência, entre outros marcadores dispositivos (nos termos foucaultianos do dispositivo)).

Reforço que ao me dedicar aos estudos específico de uma relação no campo dos estudos de gênero e sexualidade, estou trabalhando com outras e outros pesquisadoras/res na tessitura de uma rede de saberes que façam compreender/ informar as políticas de educação da importância que as relações de gênero e sexualidade em suas interseccionalidades tem enquanto fundamento epistemológico da vida, diante dos processos de subjetivação, tais quais aqueles relacionados a relação social educação.

Essa forma de pensar a Educação tem como compromisso a ampliação dos espaços onde os processos de ensino-aprendizagem se re/produzem e da forma como podemos pensar tensionamentos diante de pedagogias normativas e currículos engessados. Des/fazer o gênero, re/inventar a sexualidade, desnaturalizar e ‘deseficiência’ o corpo, ‘desetarizar’ as gerações, analisar-intervir de forma discursivo-desconstrucionista sobre as formas de objetificação, pode oferece-nos algumas possibilidades de pensar outras epistemologias para a Educação.

Desde um processo reflexivo sobre as teorias que cercam os modos de compreensão dos discursos-práticas que definem sujeitos e subjetividades, a diáspora dos sujeitos “objetificados” ocupa a cena da educação como condição sem a qual não podemos pensar em democracia efetiva e na cidadania plena de tod@s.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Katia; ROCHA, Marisa Lopes. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 4, p.64-73, 2003.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Pesquisa no/do cotidiano das escolas – sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BAREMBLITT, Gregorio. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

BOURCIER, Marie-Hélène. **Sexopolitiques. Queer Zones 2**. Paris: La Fabrique éditions, 2005.

BOZON, Michel. Les âges de la sexualité. Entretien avec Michel Bozon par Marc Bessin. La tyrannie de l'âge. **Mouvements**, n. 59, juillet-septembre. La Découvert: Paris, 2009.

BUTLER, Judith. *Défaire le genre*. [2004]. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

_____. *Trouble dans le genre. Pour un féminisme de la subversion*. [1990]. Paris: La Découvert, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Caminhos investigativos II: outros modos de fazer e pensar pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002a.

_____. **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DaMATTA, Roberto. **Uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DORNELLES, Priscila Gomes. 'Distintos destinos': problematizando as relações de gênero nas aulas separadas entre meninos e meninas na Educação Física escolar. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, n.7, 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/P/Priscila_Gomes_Dornelles_07_B.pdf

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-149.

_____. (1984). Le souci de la vérité. In: **Michel Foucault**. Dits et écrits II, 1976-1988. Paris: Gallimard, p.1487 - 1497.

_____. Les rapports de pouvoir passent à l'intérieur des corps. [1977]. In: **Michel Foucault**. Dits et écrits II, 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis, p. 1-18, 1998. (versão revisada/2010). Disponível em <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/publicacoes.html>

_____. "Masculinidades: uma revisão teórica". **Antropologia em Primeira Mão**, v. 75, p. 1-37, 1995.

GROSSI, Miriam Pillar *et al.* (org). **Representações de Iniciação Sexual e Homossexualidades em Escolas do Ensino Público de Santa Catarina**. Florianópolis: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades. Universidade Federal de Santa Catarina; PN DST/HIV/AIDS – Ministério da Saúde, 2009.

_____. **Projeto Papo sério**. PROEXT 2010 - Edital n° 05. UFSC.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, out., 1998, p. 103-117.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.7-34.

PATTO, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A . Queiroz, 1990.

_____. Ciência e Política na Primeira República: origens da Psicologia Escolar. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria et al (rg.). **Clio-psyché: história da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/ NAPE, 1999.

POCAHY, Fernando; DORNELLES, Priscila Gomes. Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção. **Revista Instrumento (Juiz de Fora)**, v.12, p.125 - 135, 2010.

ROCHA, Marisa Lopes. Psicologia e Educação: resgate de produção de histórias. In: JACÓ-VILELA, A M; JABUR, F; RODRIGUES, H B C (Org.). **Clio-psyché: história da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/ NAPE, 1999.

_____. Educação em tempos de tédio: um desafio à micropolítica. In: SOUZA, M. P. R. (Org.); TANAMACHI, E. (Org.); ROCHA, M. L. (Org.). **Psicologia e Educação**. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, v. 1, p. 185-207.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. Teoria Cultural e Educação : um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Literatura. **Cadernos Pagu** [online], n.19, p. 9-53, 2002.

UFSC. Resolução nº 010/CUN, de 11 de julho de 2006. Dispõe sobre a realização de pós-doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

UFSC. Resolução nº 38/CPG/2010, de 21 de outubro de 2010.
Resolução POS-DOC REUNI. Universidade Federal de Santa Catarina.

ARTIGOS PRODUZIDOS NA RELAÇÃO COM A PESQUISA

“Botando corpo, (des)fazendo gênero”: Uma ferramenta para a pesquisa-intervenção na educação escolar

Fernando Altair Pocahy
Miriam Pillar Grossi

Introdução

Este trabalho é constituído de uma reflexão sobre um percurso teórico-metodológico na (re)definição de uma ferramenta coletiva para a pesquisa-intervenção. A metodologia que apresentaremos resulta de um refinamento conceitual e prático (ação de extensão) desde a perspectiva das relações de gênero, sexualidade e gerações em interseccionalidades. Os avanços nesta experimentação metodológica foram possíveis a partir de uma pesquisa em nível de pós-doutorado, vinculada ao Núcleo de Identidades e Subjetividades – NIGS, do PPG Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

A partir da pesquisa *“Botando corpo, fazendo gênero”*. *Representações e práticas de estetização na (re)definição corporal de masculinidades juvenis (entre estudantes de ensino médio de escolas públicas na Grande Florianópolis)*, financiada pelo programa Pós-Doc UFSC-CAPES-Reuni, acoplada à ação Proext Projeto Papo Sério², realizada pelo NIGS, buscamos compreender como determinadas posições de sujeito se produzem e quais mecanismos de inteligibilidade e negociações significantes encontram-se presentes em determinados contextos da educação escolar.

Os resultados deste trabalho foram produzidos a partir da análise de oficinas específicas sobre relações e performances de gênero em interpelação etária (BOZON, 2009). Essas oficinas foram denominadas

² O Projeto *Papo Sério* vem sendo realizado pelo NIGS, sob a coordenação da profa. Dra. Miriam Grossi, com edições em 2007 e 2009 e reedição em 2011. Suas ações se articulam ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo, criado em 1991, na produção de conhecimento e práticas relacionadas às questões de gênero e sexualidade na interseccionalidade com “raça”-etnia, classe social e outros marcadores importantes na produção dos modos de vida contemporâneos e na sua articulação com o campo amplo das políticas públicas e a democracia brasileira. Neste aspecto, as ações do projeto realizado pelo NIGS transversaliza marcadores sociais e cruza campos de produção e materialização de políticas públicas. No caso do projeto *Papo Sério*, articulam-se os campos da educação e da saúde a políticas específicas como aquelas relativas a juventudes, gênero, “raça”-etnia e sexualidade. Cabe sublinhar que um dos objetivos do projeto *Papo sério* é “problematizar as temáticas de gênero e sexualidade em atividades de reflexão e formação de estudantes e professoras/es da rede pública da grande Florianópolis, através de oficinas, palestras e cursos.” (GROSSI et al 2010).

“botando corpo, (des)fazendo gênero”, onde, ao fazermos uso da ferramenta da “tatuagem” de representações (busca ativa em artefatos culturais) e da performance narrativa coletiva (sobre o produto da oficina), criamos condições de problematização para o estudo das relações de gênero (GROSSI, [1998] 2010) no campo da educação e para a pesquisa.

1. Uma agonística da educação escolar: o(s) gênero(s) em disputa

Nosso trabalho buscou/busca subsídios para contribuir no fomento e a (re)formulação de políticas públicas em Educação na direção da diversidade cultural e social das infâncias e das juventudes, em sua articulação com gênero, sexualidade e gerações.

Acreditamos que a escola se constitui como um terreno de disputas de representações e como um plano onde difusas pedagogias culturais circulam e são produzidas, (des)organizando e (des)encaminhando as políticas de ensino produzidas na relação viva de uma sociedade. A escola não é o único espaço institucional ou social onde estas disputas de significados se dão, mas é, seguramente, importante contexto político cultural que vive desde seu interior as tensões do mundo (acreditamos, os muros da escola são simbólicos) e a aridura das epistemologias do mundo articuladas às políticas de gestão da vida humana (FOUCAULT, 1976).

Consideramos, portanto, a educação escolar como um espaço de subjetivação. E não somente como superfície onde se constatam a diversidade de identidades e diferenças. Seguimos no rastro de Tomaz Tadeu da Silva (2007): tomamos a diversidade não simplesmente como um espaço de destino em que a identidade é compreendida de forma essencializada e cristalizada, mas como plano agonístico³ onde as diferenças tendem a ser neutralizadas, tornadas desigualdades. Compreender a produção das identidades/diferenças e das hierarquias que as envolvem é justamente compreender os fundamentos do problema da desigualdade e não apenas seus efeitos. Para Silva (2007) a

³ Um jogo/disputa que envolve “incitação recíproca e de luta; tratando-se, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente” (FOUCAULT, 1995, p.245).

afirmação da identidade e a marcação da diferença dizem respeito a operações de inclusão e exclusão e de uma divisão: “nós” e “eles”.

A escola através do currículo, suas formas de gestão, suas práticas pedagógicas, portam resíduos disciplinares importantes, reificados por políticas públicas e de estado, mas também pelos saberes acadêmicos que formam educadoras e educadores. É desta reflexão que resulta nossa perspectiva em conceber a educação escolar como um terreno onde a teoria e o currículo devem ser pensados de forma plástica e dinâmica, construídos em atenção às tensões e os desafios locais e globais.

Neste sentido, faz-se necessário sublinhar, as relações no âmbito da educação não podem ser pensadas sem a devida consideração à gestão pública e às condições de trabalho de educadoras e educadores, bem como sem a compreensão sobre as relações que cercam a experiência cultural de uma dada comunidade escolar.

Entendemos que as temáticas que interessam à pesquisa em educação não podem ser “alienadas” do campo amplo das demandas das comunidades escolares. De modo que somos constantemente interpelados/das sobre o por que estamos aqui e o que estamos fazendo, qual a contribuição que este trabalho de pesquisa pode produzir com e para esta comunidade escolar?

No mesmo viés auto-refletido, temos nos questionado sobre a margem de liberdade e o espaço de criatividade que temos ou podemos experimentar enquanto pesquisadoras e pesquisadores, para intervir diante dos jogos performativos que constituem também a produção teórica que cerca (de modo objetificante) o campo da pesquisa. Afinal, qual é a nossa margem liberdade para relativizar o princípio de autoridade que “A Teoria” e as regras acadêmicas nos conferem (BOURCIER, 2005)?

Este modo de perceber as relações sociais que dizem respeito a pesquisa em educação surge da necessidade de que se compreenda o campo amplo das relações institucionais e das políticas públicas que definem as condições de circulação de determinados enunciados sobre a educação, a sua emergência e circulação, como elementos importantes nos processos de subjetivação. Isto é, a escola - uma determinada comunidade escolar - não pode ser unicamente o objeto de comprovação das objetificações discursivas a que está interessado saber o pesquisador/ a pesquisadora. A escola é de outra forma uma interlocutora que não somente tem algo e muito a dizer, mas também é uma instituição que exige algo desta relação “pesquisa-objeto”. Por isso,

conduzimo-nos no sentido da pesquisa em um contrato ético que respeita os espaços-tempo da escolar.

A partir deste viés instrucional, podemos perceber a possibilidade de construir outros caminhos investigativos (COSTA *et al*, 2005), no sentido de outros encontros com o “objeto de pesquisa”, ao mesmo instante em que esta invenção nos permitesse novas abordagens conceituais sobre nossos (velhos) problemas de pesquisa e demandas do cotidiano da educação escolar (ALVES, 2001).

No caso particular desta pesquisa, isso se deu de forma intensa e bastante inventiva, a partir das ofertas que o NIGS (através do Projeto Papo Sério) possibilitou para a realização de oficinas sobre violência sexista e lgbtfóbica, através de contratos com a rede de escolas, interpelando estas sobre o que desejavam em termos do que poderíamos oferecer (nosso trabalho sobre violências).

A possibilidade de engajar o esforço crítico da pesquisa a uma ação de extensão de reconhecido exercício de diálogo com as comunidades escolares locais de Florianópolis, nos ofereceu algumas condições para a efetivação de experimentar/usufruir de “desvios” e “descaminhos” metodológicos, exercendo alguma inventividade na formulação da metodologia de pesquisa-intervenção, no caminho implicado com as vozes subalternizadas pelas objetificações discursivas do sexismo, racismo e o heterossexismo e LGBTfobias.

2. Articulações metodológico-conceituais na pesquisa-in(ter)venção

Nossa proposta de trabalho de pesquisa dirigiu-se inicialmente à problematização sobre o status ontológico de uma determinada forma de experimentação politico-pedagógica na educação escolar, interseccionada nos marcadores geracionais (juventude) e de gênero (masculinidade) e em perspectiva de compreender esta relação com sexualidade, entre outras interseccionalidades⁴.

Através do conceito de problematização, conforme proposto por Michel Foucault (2001[1984a]), objetivamos realizar com nosso estudo-intervenção um movimento de análise que nos possibilitasse

⁴ Segundo Silma Bilge (2009), a ideia de interseccionalidade vai além de um simples reconhecimento da multiplicidade de sistemas de opressão, ela opera por consubstancialidade. Isso significa pensar as interações na produção e reprodução das desigualdades sociais, analisando-as a partir dos regimes discursivos que produzem identidade e diferença (SILVA, 2007).

compreender como um conjunto de práticas discursivas ou não discursivas faz algo entrar no jogo do verdadeiro e do falso e, ao mesmo tempo, compreender como se constitui este algo como objeto para o pensamento.

Através desta proposta foram elaboradas oficinas para o trabalho de investigação, considerando-se dois importantes aspectos: a) a perspectiva de que estávamos/estamos interessados/as em conhecer algo; e b) o fato de que estamos implicados/as duplamente com o trabalho no campo das relações sociais de gênero e sexualidade, seja porque se trata de um projeto de pesquisa engajada, seja porque, pragmaticamente, esta pesquisa foi possível desde o acoplamento a uma ação de extensão, compreendida na perspectiva da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

As condições para o trabalho de pesquisa-intervenção já estavam agenciadas, mas não necessariamente significavam a mesma coisa. Faltava-nos ainda uma reflexão mais específica sobre o trabalho metodológico, deslocando-o da representação rápida que associa pesquisa-intervenção à extensão. A metodologia de pesquisa-intervenção foi acionada por acreditarmos que se pudesse permitir a pesquisadoras/pesquisadores condições mais ou menos sistematizadas e conceitualmente definidas para agir-pesquisar diante das objetificações discursivas presentes nos contextos das relações de gênero e sexualidade no campo da educação escolar.

Trataremos aqui de uma abordagem específica, dirigindo-nos à reflexão sobre a potencialidade de uma ferramenta metodológica para o trabalho de pesquisa-intervenção, tomando a articulação pesquisa-extensão como plano de indissociabilidade. Cabe indicar ainda que este trabalho consiste em uma articulação conceitual e metodológica interdisciplinar, especialmente a partir dos aportes da Antropologia, Educação e Psicologia. Este texto não pretende discutir o trabalho amplo das ações do projeto Papo Sério, tampouco discutir a complexidade da conceituação sobre extensão, mas se vale de uma oportunidade importante no interior deste campo.

Consideramos esta sistematização metodológica em torno das oficinas como uma experimentação epistemológica capaz de produzir (algumas) fissuras discursivas diante das representações hegemônicas. Especialmente, na possibilidade de que vezes subalternas (SPIVAK, 2002) se pronunciem diante do regime normativo de gênero e das prescrições da sexualidade que cercam os processos educativos e as sociabilidades produzidas a partir de determinados contextos.

Esta posição nos permite uma ampliação do conceito de pesquisa, de forma que somos na relação com nossas interlocutoras o/ mais um/a – “educador@s-pesquisador@s-extensionistas”, sujeitos e sujeitas implicadas/dos na construção do conhecimento e de movimentos de transformação social através da educação.

Segundo Cleci Maraschin (2004):

A implicação ética se institui ao perguntar-se pelo modo como nos constituímos como observadores, a resposta envolve a explicitação dos mecanismos capazes de gerar conhecimentos valorados como válidos para essa comunidade (conhecer), também envolve a produção de objetos cognoscíveis (multiversos). Aqui é interessante pensar na autoria tanto em sua dimensão criativa quanto ética. Se a atividade do explicar não é a de “desvelar” um segredo natural ou essencial, mas sim a de construir um critério explicativo aceitável em uma comunidade de observadores, como propõe Maturana (1997), então essa atividade explicativa implica em escolhas, conscientes ou não, e essas mesmas escolhas podem ser passíveis tanto de decisões estéticas quanto éticas. Toda autoria é, ao mesmo tempo, exercício de autonomia e de implicação, de responsabilidade pelo que se cria.(p.104)

As oficinas “botando corpo, (des)fazendo gênero”, objeto específico deste trabalho, funcionaram como uma sorte de “laboratório itinerante e pontual”. A partir da pesquisa conjunta com interlocutoras e interlocutores da educação escolar trabalhamos sobre determinados artefatos culturais⁵ (na forma de recortes de revistas, jornais, etc., como restos midiáticos). Neste instante de laboratório “andante” encontramos a possibilidade de pesquisarmos as representações de gênero em suas interseccionalidades geracionais, étnico-raciais e de localidade, entre outras, de forma lúdica e estratégica. Lúdica porque a própria técnica, como afirmaremos, tem o tom do “brincar”, fazendo pesquisa de forma lúdica. E estratégica porque ao mesmo tempo obtínhamos condições de intervir (considerando-se que o contrato das oficinas era aquele do

⁵ Abordamos aqui os artefatos culturais a partir da perspectiva de representação a medida em que inventam sentidos que “circulam e operam, nas arenas culturais onde o significado é negociado e as hierarquias são estabelecidas” (COSTA; SILVEIRA et al, 2003, p.23).

Projeto Papo Sério, cujos objetivos se dirigem ao enfrentamento das violências sexistas, LGBTfóbicas, racistas, entre outras), em um processo de negociação contínua com estas interlocutoras e interlocutores.

Decorre desta perspectiva o argumento de que temos no campo da pesquisa-intervenção (em especial na sua articulação com o contexto de extensão) condições de possibilidade de compreender ao mesmo tempo em que intervir sobre uma determinada realidade social, instituída em seus modos culturais:

Como pesquisadores do campo das ciências humanas, nosso perguntar indaga sobre os modos de viver, de existir, de sentir, de pensar próprios de nossa ou de outras comunidades de sujeitos. O próprio fato de perguntar produz, ao mesmo tempo, tanto no observador quanto nos observados, possibilidades de auto-produção, de autoria. Nossos “objetos de pesquisa” também são observadores ativos, produzem outros sentidos ao se encontrarem com o pesquisador, participam de redes de conversações que podem ser transformadas a partir de novas conexões, novos encontros. (MARASCHIN, 2004; p.104)

Esta perspectiva de pesquisa ao mesmo tempo em que se intervém, diz respeito, seguindo o rastro do trabalho de Marisa Rocha e Katia Aguiar (1999; 2002), pesquisadoras que têm trabalhado o conceito de pesquisa-intervenção na educação, a uma ação que:

(...) aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sociopolítica, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social. (2003, p.67).

A questão que modulou o esforço deste trabalho de definição metodológica foi a de como articular a pesquisa ao trabalho de intervenção (aqui em um território de extensão e a partir de seus contratos tácitos com as comunidades escolares), tendo como princípio ético condutor a participação ativa de nossas interlocutoras e nossos

interlocutores. Tivemos como objetivos centrais ampliar os recursos da pesquisa, democratizando seus métodos. Especialmente considerando que mais do que nos informar sobre uma determinada questão as interlocutoras e interlocutores de nossos problemas de pesquisa nos ajudam a compreender o que estamos (todas e todos nós) fazendo de nós mesmos no campo da educação e desde a pesquisa acadêmica.

Esta interlocução nos faz recordar da exigência contínua do rigor ético na pesquisa, posicionando-nos criticamente diante das hierárquicas e/ou distanciadas que marcam as representações (muitas vezes fundamentadas) sobre o trabalho acadêmico. Seguindo ainda as reflexões de Cleci Maraschin (2004):

O pesquisar torna-se ele mesmo inovação, no momento que constitui um outro domínio de ação (outra comunidade de observadores), pautadas no explicar, no qual é afirmada a possibilidade de conhecer, compreender e transformar, ou não, as congruências que configuram os próprios modos de explicar o viver posto em questão. Nesta posição é que podemos pensar a questão da autoria, não somente como produção subjetiva do pesquisador como também nos sujeitos pesquisados. E aqui o próprio método é uma intervenção, no sentido de propor a possibilidade do exercício da posição de observador, de autoria.(p.105)

3. Pesquisando-intervindo em/com interseccionalidades

Tivemos como objetivo em nosso trabalho com as oficinas denominadas “botando corpo, (des)fazendo gênero” produzir alguns tensionamentos acerca de movimentos de objetificação que apontam para as regulações estabelecidas na direção da constituição de uma “inteligibilidade do humano”, materializadas discursivamente no amalgama corpo(sexo)-gênero-sexualidade (BUTLER, 2005; 2006) e idade (além de outras intersecções particulares).

Desse modo, pareceu-nos estratégico pensar como a idade cria condições de inteligibilidade para o que definimos em nossas sociedades ocidentais (pós) modernas como humano em termos de gênero, sexualidade e “raça”/etnia. Compartilhamos dessa forma a premissa de Rose Marie Lagrave (2009) em que a idade pode ser pensada como uma

categoria política, histórica e contingente como o é gênero, classe social, sexualidade ou ‘raça’.

Isto significa que a idade organiza a vida ao conferir status de ‘humanidade’ em diferentes formas e condições político-culturais. E, no mesmo instante, gênero e sexualidade se tornam visíveis e possíveis nesta trama discursiva, fixando por consequência direta as possibilidades para cada idade da vida (POCAHY, 2011).

No rastro desta reflexão sobre o projeto (bio)político que cerca a experiência geracional, são muitas as inquietações que nos tocam: o que deve o sujeito contemporâneo à sua idade e quais são as hierarquias produzidas em nosso tempo para a objetificação de discursos de inteligibilidade? O que pode uma vida com a sua idade? O que pesa e o que conta a idade que levamos? Pode um sujeito existir – oferecer inteligibilidade social - sem a sua idade? E uma idade pode ser a mesma de uma geração a outra? O que o corpo deve aos regimes políticos na gestão da vida (genericada) na trama discursiva das fases de vida – como a adolescência e/ou juventude? (POCAHY, 2012)

Desse modo, em relação à regulação da vida pelas idades, tomamos esta em sua potencialidade discursiva, como materialidades em negociações culturais e desde regimes de verdade denominados, segundo Foucault (1976) como biopolítica:

El otro campo de intervención de la biopolítica va a ser todo un conjunto de fenómenos, de los cuales algunos son universales y otros accidentales pero que, por una parte, nunca pueden comprimirse por entero, aunque sean accidentales, y que también entrañan consecuencias análogas de incapacidad, marginación de los individuos, neutralización, etc. Se tratará del problema de la vejez, muy importante desde principios desde siglo XIX (en el momento de la industrialización), del individuo que, por consiguiente, queda fuera del campo de capacidad, de actividad. Y, por otra parte, los accidentes, la invalidez, las diversas anomalías. En relación con estos fenómenos, la biopolítica va a introducir no sólo instituciones asistenciales (que existían desde mucho tiempo atrás) sino mecanismos mucho más sutiles, económicamente mucho más racionales que la asistencia a granel, a la vez masiva y con lacunas, que estaba esencialmente asociada a la Iglesia. Vamos a ver

mecanismos más racionales, de seguros, de ahorro individual y colectivo, de seguridad, etcétera. (2006 [1976], p. 221)

Diante destas problematizações sobre as idades ou fases da vida, perseguimos ainda as contribuições de Pierre Bourdieu (1978), que nos ajuda a compreender que estamos diante de uma disputa sobre o domínio dos sujeitos ao limitar a experiência geracional a divisões arbitrárias – erigidas evidentemente a partir de conceitos e práticas regulatórias. Segundo Bourdieu (1978), as classificações por idade (mas também por gênero, “orientação sexual” e também por classe) remetem-nos sempre à imposição de limites e de produção de uma ordem pela qual cada um deve se fixar, na qual cada um deve se colocar em seu lugar.

No plano das hierarquias sexuais e das relações de gênero, essas interpelações se destacam a partir da heterossexualidade compulsória e do seu calendário de reprodução, fechando um ciclo heteronormativo. Essa “ficção” biopolítica e a representação do fracassado do projeto moderno é evidente no cotidiano da educação, uma das ramas sociais mais investidas no projeto da gestão da vida moderna.

Portanto, como plano tático para essa reflexão e intervenção, diante dos regimes objetificantes, trabalhamos a partir da elaboração de um modelo de oficina pautado na possibilidade de que nossas interlocutoras e interlocutores tenham papel ativo no processo de produção do conhecimento sobre essas regulações. E, de mesma forma, que tivessem/tenham a possibilidade de acesso a alguns dos conhecimentos (modos de fazer) da pesquisa acadêmica (suas formas de perguntar e refletir).

Nossa motivação pelo trabalho de pesquisa-intervenção refere-se à possibilidade de que uma determinada comunidade possa usufruir do trabalho da pesquisa, no instante de uma de suas etapas (o trabalho de grupo com coletivos – em determinadas perspectivas de trabalho, diríamos os grupos focais), elaborando seus próprios esquemas de experimentação política, permitindo-nos assim compreender como é produzida a objetificação das produções discursivas e normatividades, ao mesmo instante em que resistências são agenciadas.

4. Botando corpo, (des)fazendo gênero, in(ter)venções na tramas da sexualidade

Distintas são formas de perceber as experimentações da sexualidade das juventudes. Assim como distantes muitas vezes são as formas de representação da iniciação sexual de acordo com o gênero (BOZON, 2009). Não traz novidade dizermos que a iniciação sexual dos meninos não porta as mesmas regulações que àquelas que cercam as experiências de meninas. Mas não parece tão evidente (ou aceitável) que estas formas de entendimento distam de acordo com o aspecto de classe social, localidade, forma do corpo, entre outras materialidades discursivas (interseccionadas).

O que podemos indicar como elemento profícuo nesta reflexão sobre a iniciação sexual está na hipótese de que as práticas corporais (no caso da definição e delineamento corporal e das performances corporais e o agenciamento dos desejos) funcionam como elementos de que fazem ou que evidenciam que este corpo “jovem” está sendo preparado e/ou já entrou nos jogos do exercício da sexualidade.

“Bota-se” corpo, põe-se o corpo em evidência, “cuida-se do corpo”, como forma de ocupar uma posição nos jogos de inteligibilidade social e na rama da sexualidade, em direta e estreita relação com gênero em interseccionalidades. No entanto, as formas como homens e mulheres fazem este movimento são distintamente marcadas pela desigualdade nas posições. Segundo Dagmar Meyer e José Damico (2006):

(...)determinadas práticas corporais que as jovens desenvolvem para cuidar do corpo, entendendo-as como práticas informadas por, e sintonizadas com, regras de normalidade socialmente instituídas e legitimadas no interior das quais o corpo emerge como território e, ao mesmo tempo, como um potente operador de diferenciações: ele é entendido e vivido tanto como o lugar de inscrição da identidade e da diferença quanto como referência de sistemas de classificação e hierarquização social. (p.107)

O modo como meninas e meninos são percebidas/percebidos no exercício de sua sexualidade apresenta hierarquias indelévels. Sabemos que as meninas que ousam protagonizar sua sexualidade através de práticas de embelezamento corporal ou de práticas de investimento

afetivo-sexual, seguidamente são tachadas de “piranhas”, “fáceis” e “disponíveis”. De acordo com a pesquisa realizada por Grossi *et al* (2009), observa-se um jogo de regulações e disciplinamento dos desejos de meninas tendo sobre “sua conduta pessoal um maior rigor em matéria de cuidado com o comportamento sexual do que os jovens meninos.” p.94).

As pedagogias exercidas na feitura do corpo das mulheres reforça de forma contundente o sexismo e a objetificação dos discursos que hierarquizam as possibilidades de autonomia e de liberdade das mesmas, mas estes não são discursos fixos ou imutáveis:

As instâncias dessas aprendizagens podem ser variadas, como as artes femininas – passadas de geração em geração –, os ensinamentos no âmbito familiar, as conversas e críticas com amigas da escola, as diferentes matérias na escola, a publicidade e a mídia em geral. (p.107)

Estas inscrições nos corpos são contingentes, localizadas e provisórias, como afirmam Meyer e Damico (2006). E elas funcionam tanto para a definição de corpos de mulheres, quanto para a definição de corpos de homens. Quando o corpo feminino é trabalhado de uma determinada forma, significa que ele produz um oposto. Diante das produtivas críticas do pensamento *queer* (LOURO, 2004), majoritariamente operamos em nossas sociedades ocidentais modernas através dos binarismos de gênero, inteligíveis através das marcas corporais que nos definem como homens ou mulheres.

O cruzamento das fronteiras da representação de gênero, através de práticas corporais, tem sido mais fluido em nossos dias, mas eles guardam ainda a permanência do regime hierárquico sobre corpos de homens sobre os corpos de mulheres. Perspectiva essa que encontra eco nas representações de professoras/res participantes da pesquisa de GROSSI *et al* (2009), ao afirmarem que as meninas “(...) são, de certa forma, culpadas pelos comportamentos desrespeitosos praticados pelos meninos.”

Nosso estudo segue o rastro destas transformações e busca avançar em uma abordagem particular sobre a produção cultural do corpo, através da interpelação geracional e desde outras interseccionalidades. De alguma forma podemos pensar que a valoração de determinados atributos, formas e definições do corpo cruzam determinadas fronteiras generificadas? Esse cruzamento significa(ria)

algum desarranjo nos discursos sexistas e heteronormativos (LOURO, 2009)?

Perguntamo-nos, portanto, como e de que forma são produzidos os corpos e as significações generificadas no plano das sociabilidades, desde os territórios educacionais escolares, através do cerco das pedagogias de gênero e sexualidade presentes na mídia e desde a reflexão que nossas interlocutoras e interlocutores fazem desses discursos, a partir de suas práticas e desde seus contextos.

5. Oficinando problematizações com uma ferramenta coletiva

Através da técnica que explicitaremos a partir de agora, buscamos analisar os dispositivos que interpelam, cercam e (re)definem as representações sobre o corpo, como importantes elementos na (re)produção de pedagogias de gênero e de sexualidade (LOURO, 2000). O trabalho de refinamento desta ferramenta na pesquisa-intervenção foi obtido a partir de oficinas realizadas em escolas da rede pública estadual e em instituição federal de Florianópolis. Embora a mesma tenha sido utilizada em outras ocasiões no curso de nossa atuação em ações vinculadas a movimentos sociais, ela é agora reformulada a partir do contexto da educação, como viemos explicitando desde o começo desta publicação.

Nosso interesse pelo trabalho sobre representações como materialidades discursivas (neste caso apresentada em artigos, matérias, fotografias, compreendidos aqui como os textos midiáticos, materializados em artefatos culturais) baseia-se em nossa compreensão de que uma representação se constitui em uma forma de apresentar e, ao mesmo tempo, produzir ideias e sentidos para as relações sociais e culturais, influenciando e produzindo subjetividades:

Na análise cultural, mais recente, refere-se às formas textuais e visuais através das quais se descrevem os diferentes grupos culturais e suas características. No contexto dos Estudos Culturais, a análise da representação concentra-se em sua expressão material como ‘significante’: um texto, uma pintura, um filme, uma fotografia. Pesquisam-se aqui, sobretudo, as conexões entre identidade cultural e representação, com base no pressuposto de que não existe identidade fora da representação” (SILVA, 2000, p.97).

A partir dos elementos midiáticos (artefatos culturais), entendidos aqui em sua força pedagógica e de invenção ou reprodução estética, procuramos pelo que informa e contribui para definir posições de sujeito e tensionar uma cultura dada. Buscamos entender algo das relações que regulam o gênero e a sexualidade, especialmente na intersecção com a idade, a partir da influência política dos binarismos de gênero materializados nesses importantes meios de informação, socialização e de produção cultural que são as mídias na contemporaneidade e como essa produção é negociada com a cultura local.

Para isto, recorreremos às representações midiáticas, como (re)produtoras de pedagogias e tecnologias de gênero e para o exercício da sexualidade. Segundo Teresa de Lauretis (2007):

A construção do gênero segue através de tecnologias de gênero múltiplas (o cinema, por exemplo) e de discursos institucionais (a teoria, por exemplo) que têm o poder de controlar o campo das significações sociais e, portanto, produzir, promover e —implantar representações de gênero. Entretanto, as condições de possibilidades de uma construção diferente do gênero também existem nas margens dos discursos hegemônicos. Situadas fora do contrato social heterossexual e inscritas nas práticas micropolíticas, elas podem contribuir para a construção do gênero e situam-se antes a um nível local de resistências na subjetividade e na auto-representação. (p.75-76)

Embora tenhamos como objetivo abordar a ferramenta a partir das interpelações de gênero, idade e sexualidade, entre outras interseccionalidades, a mesma abordagem poderá ser feita tendo em vista questões específicas, tais quais, deficiência, racismo, entre outras. A ferramenta funciona como um modo de perguntar/pesquisar sobre as representações disponíveis e veiculadas em meios de informação — mídias.

Em decorrência de nossa experiência junto às oficinas na rede pública de ensino trabalhamos com as seguintes formas de aplicação da metodologia de pesquisa-intervenção:

a) O mapeamento de representações, associado à produção de uma narrativa coletiva:

Para exemplificar esta perspectiva, indicaremos o planejamento de uma oficina com esta intencionalidade e parte dos resultados da aplicação da metodologia junto a um grupo de meninas e meninos estudantes de uma escola pública federal em Florianópolis. A turma participante tinha idades variadas, a partir de 10 anos, até 12 anos. O grupo tinha a particularidade de um aluno portador de necessidades educativas especiais (portador de paralisia), acompanhado por uma professora auxiliar (presente durante todo o trabalho da oficina). As oficinas aconteceram a partir da divisão da turma, entre meninos e meninas. Em um dia, os meninos trabalharam conosco, enquanto as meninas participavam da atividade de educação física. No outro dia invertemos. Na realização da última oficina o grupo foi reunido, embora ainda meninas e meninos trabalhassem separadamente. Cada grupo foi integrado por aproximadamente 12 integrantes. Note-se que ao trabalharmos com meninos ou meninas em separado ou em grupo misto, as duas possibilidades nos permitem tensionamentos referentes aos binarismos de gênero. No caso do exemplo que traremos aqui, a oficina foi realizada com grupos separados (ora com meninos, ora com meninas, finalizando com um encontro do grupo da turma, trabalhando sobre a inversão do material produzido/ troca de papéis).

A partir dessa proposta inicial oferecemos ao grupo a seguinte proposta e instruções:

O quê: um espaço de discussão sobre representações de gênero, em perspectiva geracional - através das fases de vida infância, juventude, idade adulta e velhice. Nossa proposta de intervenção oferece-se às/aos jovens participantes um espaço de reflexão sobre gênero e (inter)geracionalidades, a partir dos marcadores de classe, localidade e em relação ao exercício da sexualidade na busca ativa de representações midiaticizadas.

Material: revistas (cabe salientar que aqui a perspectiva de acesso às revistas pode ser contingencial (o que a escola possui) ou intencional (a equipe de pesquisa propõe um meio de informação impresso, podendo ser o jornal mais lido pela comunidade, uma revista, etc), papel colorido, tesoura, cola, lã em cores diversas, papel *Kraft* - vulgo pardo, material de sucata, pincel atômico; aparelho de som, computador portátil (para registro no local sobre as falas) e máquina fotográfica (para o registro exclusivo do material produzido).

Como: criação do boneco (contornado em papel *kraft*, com folhas suficientemente largas para caber uma pessoa deitada) e a tatuagem das representações. Dividir um grupo aleatoriamente (através da técnica de contagem 1, 2, 3 e 4) e organizado em 4 subgrupos, cada um trabalhando sobre uma fase de vida: a infância, adolescência/juventude, idade adulta e velhice. Ao grupo é solicitado que busquem imagens que possam representar a história de uma menina ou um menino.

O grupo pode ser dividido sobre o trabalho de dois corpos, pensando as quatro fases de vida ou apenas uma ou outra. O ideal é a construção de pelo menos duas, para que possamos visualizar o material em perspectiva comparatista. Mas o trabalho pode ocorrer seguramente apenas sobre uma representação geracional (ou a infância, a juventude, idade adulta e velhice). Faremos 4 figuras (grandes contornos de um corpo sobre papel), em distintos momentos da sua vida. A partir dessa figura “vazia”, vamos “tatuá-la” nele representações de coisas que possam marcar esse tempo da vida (por exemplo, a infância) e preencheremos essa figura com imagens recortadas de revista, para marcar esse corpo com imagens que o apresentarão ao mundo (seus gostos, o lugar onde mora, com quem vive, seu contexto, etc.). E lhe daremos também um rosto.

Feita a coleta de imagens, a partir das mídias disponibilizadas, e de devidamente coladas no contorno desses corpos em papel (um corpo contornado e sobre este contorno, à distância de um ou dois palmos, faz-se outro contorno, de forma a termos duas ou quatro lacunas/linhas a serem preenchidas), trocamos as figuras (passamos a figura do menino para as meninas e vice-versa) e solicitamos que construam uma história para esta pessoa, trazendo inicialmente algumas referências sobre ele: onde nasceu, em que ponto do bairro, região, quem são seis pais, irmãos, avós, tios, primos e outros familiares, o que fazem seus pais, sua origem étnica/localidade de origem dos pais, seus atributos físicos (possui ou não algum tipo de deficiência), religião, clube de futebol para o qual torce e outros marcadores identitários. Estimulamos ao grupo que pense no “jeito” desta menina ou deste menino: se é meiga/o, agitado/a, intempestivo/a, doce, quieto/a, arteira/o, etc., de acordo com as características das representações coletadas.

Em algum momento da construção da narrativa, o grupo ao lado oferece algumas provocações a fim de produzir algum estranhamento e novidade na narrativa desta figura de pessoa que está sendo construída. Para isso, oferecemos um conjunto de questões prévias e questões “vazias”, todas dispostas em uma urna e de acordo com especificidade da pesquisa que interessam aos proponentes (algo que deve ser discutido

anteriormente com o grupo). As questões preparadas serão definidas pelo grupo de oficinas e oficinairos, a partir do perfil do grupo de jovens, com o objetivo de introduzir questões relativas aos temas de interesse na pesquisa (no caso, utilizamos as questões de interesse que compõem a proposta do projeto Papo Sério, como as lgbtfobias, sexismo, racismo, performances de gênero, exercício da sexualidade, conjugalidade, parentesco, etc.).

As questões “em branco” foram produzidas na hora pelos subgrupos de jovens, o que possibilitou a produção de questões e problemáticas locais e pertencentes ao grupo local. De mesma forma, as oficinas e os oficinairos (no mínimo 4 pessoas) estavam livres para interferir em pontos críticos da narrativa, sobretudo diante das situações que se referem a representações que exigem ser mais bem definidas e às situações que podem ser ampliadas para um melhor entendimento dessa narrativa.

Ao término dessa oficina a experiência é avaliada com o grupo de jovens, considerando-se a pertinência do trabalho, seus efeitos, as possibilidades e os limites; articulando o trabalho produzido como elemento para um diálogo com projeto pedagógico da escola e a realidade da comunidade escolar. O material foi fotografado, para trabalho posterior da equipe de pesquisa, e o material produzido ficou à disposição da equipe da escola.

Imagens de uma das oficinas, nesse modelo:



Material produzido pelo grupo de meninos em uma oficina em escola pública.



Material produzido pelo grupo de meninos em uma oficina em escola pública.

Também como forma de ilustração e reflexão, reproduziremos a partir de agora, algumas notas sobre esta oficina. Por ocasião desta oficina, contamos com a colaboração de uma equipe multidisciplinar de bolsistas: Ângela Medeiros, graduanda em Psicologia; Bruno Cordeiro,

graduando em Ciências Sociais; Gabriela Santos, graduanda em Ciências Sociais; Kathilça Lopes, graduanda em Pedagogia; Nattany Rodrigues, graduanda em Serviço Social; e Raruilquer Oliveira, graduando em Ciências Sociais.

Iniciamos a terceira etapa da oficina de três dias oferecendo às meninas o trabalho que os meninos produziram e, de mesma forma, o trabalho que as meninas produziram para os meninos (meninas e meninos trabalharam em dias separados). Inicialmente uma recusa, afinal o trabalho dos meninos não ficou tão bom, afirmam algumas meninas.

Decidimos manter nossa perspectiva e ocupamos a sala em suas pontas. O grupo de meninos em número maior – entorno de 15 - ficam acompanhados pelas bolsistas do NIGS Gabriela e Nattany, posicionadas no espaço em frente à lousa. Na sala também permanece a professora que auxilia o menino Mauricio, portador de necessidades educativas especiais. Os trabalhos são entregues e os grupos começam a trabalhar sobre a “sentença” produz uma história de menina à mulher e de menino à homem.

A oficina transcorreu com muitas dificuldades em relação ao grupo de meninos. Eles falavam alto, disputam a palavra, o caminho da história, se impõem com violência. Essa imposição é tamanha que as meninas pedem para se afastar da sala, pois elas não conseguem se concentrar com o barulho que eles fazem. E saem juntamente com Ângela e Raruilquer, para um espaço exterior. Foi notável a concentração e o empenho delas no trabalho, embora as disputas internas não tivessem sido menos frequentes. Sobretudo por Maria e Daniela, as duas meninas mais articuladas da turma.

Havia também disputa no grupo de meninas, mas elas eram menos “barulhentas” e mais resolvidas, sem recorrer a gritos ou empurrões, resolviam seus problemas discutindo. Algo bastante diferente dos meninos que deram àsicineiras Gabriela e Nattany muito trabalho. Sem contar que na sala havia a presença da professora titular, a professora de educação física e a professora assistente de Mauricio. O que demanda dasicineiras mais empenho e plasticidade. Elas parecem exaustas, lutando para poder pegar alguma coisa compreensível dos meninos. Algo bastante diferente do grupo das meninas que, inclusive, se organizam de forma a elas mesmas escreverem a história proposta e de disputarem a escrita. De fato, uma disputa diferente da dos meninos;

Como provocador de interseccionalidade asicineiras e osicineiros tinham em cada grupo uma urna contendo palavras-chave,

elaboradas anteriormente, significando os interesses das mesmas/ dos mesmos (os projetos individuais de cada bolsista): família, religião, esporte, aparência e relacionamentos, entre outros temas. Estes foram sorteados em momentos específicos da construção das narrativas. Apenas um ou dois temas, conforme combinado. O tema recorrente no sorteio casualmente foi religião. Ao que introduziram nas narrativas as alunas e alunos geralmente a religião católica, do tipo “e ele era católico”.

Afirma aicineira Ângela, que se encontrava na coordenação do subgrupo de meninas, sobre a perspectiva das palavras-chaves, mas com destaque para a própria experiência enquanto jovem mulher afrodescendente:

Foi interessante também a naturalidade em que as meninas colocaram o garoto como negro, imaginei que poderia haver algum atrito quando defendeu-se a ideia de ele ser negro haja visto que em sua maioria elas eram brancas. Na minha época de ensino fundamental com certeza não deixariam que a criança fosse negra, entendo então que a discussão sobre a igualdade racial deve de alguma forma estar sendo feita com essa turma.

Os trabalhos poderiam seguir, mas tivemos de adequar-nos ao tempo. Voltamos todos para o espaço coletivo, afixamos as personagens e começamos as apresentações. O grupo de meninas é apresentado pelas duas lideranças Maria e Daniela. Daniela faz uma apresentação sobre os elementos que utilizaram para compor a história, fala do processo e como o fizeram. Maria se ocupa de ler a narrativa escrita. O tom é tranquilo e seguro e elas estão visivelmente mais organizadas. O produto reflete o processo. Os meninos apresentam-se em trio. Um trio composto por dois dos mais “terríveis” e um menino mais quieto. A história deles teve o apoio de registro de Nattany, o que faz com que recorram a palavras-chave e expressões anotadas pela colega para a elaboração de uma história contada no momento. Diferente das meninas, que organizaram o texto e a narrativa de forma a fixá-lo e torná-lo um texto mais coerente, sem muitas lacunas.

O texto dos meninos é de uma história fragmentada, com alguma linha de continuidade, mas sempre marcada por episódios fantásticos e com conotação sexual. Como o caso da personagem Julia que tem seu carro estragado no meio do caminho e o mesmo é consertado por um

mecânico e a partir desse encontro, depois de que a chave de fendas tenha sido tocada pelas mãos dos dois, estabelece-se um caso de amor. A narrativa da menina envolve viagens, um filho promissor e rico, chamado Neymar, que depois vira mecânico, etc. Para Gabriela:

A construção de uma história linear também foi mais difícil para os meninos, que não conseguiram escrever sobre a vida de “Júlia”. As idéias brotavam de cada um deles e não conseguiam alinhavá-las em uma sequência. Até que dois meninos, Pedro e Daniel tomaram a frente da história. Junior, um menino magrinho também, mas com olhos grandes e intensos, começou baixinho e concentrado. Criou uma vida para “Júlia” do começo ao fim. Daniel ajudou com alguns detalhes da trama.

A oficina não tem mais muito tempo, para além das apresentações, mas oferecemos com os poucos minutos que nos restam a possibilidade de que alguém do próprio grupo possa acrescentar algo ou então que alguém do grupo “oposto” possa fazer comentários sobre a narrativa e se ela estava a contento ou não do que produziram, isto é, se os colegas conseguiram dar uma vida aquele corpo de representações que foi produzido. Os comentários incluem desde a especificação de um nome que falta ou de um ponto da história que não ficou claro, até o ponto mais quente, que envolveu a palavra “sexo” e o nome de dois participantes escritos em um cartaz “um menino e uma menina”. O que significou muitas inquietações sobre por que estavam escritos aqueles nomes. Possivelmente uma provocação relacionada a alguns arranjos amorosos no interior da sala de aula e que explodiram na oficina. A temática “sexo”, presente o tempo todo nos materiais, provocou muitas discussões. Segundo Nattany:

Ao término das apresentações, as meninas questionaram bastante a coerência da história dos meninos, pedindo explicações sobre pontos incoerentes. Já os meninos se mostraram interessados em saber o por que as meninas haviam escrito “Sexo” no cartaz delas. Sobre essa última questão, a sala se mostrou um pouco constrangida, aliás incomodada com a pergunta, então nesse momento a equipe NIGS entrevistou ponderando que não se tratava de uma pergunta

referente a quem escreveu, mas sim o porque que elas enquanto um todo haviam escrito tal palavra. Depois da intervenção, uma das meninas tomou a frente e disse: Colocamos porque mulheres adultas gostam/ costumam fazer sexo.

b) O mapeamento de representações e a ligação de continuidades e descontinuidades significantes

A última parte desta reflexão se refere a um trabalho voltado à perspectiva metodológica da pesquisa, re/trabalhada em um encontro específico de formação/treinamento de bolsistas. Através de (re)invenções táticas e da discussão entre pares (outras e outros colegas pesquisadores/ras presentes a esse encontro), a caixa de ferramentas do pesquisador/ da pesquisadora se ampliam e a metodologia se “nomadiza”.

Em atenção às demandas do Projeto PIBIC Ensino Médio, realizado pelo NIGS, nos dispusemos a trabalhar juntamente com as/os jovens bolsistas do projeto na re/formulação e disponibilização desta metodologia de pesquisa. Participaram do encontro alunas e alunos do ensino médio, bolsistas de graduação e colegas pesquisadoras do NIGS em formação de pós-doutorado. Esta oficina contou ainda com a participação de intercambistas do convênio PROCAD com a Universidade Federal da Bahia, de modo que estiveram participantes da oficina alunas e alunos do curso de Graduação em Gênero da UFBA e bolsistas de pós-graduação da mesma universidade. Além destas/destes, participou do encontro um bolsista de mestrado da Universidade Federal do Ceará.

A oficina aconteceu no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC e teve a duração de 4 horas, atingindo um grupo de aproximadamente 25 pessoas. O trabalho teve como convocação a seguinte proposta:

Oficina de Metodologia: "Gênero, sexualidade, 'raça'/etnia, (d)eficiência e classe social em gerações: interseccionalidades na educação". Esta oficina objetiva a qualificação de uma metodologia de trabalho sobre gênero e sexualidade, em interseccionalidade com outros marcadores sociais, como forma de compreensão e atuação diante dos discursos-normas que cercam

a experiência da produção e das experimentações do corpo no âmbito da educação escolar. Trabalha-se nesta oficina a técnica “botando corpo, (des)fazendo gênero”, através da produção de narrativas coletivas e ligações de redes de significados, com vistas à pesquisa sobre interpelações geracionais. Espera-se com este trabalho disponibilizar e (re)definir uma ferramenta de trabalho com grupos e coletivos na perspectiva de gênero e sexualidade. A oficina é dirigida a bolsistas de iniciação científica do ensino-médio (Projeto PIBIC) e da graduação, integrantes do projeto de extensão Papo Sério - NIGS.

Dividimos o grupo de forma a trabalharem sobre a produção de duas figuras de corpos: homem e mulher (pode-se aqui já adiantar a construção binária, mas o objetivo foi observar os movimentos de reificação da naturalização dos corpos, bem como mapear/pesquisar formas de desençaixe com essas representações, veiculadas no material de mídia disponibilizado para a oficina).

Foi informado ao grupo que trataríamos de um trabalho de pesquisa, isto é, que o grupo estaria fazendo o movimento de coleta de representações sobre corpo, gênero e sexualidade a partir do marcador etário e desde dois veículos de informação (revistas). O trabalho foi explicitado da seguinte forma:

O quê: um espaço de discussão sobre representações de gênero, em perspectiva geracional - através das fases de vida infância, juventude, idade adulta e velhice. Nossa proposta de intervenção oferece às/aos jovens participantes um espaço de reflexão sobre gênero e (inter)geracionalidades, a partir dos marcadores de classe, localidade e em relação ao exercício da sexualidade, com a possibilidade do exercício prático da experiência de pesquisa.

Material: revistas (foi oferecido ao grupo um maço de revistas Veja e revista de bordo da Cia aérea TAM – cabe salientar que aqui a perspectiva de acesso às revistas foi contingencial, muito mais do que uma decisão preestabelecida, isto é, trabalhou-se com duas revistas com as quais tínhamos maior número de exemplares reunidos, estabelecendo-se uma homogeneidade no trato do documento a ser analisado), papel colorido, tesoura, cola, lã em cores diversas, papel pardo, material de sucata, pincel atômico; aparelho de som, computador portátil e máquina fotográfica (para o registro exclusivo do material produzido).

Como: criação do boneco (contornado em papel *Kraft*) e a tatuagem das representações.

Instruções: O grupo foi dividido aleatoriamente (através da técnica de contagem 1, 2, 3 e 4) e organizado em 4 subgrupos de até 5 participantes, representando a infância e a velhice. Esta divisão se deu de forma “arbitraria”, considerando-se o pouco tempo para a explicitação da metodologia e o trabalho de execução.

No caso desta oficina que tomamos com exemplo, pelo pouco tempo, e dado que se tratava de um trabalho de prática e estudo da metodologia, dividimos o corpo em apenas duas linhas geracionais: mulher jovem e idosa e homem jovem e idoso. Depois de concluídas a colagem das representações o grupo trabalhou com homologias e idiosincrasias presentes no material, refletindo sobre o material encontrado, sobre a própria perspectiva da pesquisa e as posições e intencionalidades sobre o buscado/encontrado em termos de material a ser analisado. Uma alternativa seria a ligação através de fios (linhas de lã) para indicar as continuidades e discontinuidades das representações e, de outra forma, uma construção narrativa sobre o que seria possível contar/dizer da história de uma determinada pessoa a partir das representações que cercam/cercavam aquele corpo.

O grupo discutiu os limites e as possibilidades da metodologia, bem como a própria experiência (a dobra sobre si mesma/ si mesmo, no sentido deleuziano do termo) no jogo de busca e manuseio das representações. Ao final da oficina contamos com as seguintes reflexões do grupo de participantes, que nos auxiliaram a compreender melhor a ideia de que conhecer implica em transformar (ROCHA e AGUIAR, 2003), uma vez que o que produzimos não é mais do que o efeito de efeitos históricos, em um exercício no qual as tradicionais figuras de sujeito e objeto se dissolvem no fazer da reflexão e da ação.

- (...) essa proposta em utilizar as partes da infância, juventude, adulta e velhice e você vê a diferença na infância a inocência, divertimento na juventude, o sexo, a tecnologia na vida adulta a família e os bens e na velhice, a inteligência.
- (...) interessante mostrar as fazes da vida, e o que a sociedade mostra e nos induz a querer o que a mídia mostra, o que ela evita, a minoria, o papel da mulher, o papel do negro, trans.

- A proposta é interessante e possibilita muitas discussões sobre a construção des-e reconstrução de normas de gênero, e suas intersecções.
- Metodologia simples, direta e muito rica para discussões em todos os campos: étnica-racial, de idade/geração, gênero, orientação sexual, enfim, uma nova possibilidade de construir, desconstruir e reconstruir conceitos, idéias e novos papéis.
- Achei interessante a atividade porque ela mostrou de alguma forma porque nos faz pensar no que é ser uma criança, um jovem, um adulto, e um velh@ ou idos@. Também me fez pensar no que a criança, o jovem, o adulto, @ idos@ pensam e quais são os seus papéis na sociedade.
- O trabalho (oficina) foi muito enriquecedor, interessante e muito aberto para adquirir conhecimentos.
- Elaborar, pensar, conhecer as representações do outro (homem/mulher), entre outros (adjetivos e possibilidades) de aprendizagem, sobre gênero, etnia-raça, classe, idade e geração.
- Muito interessante o trabalho. Mesmo que por um lado as figuras condicionam e limitem as possibilidades, a riqueza do trabalho está em pensar estas categorias de modo relacional e construído em processo.
- Ao mesmo tempo em que fomos "oficinados", o trabalho nos instrui e capacita metodologicamente para atuar como "oficineiros".
- (...) iniciativa de trabalhar com o ensino médio. Entretanto, penso que o binarismo inicialmente proposto (cartaz para homem e para mulher) provoca uma lacuna nas possibilidades de reflexão. Por que não romper com esse modelo? Pessoalmente penso que, para além das representações, podem buscar os discursos que, não podemos esquecer, são produzidos por pessoas e não por revistas, simplesmente.

Parabéns, fiquei muito feliz com a oportunidade de troca.

- (...) pesquisa com mídia possibilitando intersecções entre gênero, sexualidade, classe social, religião, cor de pele, escolaridade.
- Adorei a dinâmica, mas acho que deveria ser dividida em infância, juventude, adulto, idoso tanto para homem quanto para mulher desta forma tem-s uma base maior para a comparação.
- Esse momento foi de extrema importância para conhecimento e desenvolvimento acadêmico. A metodologia explicitou as diversas formas de representações e de como se pensar sobre esses temas que foram abordados.

Deste modo, cabe sublinhar, a própria reflexão dos pesquisadores/das pesquisadoras proponentes da oficina sofreu uma modificação, isto é, passou pela tensão do encontro com outras e outros interlocutoras/res, produzindo modificações sobre si mesmas e sobre a sua reflexão. Exemplar disso pode ser a explicitação que me fez aderir a reformulação no título da oficina, grafando-s a partir de então como botando corpo, **(des)fazendo** gênero.

Isto é, embora houvesse clareza sobre os binarismos de gênero e a naturalização do corpo, como regulação sexo-generificada e racializada, faltava, de alguma forma, a sutileza da grafia *desfazer* o gênero. Embora a perspectiva fosse discursivo-desconstrucionista, nem sempre estava evidente para as interlocutoras e para os interlocutores a posição do engajamento político-epistemológica, condição esta necessária para qualquer pesquisa-intervenção.

A metodologia não estava/agia reificadora dos binarismos, mas ao operar com estas apenas estas duas possibilidades de pensar o corpo, interpelando desde o começo ao trabalho sobre um corpo de homem e um corpo de mulher, sem adiantar que elas são reificações discursivas, deixava alguma margem para a própria reificação, sem que esta fosse a intenção do pesquisador e da pesquisadora.

Neste sentido, consideramos que as possibilidades de experimentação da oficina nas escolas e, em especial, junto a oficina de pares realizada no NIGS, permitiram o amadurecimento de uma metodologia que somente pode ser trabalhada sobre si mesma a partir da

experimentação e da reflexão especializada junto ao grupo de pares (pesquisadoras/pesquisadores do NIGS). Algumas fotos do trabalho, produção dos dois corpos, em grupos mistos:







Material produzido na oficina na UFSC

6. Desdobramentos: notas para concluir

Os encontros dessas oficinas produziram em nós uma experiência de reflexão metodológica e conceitual, demandando maior aprofundamento continuado. A experiência exerceu em nos uma dobra sobre nosso próprio pensar, sobre o investimento da pesquisa politicamente engajada e, sobretudo, na oportunidade de democratização dos métodos da pesquisa acadêmica, em uma relação de horizontalidade (mesmo que as pesquisadoras/ pesquisadores portem consigo histórico de apropriação sobre os temas).

Os desafios são seguramente maiores, diante das possibilidades de intervenção sobre gênero e sexualidade na escola, demandando reflexões sobre políticas públicas abrangentes. No entanto, não podemos deixar de reconhecer nossa própria contribuição do ponto de vista de informarmos (ao mesmo tempo em que demonstramos nosso compromisso com a intervenção) sobre a contundente a necessidade de trabalhos que abordem as relações sociais que regem o gênero e o exercício da sexualidade em intersecção com outros marcadores de identidade e diferença (SILVA, 2007) na educação escolar.

O que podemos apreender dessas experiências com as oficinas “borando corpo, (des)fazendo gênero” é de que elas tocam a alguns/algumas estudantes, criando a possibilidade de alguma ampliação nas margens de liberdade, movimentando e agitando o pensamento crítico diante das pedagogias e programas curriculares institucionais. Os regimes normativos de gênero e as prescrições da sexualidade cercam a

experiência cotidiana dos processos educativos. E pesquisa-intervir pode nos garantir que estamos ativamente envolvidos na disputa destes processos de significação. Evidentemente nem sempre encontramos condições favoráveis para o nosso trabalho-combate (nossa implicação: resistência, pesquisa engajada), mas não somos jamais vítimas passivas desses regimes normativos e deixamos claro que o compromisso com a educação é um direito e um dever de todas e de todos, não somente da gestão pública ou de quem oferece/cria currículo, mas de todas que fazem uma determinada comunidade escolar e definem o espectro amplo da educação.

Pensando nas vozes subalternas que se aliaram a nós neste percurso, tivemos a certeza de que conseguimos avançar alguma coisa em nossas discussões e no nosso trabalho. Pode ser que a metodologia nem sempre seja profícua, mas os desafios de tensionar os instituídos no espaço escolar já nos garantem bons resultados.

Exemplar disto podem ser os depoimentos de algumas alunas e alguns alunos durante uma oficina “problemática” em uma escola da rede estadual, cujo depoimento em duplo sublinhado, na citação abaixo, entre outras manifestações, revela o um encontro “impertinente”, injuriado como “oficina inadequada” (por parte do aluno e do pai do aluno ,que manifestou claramente sua homofobia, acusando-nos ainda de “apologia à homossexualidade”). Mas entre as vozes da injúria lgbtfóbica, outras vozes também se articulam:

- Gostei muito, gostaria que vocês continuassem fazendo essa oficina com a gente e gostaria de continuar falando sobre sexualidade;
- **Não valeu a pena, pois o meu modo de pensar continuou igual, não gosto de viado e deu;**
- Uma boa aula pra quem quer aprender. Não entendi muita coisa pois nunca discriminei ninguém. Gostei do cartaz, como ligar as coisas que determinadas pessoas geralmente fazem.
- **Próxima vez falar de hetero;**
- Eu gostei;
- Aprendi muitas coisas e todas as pessoas são iguais. Gostei da conversa;
- Legal, aprendi várias coisas, falar sobre sexo da próxima vez;
- Achei muito legal, aprendi muita coisa;
- Eu achei legal, e gostei sim;

- Eu achei muito legal, aprendi que não devemos discriminar. Gostei de tudo, gostaria que abordassem o tema sobre natureza da próxima vez;
- Gostei de tudo, abordar assunto sobre sexologia da próxima vez;
- Muito bom porque fala sobre gay, não aprendi nada, falar sobre gay da próxima;
- Aula boa mas poderia ser melhor, eu aprendi sobre sexualidade e gostei pois foi interessante, da próxima vez falar sobre sexo;
- Legal, aprendi bastante coisa;
- Eu gostei e aprendi mais sobre os outros lados da sexualidade, gostaria que falassem da próxima vez sobre heteros.

Acreditamos que podemos ter na perspectiva da pesquisa-intervenção (e nas ações de extensão) boas possibilidades de compreender ao mesmo tempo em que intervir sobre uma determinada realidade social e contribuir para o fomento das políticas públicas e para a melhoria de condições de uma dada comunidade escolar (se esta assim o desejar).

Esta perspectiva de trabalho, aliada a ferramentas criativas, participativas e solidárias, permitem-nos a **problematização** sobre as condições de possibilidade de emergência dos discursos que se opõem e/ou associam nos jogos de verdade e que dão os contornos à relação dos sujeitos consigo mesmos no processo de sua (auto)constituição (subjetividade e relações de sociabilidade). Temos/tivemos a chance de interrogarmos e interrogarmo-nos sobre os modos como as pessoas se confrontam e como reagem às formas de assujeitamento às estratégias modernas da manutenção das clivagens envolvendo o gênero, a sexualidade, idade, os estilos de vida, as etnias e as desigualdades sociais decorrentes da pobreza.

Consideramos, por fim, que pesquisar e intervir podem bem significar alguma reversibilidade e alguma margem de liberdade diante destas formas de assujeitamento (POCAHY; NARDI, 2007), rompendo, mesmo que timidamente (afinal, a vida é feita de microacontecimentos) com as hierarquias e a reificação de epistemologias etno-sexo-generocidas, características acrescidas de intensidade em uma sociedade como a brasileira, marcada por muitas e históricas desigualdades sociais. Desde um processo reflexivo sobre as teorias que cercam os modos de compreensão dos discursos-práticas que definem sujeitos e

subjetividades, a diáspora dos sujeitos “objetificados” ocupa a cena da educação como condição sem a qual não podemos pensar em democracia efetiva e na cidadania plena de tod@s.

Essa forma de pensar a Educação tem como compromisso a ampliação dos espaços onde os processos de ensino-aprendizagem se re/produzem e da forma como podemos pensar tensionamentos diante de pedagogias normativas e currículos engessados. Desfazer/contestar as normas de gênero, re/inventar a sexualidade, desnaturalizar e ‘desefficienciar’ o corpo, ‘desetarizar’ as gerações, analisar-intervir de forma discursivo-desconstrucionista sobre as formas de objetificação, pode oferecer-nos algumas possibilidades de pensar outras epistemologias para a Educação.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Katia; ROCHA, Marisa Lopes. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 23 (4), (p.64-73), 2003.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Pesquisa no/do cotidiano das escolas – sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro; DP&A, 2001.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l’intersectionnalité. *Diogène*. n° 225, janvier-mars 2009.

BOZON, Michel. Les âges de la sexualité. Entretien avec Michel Bozon par Marc Bessin. *La tyrannie de l’âge*. Mouvements, n° 59, juillet-septembre. La Découverte: Paris, 2009.

BOURCIER, Marie-Hélène. **Sexopolitiques. Queer Zones 2**. Paris: La Fabrique éditions, 2005.

BOURDIEU, Pierre. La «jeunesse» n’est qu’un mot. Entretien avec Anne-Marie Métaillé, paru dans *Les jeunes et le premier emploi*. Paris, Association des Ages, 1978, pp. 520-530. Repris in *Questions de sociologie*, Éditions de Minuit, 1984. (p143154).Ed1992In:www.hommemoderne.org/societe/bourdieu/questions/jeunesse.html. Acessado em 12/12/2005.

BUTLER, Judith. *Défaire le genre*. [2004]. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

_____. *Trouble dans le genre. Pour un féminisme de la subversion*. [1990]. Paris: La Découvert, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel Silveira; SOMMER, Luis Henrique. **Estudos culturais, educação e pedagogia**. Revista brasileira de educação. Maio-ago, 2003, n23, p.36-61.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-149.

_____. Foucault. [1984a]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. **Defender la sociedad**. [1976]. Buenos Aires Fondo de cultura económica de Argentina, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis, p. 1-18, 1998. (versão revisada/2010). Disponível em <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/publicacoes.html>

_____. "Masculinidades: uma revisão teórica". **Antropologia em Primeira Mão**, v. 75, p. 1-37, 1995.

GROSSI, Miriam Pillar *et al.*(org). **Representações de Iniciação Sexual e Homossexualidades em Escolas do Ensino Público de Santa Catarina**. Florianópolis: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades/ Universidade Federal de Santa Catarina; PN DST/HIV/AIDS – Ministério da Saúde, 2009.

_____. **Projeto Papo sério**. PROEXT 2010 - Edital nº 05. UFSC.

LAGRAVE, Rose-Marie. Ré-enchanter la vieillesse. In : **La tyrannie de l'âge**. Mouvements, n° 59, juillet-septembre. La Découverte: Paris, 2009.

LAURETIS, Teresa de. **Théorie queer et cultures populaires**. De Foucault à Cronenberg. Paris: La Dispute, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

_____. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Heteronormatividade e Homofobia. In: Rogério Junqueira. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2009.

MARASCHIN, Cleci. Pesquisar e intervir. *Psicol. Soc.* [online]. 2004, vol.16, n.1, pp. 98-107.

MEYER, Dagmar; DAMICO, José. O corpo como marcador social saúde, beleza e valoração de cuidados corporais de jovens mulheres. **Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas**, v. 27, n. 3, p. 103-118, maio 2006.

POCAHY, Fernando. A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade. **Revista Polis e Psique. Revista do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS**. Dossiê Sexualidade, GT Psicologia e Sexualidade, ANPPEP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 2012.

POCAHY, Fernando; DORNELLES, Priscila Gomes. Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção. **Revista Instrumento** (Juiz de Fora). , v.12, p.125 - 135, 2010.

POCAHY, Fernando; NARDI, Henrique Caetano. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. **Revista Estudos Feministas**, v. 7, p. 45-66, 2007.

ROCHA, Marisa Lopes. Psicologia e Educação: resgate de produção de histórias. In: JACÓ-VILELA, A M; JABUR, F; RODRIGUES, H B C (Org.). **Clio-psyché: história da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/ NAPE, 1999.

_____. Educação em tempos de tédio: um desafio à micropolítica. In: SOUZA, M. P. R. (Org.); TANAMACHI, E. (Org.); ROCHA, M. L. (Org.). **Psicologia e Educação**. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, v. 1, p. 185-207.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. Teoria Cultural e Educação – um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Literatura. **Cad. Pagu [online]**, São Paulo, n.19, p. 9-53, 2002.

A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provoações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade.

Fernando Pocahy⁶

“Estilhaça a tua própria medida”

Hilda Hilst

[extraído do poema *Alcoólicas*]

Este texto tem como objetivo provocar olhares desviados sobre gerações e diversidade sexual, convocando a(s) Psicologia(s) a um movimento de reversibilidade epistemológica da marca de saber prescritivo-normativo que a(s) acompanha(m). Opero aqui com alguns tensionamentos e provocações acerca de movimentos de objetificação que apontam para as regulações estabelecidas na direção da constituição de uma “inteligibilidade do humano”, através do amalgama corpo(sexo)-gênero-sexualidade/prazer (BUTLER, 2005a, b,c,d) e idade/ ou gerações.

Parece-me estratégico pensar como a idade cria condições de inteligibilidade para o que definimos em nossas sociedades ocidentais (pós) modernas como humano em termos de gênero, sexualidade e “raça”/etnia. No rastro dessa reflexão sobre o projeto (bio)político que cerca a experiência geracional e algumas das interseccionalidades que acabei de citar, são muitas as inquietações: o que deve o sujeito contemporâneo à sua idade e quais são as hierarquias produzidas em nosso tempo para a objetificação de discursos de inteligibilidade? O que pode uma vida com a sua idade? O que pesa e o que conta a idade que levamos? Pode um sujeito existir – oferecer inteligibilidade social - sem a sua idade? E uma idade pode ser a mesma de uma geração a outra? O que o corpo deve aos regimes políticos na gestão da vida (genericada) e o qual o papel da(s) Psicologia(s) nessa trama discursiva das fases de vida – como a adolescência e/ou juventude?

Em relação à juventude e à “velhice” tomo esta duas experiências discursivas como materialidades em negociações culturais e desde

⁶ Pós-doutorando em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Doutor em Educação e Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

regimes de verdade biopolíticos, seguindo o rastro das problematizações de Michel Foucault sobre a gestão da vida humana - que não pode ser pensada sem a organização e a produção de expectativas para as idades/fases da vida:

“El otro campo de intervención de la biopolítica va a ser todo un conjunto de fenómenos, de los cuales algunos son universales y otros accidentales pero que, por una parte, nunca pueden comprimirse por entero, aunque sean accidentales, y que también entrañan consecuencias análogas de incapacidad, marginación de los individuos, neutralización, etc. Se tratará del problema de la vejez, muy importante desde principios desde siglo XIX (en el momento de la industrialización), del individuo que, por consiguiente, queda fuera del campo de capacidad, de actividad. Y, por otra parte, los accidentes, la invalidez, las diversas anomalías. En relación con estos fenómenos, la biopolítica va a introducir no sólo instituciones asistenciales (que existían desde mucho tiempo atrás) sino mecanismos mucho más sutiles, económicamente mucho más racionales que la asistencia a granel, a la vez masiva y con lacunas, que estaba esencialmente asociada a la Iglesia. Vamos a ver mecanismos más racionales, de seguros, de ahorro individual y colectivo, de seguridad, etcétera.” (FOUCAUT, 2006 [1976], p. 221)

Para isso, corrobora a perspectiva de Pierre Bourdieu (1978), que nos ajuda a compreender que estamos diante de uma disputa sobre o domínio dos sujeitos ao limitar a experiência geracional a divisões arbitrárias – erigidas evidentemente a partir de conceitos e práticas regulatórias. Segundo Bourdieu (1978) estas classificações por idade (mas também por gênero, “orientação sexual” e também por classe) remetem-nos sempre à imposição de limites e de produção de uma ordem pela qual cada um deve se fixar, na qual cada um deve se colocar em seu lugar.

O regime discursivo que segue no rastro da modernidade e do qual a Psicologia é signatária, maquina mecanismos que não param de se reinventar, reatualizando e ritualizando estratégias de normalização na produção de indivíduos inteligíveis a partir da idade que portam -

como experiência indissociável das performances de gênero e como aptidões para o exercício da sexualidade. Essas engrenagens atuam através da reificação das representações de um ideal de ‘humano’ cercados pelas interpelações e “traduções” normativas da experiência do corpo.

No plano das hierarquias sexuais e das relações de gênero, essas interpelações se destacam a partir da heterossexualidade compulsória e do seu calendário de reprodução. Essa ficção biopolítica e a representação do fracassado projeto moderno é evidente no cotidiano das práticas *psi*, que contam com a comoção interdisciplinar de campos de saber normativos e moralidades canônicas – biologia, ciências biológicas, pedagogia, serviço social, direito, para citar apenas algumas.

Mas de que figura de humano estamos tratando na Psicologia quando discutimos infância, juventude, ‘velhice’ e gênero e sexualidade? O que estamos produzindo em nossas práticas *psi* quando preterimos a plasticidade cultural e a força política aos modos normativos de estruturação do sujeito? Qual o status ontológico (a investigação teórica do ser) dessas figuras de humanos que estamos tentando definir como vidas que importam? E como nós nos posicionamos, enquanto intelectuais e/ou profissionais da Psicologia, diante das formas de governo dos indivíduos que passam pela “gestão das idades”? Que papel a Psicologia exerce nesse projeto de gestão da vida e quais são as possibilidades de resistência que somos capazes de produzir em nossas práticas? Qual é a margem de liberdade que podemos abrir nos jogos de exclusão e de reificação de figuras normativas com nosso fazer – “etarizado”? O que pretendemos quando dizemos que algo ou alguém é normal do ponto de vista das performances de gênero e da diversidade sexual? Qual a força da Psicologia na contestação das formas de regulação da vida diante de posições de gênero, raça/etnia, sexualidade, classe social?

Essas são interrogações por onde podemos encontrar algumas pistas sobre os modos como se engendram e como se materializam os regimes discursivos em torno da coerência corpo-gênero-sexualidade, uma dentre as linhas de inteligibilidade que segue, no rastro do projeto arruinado da Modernidade. Estas são inquietações que nos permitem também visitar a/s Psicologia/s. Afinal, quais são as marcas obrigatórias que devemos portar para acedermos ao status de humanos, o que é necessário aparentar, ser, dizer, para que alguém ou alguma relação seja considerada como socialmente reconhecida nessa perspectiva do sujeito dito normal ou possível para a Psicologia?

Para começar essa provocação para a/s Psicologia/s, podemos focar o olhar na produção de um sujeito “ignóbil” para nosso campo de conhecimento: diversidade sexual e homofobia. Cabe a advertir: sujeito desconhecido enquanto dimensão política, uma vez que sobre a sexualidade a Psicologia vem se ocupando e contribuindo historicamente para a normatização e patologização de práticas e condutas.

As muitas densidades de uma geração: juventude e velhice como performatividade.

Ensaio de alguma intimidade com problemas que se desmancham no jogo das ‘aparências’ (pós)-modernas, tenho me ocupado em buscar possibilidades de imaginar/viver uma erótica na cama discursiva das idades da vida. Procuo compreender o corpo jovem ou idoso desde a perspectiva de uma materialidade que encarna e desencarna e torna a encarnar os discursos que evidenciam o trabalho incansável, inacabável e ficcional das normas biopolíticas. Este trabalho de pesquisa sobre as idades se localiza particularmente em duas investigações realizadas no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade, em perspectiva interdisciplinar com a Psicologia⁷ e a Educação⁸. A primeira ação pesquisa que realizei sobre as formas de regulação da sexualidade na trama discursiva das idades deu-se junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, em parceria com a ONG nuances – grupo pela livre expressão sexual (a qual estive vinculado por muitos anos). Esse trabalho problematizou as experimentações da sexualidade de jovens que se auto identificavam como lésbicas, gueis, travestis, heterossexuais, bissexuais e transexuais e que aderiram a uma ação de saúde, no campo das doenças sexualmente transmissíveis/ hiv e aids. Além de seu caráter de enfrentamento à epidemia, a intervenção permitiu uma análise sobre os modos como alguns jovens produzem experimentações na sexualidade face à homofobia presente na sociedade brasileira.

7 POCAHY, Fernando Altair. A pesquisa fora do armário: ensaio de uma heterotopia queer. Dissertação. Mestrado em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Porto Alegre, 2006. Orientador: Henrique Caetano Nardi.

8 POCAHY, Fernando Altair. Entre vapores e dublagens. Dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Porto Alegre, 2011. Orientadora: Guacira Lopes Louro.

O estudo foi orientado metodologicamente pela perspectiva da pesquisa-intervenção⁹ e os seus resultados apontaram para alguns dos limites e das possibilidades das ações de saúde junto ao público juvenil. A ação buscou transformar as condições de vulnerabilidade, explorando as possibilidades de deslocamento de uma posição abjeta para a de cidadão de direitos pela via da reflexão e da ampliação das redes de sociabilidade. Este efeito foi buscado principalmente na formulação de estratégias coletivas de enfrentamento das capturas identitárias ligadas à estigmatização da pobreza na sua associação com as sexualidades ditas marginais.

Na continuidade das inquietações a respeito da força do regime discursivo que cerca as gerações, associado a uma lacuna nos estudos sobre homo/erotismo e envelhecimento masculino, ocupei-me em uma pesquisa de doutorado, junto ao PPG Educação na UFRGS, em buscar por experimentações ‘desobedientes’ de uma sexualidade e de um corpo ‘dissidente’ (HALPERIN, 2000): o corpo do idoso protagonizou este estudo e deriva dele a constatação de que algumas possibilidades de sociabilidade permitem aos idosos a contestação do destino de uma sexualidade ‘bizarra’ e como corpos fora do ‘mercado do sexo’. Através de performances desempenhadas com (algum) prazer, com (alguma) invenção, com (algum) tesão, com (alguma) graça e com (algum) desafio de si e, com alguma intenção, acompanhei algumas narrativas e experimentações - situadas, situacionais e efêmeras - de um ‘corpo’ dito ‘menor’ em uma cena dissidente.

Seguindo as pistas que desenhavam uma imagem aproximada para um idoso, a partir de um terreno escorregadio de zonas de experimentação orgiástica (saunas, bares de prostituição, etc), pude acompanhar uma imagem provisória deste idoso ocupando um lugar possível na cidade, que em seus movimentos de erotismo ‘deforma’ as representações ‘normais’ para o dito corpo ‘desejável’. Isso significa afirmar que outra cena de erotismo é possível e que ela vai se definindo no instante da sua própria experimentação, recusando e/ ou negociando com as interpelações do seu traçado político. O que pude acompanhar durante minha pesquisa de doutorado foi um instante de algo produzindo um esboço da experiência política da corporal/idade.

9 O Projeto Gurizada, Saindo do Armário e Entrando em Cena foi realizado pelo nuances - em cooperação com a UNESCO, o Programa Nacional de DST/AIDS e a Coordenação Estadual de DST/AIDS da Secretaria da Saúde do RS. Coordenação de Fernando Pochay e Fernando Pecoits.

No rastro das linhas do pensamento de Michel Foucault e de Judith Butler (entre outras teóricas feministas lésbicas e/ou *queer*), procurei/ro, portanto, compreender como as normas instituem um regime de gênero e de (homo)sexualidade, a partir da idade e das representações sobre o envelhecimento e juventude. E, embora não traga nenhuma novidade dizer que as normas governam os discursos, cabe recapitular que elas produzem e regulam o sujeito do discurso, fazendo a vida (corporal) dos indivíduos (BUTLER, 2004), habitando os corpos (no caso do protagonista desta pesquisa, a materialidade discursiva o corpo ‘idoso’ / o corpo ‘velho’). Meu interesse deitou-se com estas ideias e procurou, desde um trabalho discursivo-desconstrucionista¹⁰, ensaiar alguma intimidade com movimentos eróticos que pudessem indicar formas de contestação ou resistência à norma geracional. Minha provisória certaza guia é/foi de que as experimentações das sexualidades ditas ‘minoritárias’ (LOURO, 2004), indóceis, dissidentes ou desobedientes, podem evidenciar algo dos jogos discursivos que encarnam o corpo, entre as continuidades e descontinuidades habilitantes do gênero e da sexualidade, demonstrando o seu caráter ficcional/ fabricado.

A partir deste arranjo, pondero que as práticas sexuais e eróticas podem perturbar o gênero (LOURO, 2004) desde o interior de sua produção discursiva, desestabilizando os instituídos que ‘evidenciam’ as ‘identidades’ ‘gênero-sexualizadas’. De alguma forma, as práticas sexuais produzem desarranjos nas representações. Mas, acredito que elas dizem pouco ou quase nada sobre os sujeitos em si mesmo. E considero que os sujeitos presentes nestes estudos foram interlocutores de cenas e de instantes que rasgaram uma cena particular, em uma das telas da moral que cerca o corpo generificado e os prazeres sexuais.

Embora eu não tenha encontrado potencialidades contundentes na desestabilização do gênero, mesmo diante das desobedientes formas de experimentação da sexualidade que tive a oportunidade de acompanhar nestes estudos, as imagens das ‘fechções’ de terreno (as performances dos sujeitos, a ‘perform/ação’ de um discurso) ofereceram-me possibilidades de abrir a reflexão sobre o teatro da heterossexualidade compulsória e os *pocket shows* cotidianos das hetero e homonormas.

Além disso, considerando a idade como dispositivo importante no jogo das ‘aparências’ e nas formas de performativizar o gênero

10 Particularmente considero nesta perspectiva os trabalhos de Eve Sedgwick, Judith Butler, Gayle Rubin, Teresa de Lauretis, Guacira Lopes Louro, Marie-Hélène Bourcier e Beatriz Preciado.

persegui/go a questão e/ou problemática sobre uma erótica para as gerações, como experiência instituída em atos performativos. Isto é, a partir de determinadas condições de possibilidade produzem perfurações nas representações que n/os produzem/exibem/projetam como vidas “abjetas” (BUTLER, 2000 [1993], 2004a, 2005a [1990], 2006d [1993]), no mesmo instante em que temos a possibilidade de arriscar alguma resistência e alguma resignificação. Segundo a autora a performatividade “não é simplesmente uma prática ritual: é um dos rituais maiores pelos quais os sujeitos são formados e reformulados” (2004 [1997], p.247).

No momento atual de meus estudos, através de pesquisa de pós-doutorado “*Botando corpo, fazendo gênero. Representações e práticas de estetização na (re)definição corporal de masculinidades juvenis (entre estudantes de ensino médio de escolas públicas na Grande Florianópolis)*”¹¹, venho buscando compreender, a partir das experimentações de jovens no âmbito da educação escolar, como algumas dentre as linhas dos regimes discursivos que trabalham na produção normativa das masculinidades e dos dispositivos que as interpelam, cercam e (re)definem (como importantes elementos para a reflexão sobre pedagogias de gênero e de sexualidade (LOURO, 2004) na educação escolar). Este trabalho vem buscando subsídios para o fomento e a (re)formulação de políticas públicas em Educação na direção da diversidade cultural e social das infâncias e das juventudes, em sua articulação com gênero e sexualidade.

Destas perfurações ou rasgos discursivos ou de suas formas de assujeitamento e objetificação, materializados em práticas, aposto na ideia de que não podemos pensar em identidades sexuais ou identidades de gênero fora de uma norma, uma vez que elas são em si mesmas a marca indelével de um dispositivo que é articulado sempre através de outros dispositivos.

Mas, por outra parte, pergunto-me sempre se não podemos dizer que se instauram, à revelia de qualquer pragmática ou programa político para gênero-sexualidade-gerações-etnias, movimentos de contestação e de ruptura nos jogos da abjeção. Dessa forma, ponderando as

11 Pesquisa associada à ação PROEXTENSAO “Projeto Papo sério”, desenvolvida pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sob a coordenação da Professora Dra. Miriam Pillar Grossi. O Projeto Papo Sêrio tem como objetivos a pesquisa e o enfrentamento às violências de gênero e lgbtfobias no campo da educação escolar (GROSSI et al, 2009, 2010). Minha pesquisa de pós-doutorado foi realizada junto ao NIGS/ PPGAS entre março de 2011 e fevereiro de 2012.

possibilidades e os limites que essa perspectiva de tomar a idade como dispositivo e as gerações como performatividades, arrisco dizer que uma das formas possíveis de contestação à norma que estabelece a heterossexualidade como referente de inteligibilidade ‘incontestável’ é (re)feita no interior dessas interpelações. Onde os sujeitos dizem algo sobre si em gestos, em narrativas e na organização, autoestetização e ‘cenarização’ dos espaços onde se inserem, articulando (performando) representações produzidas em jogos performativos.

Portanto, cabe dizer que se somos um tipo de efeito de discursos produzidos em jogos de saber-poder, não significa que estamos negando a evidência do que nos faz seres vivos – vísceras, membros, pele, órgãos dos sentidos, etc. É justamente a ideia de ‘natureza irreduzível’ que faz do corpo uma superfície contundente no engendramento de terminados jogos de verdade¹², como aqueles jogos da produção do regime discursivo que instituem a sexualidade como um mecanismo de poder – “ao mesmo tempo um mecanismo de saber, de saber dos indivíduos, saber sobre os indivíduos, mas também saber dos indivíduos sobre eles mesmos e quanto a eles mesmos” (FOUCAULT, 2001 [1978], p.566).

Produzimo-nos como sujeitos reconhecidos socialmente não unicamente pela materialidade visível de nossos corpos, mas pelo traçado discursivo (enunciados discursivos) que ficionam o corpo como matéria de inteligibilidades engendradas em idade, aparência corporal, classe social, gênero e sexualidade. Logo, se eu interrogo os sistemas/regimes de verdade, eu me interrogo sobre a minha própria “constituição e ontologia” (BUTLER, 2006), isto é, sobre meu próprio status ontológico. Como aponta Foucault:

Se o poder atinge o corpo, não é porque ele foi interiorizado inicialmente na consciência das pessoas. Existe uma rede de biopoder, somato-poder, que é em si mesma uma rede a partir da qual nasce a sexualidade como fenômeno histórico e cultural, no interior do qual, às vezes, nos reconhecemos e nos perdemos. (FOUCAULT, 2001 [1977], p. 231)

12 O conceito de “jogos de verdade” diz respeito em Foucault (2001 [1984a]) à relação que os sujeitos podem estabelecer consigo mesmos, através de certo número de técnicas e regras – os jogos de verdade - que os constituem como um sujeito (inteligível/reconhecível). Uma problematização sobre os jogos de verdade, corresponderia, portanto, e nos termos de Foucault, a uma forma de compreensão sobre as condições às quais ‘os sujeitos’ estão submetidos. Isto é, qual estatuto se assume, qual posição se pode/deve ocupar, no real ou no imaginário, para tornar-se ‘sujeito’ legítimo de tal ou qual (re)conhecimento.

Nesse sentido, cabe perguntar-se: deitado sobre as ruínas do projeto moderno, o que deve o corpo à sua idade? O que pode um corpo com a sua idade? O que pesa e o que conta para um corpo a idade que leva? Quantas idades podem ter um corpo e quanto ganha e quanto perde um corpo com a idade que leva? Pode um corpo existir sem a sua idade? Uma idade pode ser a mesma de uma geração a outra? E o que define, por sua vez, os limites de uma geração? O que o corpo deve aos regimes políticos na gestão da vida (generificada)? E qual seria mesmo o corpo re/clamado pelo movimento feminista ou LGBT e *queer*, quando se proclama a fortes vozes “meu corpo me pertence”, de que corpo se trata? Como sugere Rose-Marie Lagrave (2009): que vozes reivindicativas se escutam quando o corpo oferece os primeiros sinais de “decrepitude” e de “partida”, no jogo de oposições geracionais – juventude e velhice? Afinal, de que corpo se fala e qual corpo se reivindica nas políticas de identidade? Que corpo e que práticas importam para as lutas das “identidades” minoritárias?

Ficções no/do corpo

O corpo pode per/formar sua ficção material, como fabricação discursiva que vem no rastro do projeto político da modernidade, especialmente na produção performativa que faz um arranjo particular entre oposições, descontinuidades e continuidades na trama infância, juventude, ‘adultez,’ velhice, gênero e homo/sexualidade.

A idade que levamos é a forma também de dar inteligibilidade ao que pode ser considerado como uma vida possível, socialmente reguladas por engajamentos políticos institucionais e arranjos culturais. Desta forma, estamos diante de um agenciamento discursivo que não faz outra coisa além de tentar situar o sujeito de forma reconhecível e como um sujeito que possa ser “citado” – que produz experimentações de si desde “citationalidades” – como sujeito possível ou pensável. Assim, ao aproximar-me à ideia de movimentos de citação e de recitação performativas, que tornam inteligível um corpo/sujeito, não posso deixar de pensar nos sentidos para a vida que um corpo é capaz de encarnar; e por isso interesse-me em compreender como o corpo oferece-se a (e/ou como ele desestabiliza) estes processos, como no envelhecimento, por exemplo.

E, ao reencontro das ideias de Rose-Marie Lagrave (2009), concordo que “questionar uma ordem das idades é uma maneira de reencantamento, no sentido em que interrogamos, sob novos riscos, as

evidências tributadas à velhice, realocando os recursos cognitivos e políticos inusitados cruzando os efeitos recíprocos entre a ordem dos gêneros e das idades” (2009, p. 113).

Por isso, compreendo a idade como uma categoria política, histórica e contingente, assim como o gênero, a classe social, a sexualidade ou a ‘raça’. Mas, não de forma isolada, pois o marcador etário e geracional dificilmente pode ser pensado sem essas intersecções. O que significa dizer que a idade organiza a vida, ao conferir status de ‘humanidade’, em diferentes formas e condições político-culturais no mesmo instante em que gênero e sexualidade tornam-se visíveis e possíveis nesta trama discursiva (ao fixar as possibilidades para cada idade da vida). Essa é uma das tramas presentes no projeto moderno. E, de fato, esta constatação não traz nenhuma novidade. No entanto, pareceu-me estratégico pensar como a idade cria condições de inteligibilidade para o que construímos em nossas sociedades ocidentais (pós) modernas como humano e como gênero e sexualidade se articulam nesse projeto (bio)político do corpo moderno.

“Meu corpo é o contrário de uma utopia (...) ele é o lugar absoluto, o pequeno fragmento de espaço com o qual em um sentido estrito eu faço corpo”. Essa frase de Michel Foucault (2009, p.10), presente em uma radioconferência de 1966, esfolia a pele e faz sentir o corpo. O texto *Le corps utopique* inquieta. Uma utopia é um lugar fora de todos os lugares. É uma promessa. É onde também podemos pensar em um corpo incorporal. Ele afirma: “a utopia é um lugar fora de todos os lugares (...) é um lugar onde eu teria um corpo sem corpo, um corpo que seria belo, límpido, transparente, luminoso, veloz, colossal em sua potência, infinito em sua duração, suspenso, invisível, protegido, infinitamente transfigurado (...) utopia de um corpo incorporal”(p.10).

O corpo pleno, veloz, dinâmico é o corpo da utopia biopolítica do projeto moderno, um corpo que não chega a ser alcançado. É um corpo ‘planejado’, desenhado, calculado, medido, ficcionado. O corpo é uma ficção política, forjada, tecida em dispositivos de gênero, sexualidade, idade, tamanho, forma, peso, ‘raça’...

Mas outro corpo seria possível? Chego a acreditar que sim. Talvez aquele corpo presente na cena da forclusão da erótica moderna, no interior de uma cena que toma modos de uma resistência, pelos seus atos de contestação e que oferece outra corporeidade ao corpo - como unicamente um *topos*, uma superfície sem fundo e sem medida.

O corpo, eu arrisco dizer, pode ser uma heterotopia. Uma heterotopia de si como refugio da normal-IDADE. Em suas superfícies, formas, sentidos e prazeres, o corpo faz dele um lugar outro, tomado em

um instante de orgia ou instante de uma cena de exceção. Como afirma Foucault (2009), talvez seja por isso que (alguns dentre nós, eu diria) gostemos tanto de fazer sexo: “porque no sexo o corpo é aqui”

Provocações inconclusas para uma psicologia menor

Muitas inquietações e algumas idéias ardidias para re-começar em outro lugar – talvez a Psicologia ou as psicologias também como heterotopias. Precisamos tomar uma posição diante das formas de hierarquização e da patologização do gênero nas psicologias, compreendendo que nosso modo de conhecer e as práticas que se produzem destes modos são sempre marcadas por formas normativas em performances de gênero e no exercício da sexualidade, interpeladas em fases de vida – que mortificam a experiência e a potência do corpo lambido linguisticamente pelas ondas geracionais.

A Psicologia como movimento político-epistemológico deve nos conduzir a um compromisso ético. E isto inclui pensar as tramas discursivas que cercam a sexualidade e o gênero em suas interpelações geracionais, como as juventudes e as formas de envelhecer. Nós precisamos refletir muito e constantemente sobre o papel que exercemos como operadoras e operadores *psi* e que tipo de epistemologia do mundo estamos construindo ou reproduzindo, enquanto signatárias/ros de um campo de saber produzido nas injunções modernas acionadas no dispositivo da sexualidade e de controle da vida. Mas, além disso, pensar sobre nossas práticas cotidianas, nossas ferramentas conceituais, nosso posicionamento enquanto sujeitos interpeladas/interpelados em posições de gênero e sexualidade, “raça”/etnia, classe social e idade, entre outros marcadores de produção de diferença (e de quando a diferença se torna desigualdade social). Interrogarmo-nos sobre o que estamos fazendo de nós mesmos e tentando fazer dos outros já nos ajuda no exercício de políticas desobedientes para a Psicologia, no exercício das psicologias como prática reflexiva da liberdade (FOUCAULT, 1984a).

É quase certo para mim que temos a chance de contestar nossa herança normativa, fazendo um trabalho de “criação de lugares que resistem, minam e removem as formas de opressão institucionalizadas” (ROFFES, 2007; p.110), problematizando - e isto já pode significar intervir - sobre os efeitos de normalização, em qualquer tempo da vida e qualquer que seja a forma que a gente produza para o corpo.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. La «jeunesse » n'est qu'un mot. Entretien avec Anne-Marie Métaillé, paru dans Les jeunes et le premier emploi. Paris, Association des Ages, 1978, pp. 520-530. Repris in Questions de sociologie, Éditions de Minuit, 1984. (p143154).Ed1992In:www.hommemoderne.org/societe/bourdieu/questions/jeunesse.html. Acessado em 12/12/2005.

BUTLER, Judith. **Défaire le genre**. [2004]. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

_____. **Trouble dans le genre. Pour un féminisme de la subversion**. [1990]. Paris: La Découvert, 2005a.

_____. **Humain, inhumain**. Le travail critique des normes. Entretiens. Paris: Éditions Amsterdam, 2005b.

_____. **Le récit de soi**. Paris: Editions PUF, 2005c.

_____. **Cuerpos que importan**. Sobre los limites materiales y discursivos del sexo. [1993]. Buenos Aires/Barcelona/Mexico : Paidós, 2005d.

_____. **Le pouvoir des mots**. Politique du performatif. [1997]. Paris: Éditions Amsterdam, 2004.

_____. **Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado**. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Defender la sociedad**. [1976]. Buenos Aires Fondo de cultura económica de Argentina, 2006.

_____. Les rapports de pouvoir passent à l'intérieur des corps. [1977]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. Sexualité et pouvoir.[1978]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. Foucault. [1984a]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. [1984b]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. **Le corps utopique**. Les hétérotopies. [1966], [1967]. Paris: Nouvelles éditions lignes, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar et al.(org). **Representações de Iniciação Sexual e Homossexualidades em Escolas do Ensino Público de Santa Catarina**. Florianópolis: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades/ Universidade Federal de Santa Catarina; PN DST/HIV/AIDS – Ministério da Saúde, 2009.

_____. **Projeto Papo sério**. PROEXT / UFSC- Edital n° 05. Florianópolis: 2010.

HALPERIN, David. **Saint Foucault**. Paris: EPEL, 2000.

LAGRAVE, Rose-Marie. Ré-enchanter la vieillesse. In : **La tyrannie de l'âge**. Mouvements, n° 59, juillet-septembre, 2009. La Découverte, Paris.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROFFES, Eric. Transgressão e o corpo localizado: gênero, sexo e o professor homossexual. In: TALBURG, Susan; STEINBERG, Shirley R. **Pensar queer: sexualidade, cultura e educação**. Mangualde: Edições Pedagogo, 2007.

A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provoações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade.

Fernando Pocahy¹³

“Estilhaça a tua própria medida”

Hilda Hilst

[extraído do poema *Alcoólicas*]

Este texto tem como objetivo provocar olhares desviados sobre gerações e diversidade sexual, convocando a(s) Psicologia(s) a um movimento de reversibilidade epistemológica da marca de saber prescritivo-normativo que a(s) acompanha(m). Opero aqui com alguns tensionamentos e provocações acerca de movimentos de objetificação que apontam para as regulações estabelecidas na direção da constituição de uma “inteligibilidade do humano”, através do amalgama corpo(sexo)-gênero-sexualidade/prazer (BUTLER, 2005a, b,c,d) e idade/ ou gerações.

Parece-me estratégico pensar como a idade cria condições de inteligibilidade para o que definimos em nossas sociedades ocidentais (pós) modernas como humano em termos de gênero, sexualidade e “raça”/etnia. No rastro dessa reflexão sobre o projeto (bio)político que cerca a experiência geracional e algumas das interseccionalidades que acabei de citar, são muitas as inquietações: o que deve o sujeito contemporâneo à sua idade e quais são as hierarquias produzidas em nosso tempo para a objetificação de discursos de inteligibilidade? O que pode uma vida com a sua idade? O que pesa e o que conta a idade que levamos? Pode um sujeito existir – oferecer inteligibilidade social - sem a sua idade? E uma idade pode ser a mesma de uma geração a outra? O que o corpo deve aos regimes políticos na gestão da vida (genericada) e o qual o papel da(s) Psicologia(s) nessa trama discursiva das fases de vida – como a adolescência e/ou juventude?

Em relação à juventude e à “velhice” tomo esta duas experiências discursivas como materialidades em negociações culturais e desde regimes de verdade biopolíticos, seguindo o rastro das problematizações de Michel Foucault sobre a gestão da vida humana - que não pode ser

13 Pós-doutorando em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Doutor em Educação e Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

pensada sem a organização e a produção de expectativas para as idades/fases da vida:

“El otro campo de intervención de la biopolítica va a ser todo un conjunto de fenómenos, de los cuales algunos son universales y otros accidentales pero que, por una parte, nunca pueden comprimirse por entero, aunque sean accidentales, y que también entrañan consecuencias análogas de incapacidad, marginación de los individuos, neutralización, etc. Se tratará del problema de la vejez, muy importante desde principios desde siglo XIX (en el momento de la industrialización), del individuo que, por consiguiente, queda fuera del campo de capacidad, de actividad. Y, por otra parte, los accidentes, la invalidez, las diversas anomalías. En relación con estos fenómenos, la biopolítica va a introducir no sólo instituciones asistenciales (que existían desde mucho tiempo atrás) sino mecanismos mucho más sutiles, económicamente mucho más racionales que la asistencia a granel, a la vez masiva y con lacunas, que estaba esencialmente asociada a la Iglesia. Vamos a ver mecanismos más racionales, de seguros, de ahorro individual y colectivo, de seguridad, etcétera.” (FOUCAUT, 2006 [1976], p. 221)

Para isso, corrobora a perspectiva de Pierre Bourdieu (1978), que nos ajuda a compreender que estamos diante de uma disputa sobre o domínio dos sujeitos ao limitar a experiência geracional a divisões arbitrárias – erigidas evidentemente a partir de conceitos e práticas regulatórias. Segundo Bourdieu (1978) estas classificações por idade (mas também por gênero, “orientação sexual” e também por classe) remetem-nos sempre à imposição de limites e de produção de uma ordem pela qual cada um deve se fixar, na qual cada um deve se colocar em seu lugar.

O regime discursivo que segue no rastro da modernidade e do qual a Psicologia é signatária, maquina mecanismos que não param de se reinventar, reatualizando e ritualizando estratégias de normalização na produção de indivíduos inteligíveis a partir da idade que portam - como experiência indissociável das performances de gênero e como aptidões para o exercício da sexualidade. Essas engrenagens atuam

através da reificação das representações de um ideal de ‘humano’ cercados pelas interpelações e “traduções” normativas da experiência do corpo.

No plano das hierarquias sexuais e das relações de gênero, essas interpelações se destacam a partir da heterossexualidade compulsória e do seu calendário de reprodução. Essa ficção biopolítica e a representação do fracassado projeto moderno é evidente no cotidiano das práticas *psi*, que contam com a comoção interdisciplinar de campos de saber normativos e moralidades canônicas – biologia, ciências biológicas, pedagogia, serviço social, direito, para citar apenas algumas.

Mas de que figura de humano estamos tratando na Psicologia quando discutimos infância, juventude, ‘velhice’ e gênero e sexualidade? O que estamos produzindo em nossas práticas *psi* quando preterimos a plasticidade cultural e a força política aos modos normativos de estruturação do sujeito? Qual o status ontológico (a investigação teórica do ser) dessas figuras de humanos que estamos tentando definir como vidas que importam? E como nós nos posicionamos, enquanto intelectuais e/ou profissionais da Psicologia, diante das formas de governo dos indivíduos que passam pela “gestão das idades”? Que papel a Psicologia exerce nesse projeto de gestão da vida e quais são as possibilidades de resistência que somos capazes de produzir em nossas práticas? Qual é a margem de liberdade que podemos abrir nos jogos de exclusão e de reificação de figuras normativas com nosso fazer – “etarizado”? O que pretendemos quando dizemos que algo ou alguém é normal do ponto de vista das performances de gênero e da diversidade sexual? Qual a força da Psicologia na contestação das formas de regulação da vida diante de posições de gênero, raça/etnia, sexualidade, classe social?

Essas são interrogações por onde podemos encontrar algumas pistas sobre os modos como se engendram e como se materializam os regimes discursivos em torno da coerência corpo-gênero-sexualidade, uma dentre as linhas de inteligibilidade que segue, no rastro do projeto arruinado da Modernidade. Estas são inquietações que nos permitem também revisitar a/s Psicologia/s. Afinal, quais são as marcas obrigatórias que devemos portar para acedermos ao status de humanos, o que é necessário aparentar, ser, dizer, para que alguém ou alguma relação seja considerada como socialmente reconhecida nessa perspectiva do sujeito dito normal ou possível para a Psicologia?

Para começar essa provocação para a/s Psicologia/s, podemos focar o olhar na produção de um sujeito “ignóbil” para nosso campo de conhecimento: diversidade sexual e homofobia. Cabe a advertir: sujeito

desconhecido enquanto dimensão política, uma vez que sobre a sexualidade a Psicologia vem se ocupando e contribuindo historicamente para a normatização e patologização de práticas e condutas.

As muitas densidades de uma geração: juventude e velhice como performatividade.

Ensaio de alguma intimidade com problemas que se desmancham no jogo das ‘aparências’ (pós)-modernas, tenho me ocupado em buscar possibilidades de imaginar/viver uma erótica na cama discursiva das idades da vida. Procuo compreender o corpo jovem ou idoso desde a perspectiva de uma materialidade que encarna e desencarna e torna a encarnar os discursos que evidenciam o trabalho incansável, inacabável e ficcional das normas biopolíticas. Este trabalho de pesquisa sobre as idades se localiza particularmente em duas investigações realizadas no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade, em perspectiva interdisciplinar com a Psicologia¹⁴ e a Educação¹⁵. A primeira ação pesquisa que realizei sobre as formas de regulação da sexualidade na trama discursiva das idades deu-se junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, em parceria com a ONG nuances – grupo pela livre expressão sexual (a qual estive vinculado por muitos anos). Esse trabalho problematizou as experimentações da sexualidade de jovens que se auto identificavam como lésbicas, gueis, travestis, heterossexuais, bissexuais e transexuais e que aderiram a uma ação de saúde, no campo das doenças sexualmente transmissíveis/ hiv e aids. Além de seu caráter de enfrentamento à epidemia, a intervenção permitiu uma análise sobre os modos como alguns jovens produzem experimentações na sexualidade face à homofobia presente na sociedade brasileira.

O estudo foi orientado metodologicamente pela perspectiva da pesquisa-intervenção¹⁶ e os seus resultados apontaram para alguns dos

14 POCAHY, Fernando Altair. A pesquisa fora do armário: ensaio de uma heterotopia queer. Dissertação. Mestrado em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Porto Alegre, 2006. Orientador: Henrique Caetano Nardi.

15 POCAHY, Fernando Altair. Entre vapores e dublagens. Dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Porto Alegre, 2011. Orientadora: Guacira Lopes Louro.

16 O Projeto Gurizada, Saindo do Armário e Entrando em Cena foi realizado pelo nuances - em cooperação com a UNESCO, o Programa Nacional de DST/AIDS e a Coordenação Estadual de DST/AIDS da Secretaria da Saúde do RS. Coordenação de Fernando Pochay e Fernando Pecoits.

limites e das possibilidades das ações de saúde junto ao público juvenil. A ação buscou transformar as condições de vulnerabilidade, explorando as possibilidades de deslocamento de uma posição abjeta para a de cidadão de direitos pela via da reflexão e da ampliação das redes de sociabilidade. Este efeito foi buscado principalmente na formulação de estratégias coletivas de enfrentamento das capturas identitárias ligadas à estigmatização da pobreza na sua associação com as sexualidades ditas marginais.

Na continuidade das inquietações a respeito da força do regime discursivo que cerca as gerações, associado a uma lacuna nos estudos sobre homo/erotismo e envelhecimento masculino, ocupei-me em uma pesquisa de doutorado, junto ao PPG Educação na UFRGS, em buscar por experimentações ‘desobedientes’ de uma sexualidade e de um corpo ‘dissidente’ (HALPERIN, 2000): o corpo do idoso protagonizou este estudo e deriva dele a constatação de que algumas possibilidades de sociabilidade permitem aos idosos a contestação do destino de uma sexualidade ‘bizarra’ e como corpos fora do ‘mercado do sexo’. Através de performances desempenhadas com (algum) prazer, com (alguma) invenção, com (algum) tesão, com (alguma) graça e com (algum) desafio de si e, com alguma intenção, acompanhei algumas narrativas e experimentações - situadas, situacionais e efêmeras - de um ‘corpo’ dito ‘menor’ em uma cena dissidente.

Seguindo as pistas que desenhavam uma imagem aproximada para um idoso, a partir de um terreno escorregadio de zonas de experimentação orgiástica (saunas, bares de prostituição, etc), pude acompanhar uma imagem provisória deste idoso ocupando um lugar possível na cidade, que em seus movimentos de erotismo ‘deforma’ as representações ‘normais’ para o dito corpo ‘desejável’. Isso significa afirmar que outra cena de erotismo é possível e que ela vai se definindo no instante da sua própria experimentação, recusando e/ ou negociando com as interpelações do seu traçado político. O que pude acompanhar durante minha pesquisa de doutorado foi um instante de algo produzindo um esboço da experiência política da corporal/idade.

No rastro das linhas do pensamento de Michel Foucault e de Judith Butler (entre outras teóricas feministas lésbicas e/ou *queer*), procurei/ro, portanto, compreender como as normas instituem um regime de gênero e de (homo)sexualidade, a partir da idade e das representações sobre o envelhecimento e juventude. E, embora não traga nenhuma novidade dizer que as normas governam os discursos, cabe recapitular que elas produzem e regulam o sujeito do discurso, fazendo a vida (corporal) dos indivíduos (BUTLER, 2004), habitando os corpos

(no caso do protagonista desta pesquisa, a materialidade discursiva o corpo ‘idoso’ / o corpo ‘velho’). Meu interesse deitou-se com estas ideias e procurou, desde um trabalho discursivo-desconstrucionista¹⁷, ensaiar alguma intimidade com movimentos eróticos que pudessem indicar formas de contestação ou resistência à norma geracional. Minha provisória certeza guia é/foi de que as experimentações das sexualidades ditas ‘minoritárias’(LOURO, 2004), indóceis, dissidentes ou desobedientes, podem evidenciar algo dos jogos discursivos que encarnam o corpo, entre as continuidades e descontinuidades habilitantes do gênero e da sexualidade, demonstrando o seu caráter ficcional/ fabricado.

A partir deste arranjo, pondero que as práticas sexuais e eróticas podem perturbar o gênero (LOURO, 2004) desde o interior de sua produção discursiva, desestabilizando os instituídos que ‘evidenciam’ as ‘identidades’ ‘gênero-sexualizadas’. De alguma forma, as práticas sexuais produzem desarranjos nas representações. Mas, acredito que elas dizem pouco ou quase nada sobre os sujeitos em si mesmo. E considero que os sujeitos presentes nestes estudos foram interlocutores de cenas e de instantes que rasgaram uma cena particular, em uma das telas da moral que cerca o corpo generificado e os prazeres sexuais.

Embora eu não tenha encontrado potencialidades contundentes na desestabilização do gênero, mesmo diante das desobedientes formas de experimentação da sexualidade que tive a oportunidade de acompanhar nestes estudos, as imagens das ‘fechações’ de terreno (as performances dos sujeitos, a ‘perform/ação’ de um discurso) ofereceram-me possibilidades de abrir a reflexão sobre o teatro da heterossexualidade compulsória e os *pocket shows* cotidianos das hetero e homonormas.

Além disso, considerando a idade como dispositivo importante no jogo das ‘aparências’ e nas formas de performativizar o gênero persegui/go a questão e/ou problemática sobre uma erótica para as gerações, como experiência instituída em atos performativos. Isto é, a partir de determinadas condições de possibilidade produzem perfurações nas representações que n/os produzem/exibem/projetam como vidas “abjetas” (BUTLER, 2000 [1993], 2004a, 2005a [1990], 2006d [1993]), no mesmo instante em que temos a possibilidade de arriscar alguma resistência e alguma resignificação. Segundo a autora a performatividade “não é simplesmente uma prática ritual: é um dos

17 Particularmente considero nesta perspectiva os trabalhos de Eve Sedgwick, Judith Butler, Gayle Rubin, Teresa de Lauretis, Guacira Lopes Louro, Marie-Hélène Bourcier e Beatriz Preciado.

rituais maiores pelos quais os sujeitos são formados e reformulados” (2004 [1997], p.247).

No momento atual de meus estudos, através de pesquisa de pós-doutorado “*’Botando corpo, fazendo gênero’. Representações e práticas de estetização na (re)definição corporal de masculinidades juvenis (entre estudantes de ensino médio de escolas públicas na Grande Florianópolis)*”¹⁸, venho buscando compreender, a partir das experimentações de jovens no âmbito da educação escolar, como algumas dentre as linhas dos regimes discursivos que trabalham na produção normativa das masculinidades e dos dispositivos que as interpelam, cercam e (re)definem (como importantes elementos para a reflexão sobre pedagogias de gênero e de sexualidade (LOURO, 2004) na educação escolar). Este trabalho vem buscando subsídios para o fomento e a (re)formulação de políticas públicas em Educação na direção da diversidade cultural e social das infâncias e das juventudes, em sua articulação com gênero e sexualidade.

Destas perfurações ou rasgos discursivos ou de suas formas de assujeitamento e objetificação, materializados em práticas, aposto na ideia de que não podemos pensar em identidades sexuais ou identidades de gênero fora de uma norma, uma vez que elas são em si mesmas a marca indelével de um dispositivo que é articulado sempre através de outros dispositivos.

Mas, por outra parte, pergunto-me sempre se não podemos dizer que se instauram, à revelia de qualquer pragmática ou programa político para gênero-sexualidade-gerações-etnias, movimentos de contestação e de ruptura nos jogos da abjeção. Dessa forma, ponderando as possibilidades e os limites que essa perspectiva de tomar a idade como dispositivo e as gerações como performatividades, arrisco dizer que uma das formas possíveis de contestação à norma que estabelece a heterossexualidade como referente de inteligibilidade ‘incontestável’ é (re)feita no interior dessas interpelações. Onde os sujeitos dizem algo sobre si em gestos, em narrativas e na organização, autoestetização e ‘cenarização’ dos espaços onde se inserem, articulando (performando) representações produzidas em jogos performativos.

18 Pesquisa associada à ação PROEXTENSAO “Projeto Papo sério”, desenvolvida pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sob a coordenação da Professora Dra. Miriam Pillar Grossi. O Projeto Papo Sêrio tem como objetivos a pesquisa e o enfrentamento às violências de gênero e lgbtfobias no campo da educação escolar (GROSSI et al, 2009, 2010). Minha pesquisa de pós-doutorado foi realizada junto ao NIGS/ PPGAS entre março de 2011 e fevereiro de 2012.

Portanto, cabe dizer que se somos um tipo de efeito de discursos produzidos em jogos de saber-poder, não significa que estamos negando a evidência do que nos faz seres vivos – vísceras, membros, pele, órgãos dos sentidos, etc. É justamente a ideia de ‘natureza irreduzível’ que faz do corpo uma superfície contundente no engendramento de terminados jogos de verdade¹⁹, como aqueles jogos da produção do regime discursivo que instituem a sexualidade como um mecanismo de poder – “ao mesmo tempo um mecanismo de saber, de saber dos indivíduos, saber sobre os indivíduos, mas também saber dos indivíduos sobre eles mesmos e quanto a eles mesmos” (FOUCAULT, 2001 [1978], p.566).

Produzimo-nos como sujeitos reconhecidos socialmente não unicamente pela materialidade visível de nossos corpos, mas pelo traçado discursivo (enunciados discursivos) que ficcionam o corpo como matéria de inteligibilidades engendradas em idade, aparência corporal, classe social, gênero e sexualidade. Logo, se eu interrogo os sistemas/regimes de verdade, eu me interrogo sobre a minha própria “constituição e ontologia” (BUTLER, 2006), isto é, sobre meu próprio status ontológico. Como aponta Foucault:

Se o poder atinge o corpo, não é porque ele foi interiorizado inicialmente na consciência das pessoas. Existe uma rede de biopoder, somatopoder, que é em si mesma uma rede a partir da qual nasce a sexualidade como fenômeno histórico e cultural, no interior do qual, às vezes, nos reconhecemos e nos perdemos. (FOUCAULT, 2001 [1977], p. 231)

Nesse sentido, cabe perguntar-se: deitado sobre as ruínas do projeto moderno, o que deve o corpo à sua idade? O que pode um corpo com a sua idade? O que pesa e o que conta para um corpo a idade que leva? Quantas idades podem ter um corpo e quanto ganha e quanto perde um corpo com a idade que leva? Pode um corpo existir sem a sua idade? Uma idade pode ser a mesma de uma geração a outra? E o que define, por sua vez, os limites de uma geração? O que o corpo deve aos

¹⁹ O conceito de “jogos de verdade” diz respeito em Foucault (2001 [1984a]) à relação que os sujeitos podem estabelecer consigo mesmos, através de certo número de técnicas e regras – os jogos de verdade - que os constituem como um sujeito (inteligível/reconhecível). Uma problematização sobre os jogos de verdade, corresponderia, portanto, e nos termos de Foucault, a uma forma de compreensão sobre as condições às quais ‘os sujeitos’ estão submetidos. Isto é, qual estatuto se assume, qual posição se pode/deve ocupar, no real ou no imaginário, para tornar-se ‘sujeito’ legítimo de tal ou qual (re)conhecimento.

regimes políticos na gestão da vida (generificada)? E qual seria mesmo o corpo re/clamado pelo movimento feminista ou LGBT e *queer*, quando se proclama a fortes vozes “meu corpo me pertence”, de que corpo se trata? Como sugere Rose-Marie Lagrave (2009): que vozes reivindicativas se escutam quando o corpo oferece os primeiros sinais de “decrepitude” e de “partida”, no jogo de oposições geracionais – juventude e velhice? Afinal, de que corpo se fala e qual corpo se reivindica nas políticas de identidade? Que corpo e que práticas importam para as lutas das “identidades” minoritárias?

Ficções no/do corpo

O corpo pode per/formar sua ficção material, como fabricação discursiva que vem no rastro do projeto político da modernidade, especialmente na produção performativa que faz um arranjo particular entre oposições, descontinuidades e continuidades na trama infância, juventude, ‘adultez,’ velhice, gênero e homo/sexualidade.

A idade que levamos é a forma também de dar inteligibilidade ao que pode ser considerado como uma vida possível, socialmente reguladas por engajamentos políticos institucionais e arranjos culturais. Desta forma, estamos diante de um agenciamento discursivo que não faz outra coisa além de tentar situar o sujeito de forma reconhecível e como um sujeito que possa ser “citado” – que produz experimentações de si desde “citationalidades” – como sujeito possível ou pensável. Assim, ao aproximar-me à ideia de movimentos de citação e de recitação performativas, que tornam inteligível um corpo/sujeito, não posso deixar de pensar nos sentidos para a vida que um corpo é capaz de encarnar; e por isso interesse-me em compreender como o corpo oferece-se a (e/ou como ele desestabiliza) estes processos, como no envelhecimento, por exemplo.

E, ao reencontro das ideias de Rose-Marie Lagrave (2009), concordo que “questionar uma ordem das idades é uma maneira de reencantamento, no sentido em que interrogamos, sob novos riscos, as evidências tributadas à velhice, realocando os recursos cognitivos e políticos inusitados cruzando os efeitos recíprocos entre a ordem dos gêneros e das idades” (2009, p. 113).

Por isso, compreendo a idade como uma categoria política, histórica e contingente, assim como o gênero, a classe social, a sexualidade ou a ‘raça’. Mas, não de forma isolada, pois o marcador etário e geracional dificilmente pode ser pensado sem essas intersecções. O que significa dizer que a idade organiza a vida, ao conferir status de

‘humanidade’, em diferentes formas e condições político-culturais no mesmo instante em que gênero e sexualidade tornam-se visíveis e possíveis nesta trama discursiva (ao fixar as possibilidades para cada idade da vida). Essa é uma das tramas presentes no projeto moderno. E, de fato, esta constatação não traz nenhuma novidade. No entanto, pareceu-me estratégico pensar como a idade cria condições de inteligibilidade para o que construímos em nossas sociedades ocidentais (pós) modernas como humano e como gênero e sexualidade se articulam nesse projeto (bio)político do corpo moderno.

“Meu corpo é o contrário de uma utopia (...) ele é o lugar absoluto, o pequeno fragmento de espaço com o qual em um sentido estrito eu faço corpo”. Essa frase de Michel Foucault (2009, p.10), presente em uma radioconferência de 1966, esfolia a pele e faz sentir o corpo. O texto *Le corps utopique* inquieta. Uma utopia é um lugar fora de todos os lugares. É uma promessa. É onde também podemos pensar em um corpo incorporeal. Ele afirma: “a utopia é um lugar fora de todos os lugares (...) é um lugar onde eu teria um corpo sem corpo, um corpo que seria belo, límpido, transparente, luminoso, veloz, colossal em sua potência, infinito em sua duração, suspenso, invisível, protegido, infinitamente transfigurado (...) utopia de um corpo incorporeal” (p.10).

O corpo pleno, veloz, dinâmico é o corpo da utopia biopolítica do projeto moderno, um corpo que não chega a ser alcançado. É um corpo ‘planejado’, desenhado, calculado, medido, ficcionado. O corpo é uma ficção política, forjada, tecida em dispositivos de gênero, sexualidade, idade, tamanho, forma, peso, ‘raça’...

Mas outro corpo seria possível? Chego a acreditar que sim. Talvez aquele corpo presente na cena da forclusão da erótica moderna, no interior de uma cena que toma modos de uma resistência, pelos seus atos de contestação e que oferece outra corporeidade ao corpo - como unicamente um *topos*, uma superfície sem fundo e sem medida.

O corpo, eu arrisco dizer, pode ser uma heterotopia. Uma heterotopia de si como refugio da normal-IDADE. Em suas superfícies, formas, sentidos e prazeres, o corpo faz dele um lugar outro, tomado em um instante de orgia ou instante de uma cena de exceção. Como afirma Foucault (2009), talvez seja por isso que (alguns dentre nós, eu diria) gostemos tanto de fazer sexo: “porque no sexo o corpo é aqui”

Provocações inconclusas para uma psicologia menor

Muitas inquietações e algumas idéias ardidadas para re-começar em outro lugar – talvez a Psicologia ou as psicologias também como

heterotopias. Precisamos tomar uma posição diante das formas de hierarquização e da patologização do gênero nas psicologias, compreendendo que nosso modo de conhecer e as práticas que se produzem destes modos são sempre marcadas por formas normativas em performances de gênero e no exercício da sexualidade, interpeladas em fases de vida – que mortificam a experiência e a potência do corpo lambido linguisticamente pelas ondas geracionais.

A Psicologia como movimento político-epistemológico deve nos conduzir a um compromisso ético. E isto inclui pensar as tramas discursivas que cercam a sexualidade e o gênero em suas interpelações geracionais, como as juventudes e as formas de envelhecer. Nós precisamos refletir muito e constantemente sobre o papel que exercemos como operadoras e operadores *psi* e que tipo de epistemologia do mundo estamos construindo ou reproduzindo, enquanto signatárias/ros de um campo de saber produzido nas injunções modernas acionadas no dispositivo da sexualidade e de controle da vida. Mas, além disso, pensar sobre nossas práticas cotidianas, nossas ferramentas conceituais, nosso posicionamento enquanto sujeitos interpelados/interpelados em posições de gênero e sexualidade, “raça” /etnia, classe social e idade, entre outros marcadores de produção de diferença (e de quando a diferença se torna desigualdade social). Interrogarmo-nos sobre o que estamos fazendo de nós mesmos e tentando fazer dos outros já nos ajuda no exercício de políticas desobedientes para a Psicologia, no exercício das psicologias como prática reflexiva da liberdade (FOUCAULT, 1984a).

É quase certo para mim que temos a chance de contestar nossa herança normativa, fazendo um trabalho de “criação de lugares que resistem, minam e removem as formas de opressão institucionalizadas” (ROFFES, 2007; p.110), problematizando - e isto já pode significar intervir - sobre os efeitos de normalização, em qualquer tempo da vida e qualquer que seja a forma que a gente produza para o corpo.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. La «jeunesse » n’est qu’un mot. Entretien avec Anne-Marie Métaillé, paru dans Les jeunes et le premier emploi. Paris, Association des Ages, 1978, pp. 520-530. Repris in Questions de sociologie, Éditions de Minuit, 1984. Disponível em: www.hommemoderne.org/societe/bourdieu/questions/jeunesse.html. Acessado em 12/12/2005.

BUTLER, Judith. **Défaire le genre**. [2004]. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

_____. **Trouble dans le genre**. Pour un féminisme de la subversion. [1990]. Paris: La Découverte, 2005a.

_____. **Humain, inhumain**. Le travail critique des normes. Entretiens. Paris: Éditions Amsterdam, 2005b.

_____. **Le récit de soi**. Paris: Editions PUF, 2005c.

_____. **Cuerpos que importan**. Sobre los limites materiales y discursivos del sexo. [1993]. Buenos Aires/Barcelona/Mexico: Paidós, 2005d.

_____. **Le pouvoir des mots**. Politique du performatif. [1997]. Paris: Éditions Amsterdam, 2004.

_____. **Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (organizadora). **O Corpo Educado**. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Defender la sociedad**. [1976]. Buenos Aires Fondo de cultura económica de Argentina, 2006.

_____. **Les rapports de pouvoir passent à l'intérieur des corps**. [1977]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. **Sexualité et pouvoir**. [1978]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. **Foucault**. [1984a]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. **L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté**. [1984b]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. **Le corps utopique. Les hétérotopies.** [1966], [1967]. Paris: Nouvelles éditions lignes, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar et al. (org). **Representações de Iniciação Sexual e Homossexualidades em Escolas do Ensino Público de Santa Catarina.** Florianópolis: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades/ Universidade Federal de Santa Catarina; PN DST/HIV/AIDS – Ministério da Saúde, 2009.

_____. **Projeto Papo sério.** PROEXT / UFSC- Edital n° 05. Florianópolis: 2010.

HALPERIN, David. **Saint Foucault.** Paris: EPEL, 2000.

LAGRAVE, Rose-Marie. Ré-enchanter la vieillesse. In: **La tyrannie de l'âge.** Mouvements, n° 59, juillet-septembre, 2009. La Découverte, Paris.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho.** Ensaio sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROFFES, Eric. Transgressão e o corpo localizado: gênero, sexo e o professor homossexual. In: TALBURG, Susan; STEINBERG, Shirley R. **Pensar queer: sexualidade, cultura e educação.** Mangualde: Edições Pedago, 2007.

POCAHY, F. A. Gênero e sexualidade na escola: desafios para a educação como prática de liberdade. IN: IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N. “Políticas de enfrentamento ao sexismo e à homofobia no ambiente escolar: re-significando as práticas educativas no estado do Tocantins”? Editora da UFT, 2012 (no prelo).

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

Fernando Pocahy, Doutor em Educação

Estilhaça a tua própria medida.
Hilda Hilst
[extraído do poema *Alcoólicas*]

A Educação Escolar é um campo em disputa e sua agonística pode ser traduzida para além do pragmatismo das demandas e mazelas de nosso tempo, como a dita crise da “autoridade professoral”, a desprovida situação de educadoras e educadores e a precariedade das políticas públicas de um Brasil ufanista e ainda muito miserável e desigual. A escola é uma arena onde nos vemos dentro-fora de relações ora re-criadoras da capacidade de aprender-ensinar e de experimentações políticas, ora objetificadora das subjetividades que vão sendo produzidas e negociadas ao mesmo tempo. Mas, estamos andando e a educação escolar segue seu passo, desafiada cotidianamente pelas tensões produzidas nas transformações sociais de um Brasil que ainda não é para todas e para todos, mas é um país que deseja que outras vozes e outros corpos definam o que é democracia, o que é educação, o que é política...

É por isso eu arrisco dizer que um dos maiores desafios da educação tem a ver com a democracia. E eu traduzo isso afirmando que nossos problemas na Educação têm a ver com ética, no sentido da relação com a liberdade; estética, na relação dos modos de vida em suas formas, expressões e contornos existenciais, que muito pouco corresponderia às garantias do que aprendemos a pensar como o sujeito escolar. E, sobretudo, na experiência política, no dramático plano relacional das disputas pelas formas de governar e viver em sociedade.

Afinal, é na disputa sobre o que se deve conhecer, como se deve conhecer, quem pode e está autorizado a ensinar que ela se constitui

como campo agonístico - um jogo/disputa que envolve “incitação recíproca e de luta; tratando-se, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente” (FOUCAULT, 1995, p.245).

Cabe lembrar que nessa agonística ético-estético-política da/na/para educação contemporânea as figuras e relações que a desestabilizam nem sempre têm forma precisa: são mutantes, estranhas, estrangeiras e ao mesmo tempo familiares, próximas, circunvizinhas - fazendo parte de nossas vidas – mas infelizmente não as enxergamos. Ao nosso alcance ou em nós mesmos estão questões de identidade – étnicas, raciais, de gênero, sexuais -, processos de subjetivação, corpo, instituições, pobreza, desigualdades de todas as ordens, políticas de gestão da vida que desestabilizam as epistemologias e produzem fissuras nas pedagogias canônicas.

Sabemos que um jogo de poder pode ser revertido, através de uma possibilidade de distensão, mas não deixa de existir jamais como uma sorte de *continuum* de disputa política de significados. Bem entendido, estes jogos normativos em suas distensões não ocorrem sem deixar rastros ou produzir regulações e medidas – de inteligibilidade e elegibilidade. Por isto, eles não deixam de ser produtivos. Esta pode ser, inclusive, uma questão de inteligibilidade para a norma: ela somente pode ser compreendida no instante de sua disputa e/ou de seu esgotamento/estiramento, ou seja, no exato instante em que ela discursivamente produz uma materialidade.

De outra parte, cabe sublinhar, não se trata de dizer que uma norma é boa ou ruim. Ela é de outra forma mais ou menos restritiva no que tange às possibilidades éticas de existir. Portanto, uma norma é em si mesma um arranjo de forças que conferem inteligibilidades – que permitem que um sujeito ou uma prática possam ler lidos, interpretados e veiculados socialmente. O que significa dizer que pode ser objetificante e/ ou operar no sentido de abrir novas possibilidades de resignificação da experiência humana, re/instaurando mundos, novas identidades, oferecendo assim renovadas possibilidades em termos de processos de subjetivação, produzindo a possibilidade que alguém possa se (re)pensar a partir do confronto de si com determinados jogos de verdade. Ou não.

É possível imaginar e viver subversões a uma norma. Não faltam evidências disto. Mas estas somente podem ser concebidas como um instante particular e provisório. Mesmo que uma norma porte em si a ideia de perenidade, sendo elaborada para manter-se estável, esta constante nunca é alcançada. Em algum momento a norma falha.

Sempre falha. E novos jogos de poder se instauram e certa margem de liberdade pode ser aberta.

Uma ordem normativa, como aponta François Ewald (1993), caracteriza a modernidade das relações saber-poder – isto é, o arranjo político-cultural que segue no rastro da Modernidade. Ela se faz em jogos que produzem verdades ao mesmo instante em que estas verdades estão constantemente sendo desestabilizadas através de novos arranjos e desarranjos de poder; torno a dizer: na agonística das relações sociais e subjetivas. E é por isso que estamos aqui – por isso falamos em Educação em um sentido para além da escola – porque a educação contemporânea, a educação de nosso tempo, essa mesma educação que viaja no tempo, nos desafia constantemente e vertiginosamente, produzindo fissuras, acidentes e/ou acimentamento das subjetividades – as possibilidades são muitas, é importante frisar.

Minhas reflexões e provocações para a Educação – e a educação escolar – nesse sentido se dirigem às formas que instituem, inventam, modulam e regulam as nossas vidas, considerando-se a especificidade das relações de gênero e a sexualidade como dispositivos de excelência na inteligibilidade humana produzida nos jogos biopolíticos. Eu considero nessa perspectiva a hipótese de que educação escolar tenta se reconstruir e se ressignificar desde as ruínas do projeto político da modernidade – projeto esse alicerçado na regulação das formas de vida.

Considerando que epistemologias ‘geradas’ e sexualizadas de forma normativa funcionam como dispositivos nesses jogos de poder-saber na constituição do social, cabe perguntar: de que forma essas figuras engendradas nos processos de materialização do corpo são representadas?; e como estas formas são veiculadas e atravessam o campo da educação escolar? Como as instituições educativas manejam, produzem, regulam, (re)articulam o trabalho sobre o corpo, interseccionado²⁰ pelo gênero, pela sexualidade e pela raça? (POCAHY; DORNELLES, 2010)

Seguindo algumas pistas a partir de estudos em Michel Foucault e Judith Butler, nós podemos dizer que as estratégias biopolíticas e as políticas discursivas normativas colocam em vigilância a vida. E é a partir da instauração de identidades em torno da raça, classe e origem

²⁰ Segundo Silma Bilge (2009), a ideia de interseccionalidade vai além de um simples reconhecimento da multiplicidade de sistemas de opressão. Isso significa dizer pensar interseccionalidade como análise sobre as interações na produção e reprodução das desigualdades sociais, analisando-as a partir dos regimes discursivos que produzem identidade e diferença (SILVA, 2007).

social, fisionomia do corpo e sobre as posições que cada um ocupa nas relações ‘geradas’, sexualizadas, etnicizadas, etarizadas, que certa coerência vai trabalhar no sentido de constituir um sujeito que importa e uma figura de humano que é reconhecida socialmente (BUTLER, 2006) – aqui, um sujeito que conta para a educação, notadamente.

Ao nos aproximarmos da idéia de processos de subjetivação, no sentido atribuído por Foucault como as relações que cada sujeito pode estabelecer e suas reações diante de determinados jogos de verdade, entendemos a importância de compreender de forma crítica as políticas de gestão da vida nos engajamentos educativos, articuladas constantemente nos/desde/sobre os jogos de produção de pedagogias de gênero e de sexualidade (LOURO, 2000). Nestes, acentuo o trabalho de recitação e repetição das normas de inteligibilidade, especialmente aquelas que trabalham no sentido de “limpar” as representações que conferem reconhecimento sobre o que é e pode entrar em consideração na definição de uma “vida humana” – viável, elegível e inteligível (segundo determinadas normas).

Mas a escola, diferente de muitos críticos, eu não a tomo como algoz de nosso tempo. Educadoras e educadores lutam cotidianamente para transformar as instituições de educação escolar produzindo micromovimentos transformadores. Logo, minha posição sobre a educação não é aquela de demonizar a escola, educadoras e educadores, mas de pensar junto com elas e eles – com vocês - o que estamos fazendo de nós mesmos nesse campo de relação social, que é também plano de produção de territórios existenciais – espaço de subjetivação. Meu objetivo é pensar uma educação democrática e um mundo sensível e menos desigual para todas e todos.

Agora, é quase certo para mim, e é preciso não ser ingênuo, que o regime discursivo que segue no rastro da modernidade, do qual a instituição escolar é herdeira, ele maquina mecanismos que não param de se reinventar, reatualizando e ritualizando (performatividade) estratégias de normalização para a produção de indivíduos dóceis e uteis. Essas engrenagens mortificadoras atuam através da reificação e na cristalização de uma representação de um ideal de ‘humano’ – uma ficção inabalável e ao mesmo tempo inalcançável. Logo, não demoramos a nos perguntar: mas de que figura de humano estamos tratando? O que estamos produzindo em nossas práticas educativas? Qual o status ontológico (a investigação teórica do ser) dessas figuras de humanos que estamos tentando definir como vidas que importam?

No rastro dessa reflexão rápida gostaria de compartilhar mais algumas inquietações: como nós nos posicionamos, enquanto

intelectuais e/ou educadores/as, diante das formas de governo dos indivíduos que passam pela educação escolar? Que papel a escola desempenha nesse projeto de gestão da vida e quais são as possibilidades de resistência que somos capazes de produzir em nossas praticas educativas. Qual é a margem de liberdade que podemos abrir nos jogos de exclusão e de reificação de figuras normativas com nossas pedagogias? O que pretendemos quando dizemos que algo ou alguém é normal? Como ensinamos-aprendemos a conhecer o mundo e a viver diante das formas de regulação da vida diante de posições de gênero, raça/etnia, sexualidade, classe social?

Essas são interrogações difíceis e duras, mas podemos encontrar na sua profusão algumas pistas que colocam em evidência os modos como se engendram e como se materializam os regimes discursivos em torno da coerência corpo/sexo-gênero-sexualidade, uma das linhas de inteligibilidade modernas. Quais são as marcas obrigatórias que devemos portar para acedermos ao status de humanos, o que é necessário aparentar, ser, dizer, para que alguém ou alguma relação seja considerada como socialmente reconhecida nessa perspectiva do sujeito dito normal?

Abjetos para a/da educação

Para começar, podemos focar o olhar na produção de um sujeito ignóbil para a educação - aquele tido como sujeito abjeto da sexualidade, o reverso e o embaraço do gênero. Aquelas e aqueles sobre quem o corpo é tomado como superfície de inteligibilidade e disciplinamento, aqueles e aquelas cujas vidas são vigiadas e punidas através de praticas e condutas excludentes, violentas, microfascismos que por vezes denominadas praticas educativas, pedagogias e para os quais produzimos currículos para perpetuar esse instituído.

A escola desponta como um dos espaços onde se acentuam muitas das situações de violência envolvendo a diversidade sexual. Na escola, a sexualidade homossexual é refutada, restando àqueles que confrontam a heteronormatividade poucas alternativas que não “o silêncio, a dissimulação ou a segregação. A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia” (LOURO, 2000, p.27). O que significa dizer que a escola e os espaços de aprendizagem, de forma geral, constituem-se enquanto arena onde se reproduzem importantes desigualdades e injustiças, colocando pessoas muito jovens e ainda em condições muito frágeis para responder a

situações de constrangimento e humilhação, sem qualquer suporte social.

Estamos aqui, neste instante, diante daquilo que se denomina como da ordem da constituição da abjeção. Precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2000). E em se habitando estas zonas, não gozando do status de sujeito, muitas vezes as reações da homofobia se expressam nos atos de vigilância e eliminação: atea-se fogo, corta-se, perfura-se, apedreja-se, mata-se. Suplício e exposição deste abjeto como objeto que explicita a punição àquelas e aqueles que cruzam as fronteiras da norma (FOUCAULT, 1973).

É preciso ainda dizer que muitas são as marcas deste processo de (hetero)normalização expresso na desqualificação dos corpos, das vidas²¹. E isto não é uma posição vitimista ou "miserabilista", é uma perspectiva de contestação que se refere também ao âmbito discente no universo escolar, em razão das situações de violação, violência verbal e física manejadas aos que constroem seus corpos com sentidos diferentes de uma norma de gênero e sexualidade. Muitas são as vidas de trabalhadoras e trabalhadores marcadas pelo ódio, pela intolerância e pelo desprezo.

Muitas destas pessoas são interpeladas cotidianamente e, na maioria das vezes, em seu fazer por um único e emblemático motivo: a

²¹ Estas reflexões são baseadas nos dados reunidos a partir de meu trabalho na coordenação do Centro de Referência na Prevenção e Combate à Homofobia de Porto Alegre, realizado pelo ONG **nuances – grupo pela livre expressão sexual** e em convênio com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Este serviço de atenção às vítimas de violações heterossexistas e homofóbicas, acolheu casos paradigmáticos envolvendo discriminações impetradas a educadores das redes de ensino público na Capital e região metropolitana. Outros indicadores de expressão de violência vêm de estudos realizados durante as paradas do orgulho LGBT: a partir de uma amostra de 416 informantes participantes da 8ª Parada Gay do Rio de Janeiro, (CARRARA, SÉRGIO; RAMOS, SILVIA; CAETANO, MARCIO, 2003), cerca de 60% dos entrevistados denunciaram já ter sido alguma vez vítima de violência ou de algum tipo de agressão motivada por orientação sexual. E, para 46,3% dos informantes, jovens de 14 a 21 anos, há indicação de terem sido vítimas de agressões na escola, por motivo de orientação sexual. Do mesmo estudo, este realizado em Porto Alegre, em parceria com a UERJ/RJ, a Universidade Cândido Mendes/RJ, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o nuances, durante a 8ª Parada Livre de Porto Alegre – 2004 - temos a referência de que a escola figura em primeiro lugar, entre sete situações indicadas, em espaço de discriminação, sobretudo envolvendo jovens entre 15 e 21 anos. 40% dos jovens entrevistados, nesta faixa etária, indicaram a discriminação por parte de professores e colegas na escola, onde a forma mais comum de discriminação, indicada por 67,6% deles foi a agressão verbal e a ameaça de agressão física.

‘orientação sexual’ ou a identidade de gênero. O (hetero)terrorismo de gênero (BENTO, 2006) e de sexualidade – ou as prática sexo-generocidas -, sublinhamos, é ainda mais acirrado quando estas educadoras e educadores passam a ser protagonistas de uma educação para a sexualidade, pois seguidamente são tomadas/dos por militantes, exibicionistas e mesmo incapazes. Discurso este de ódio que encontra sustentação no fantasma (‘cuidado com essa gente!’) de que um educador gay ou uma educadora travesti, transexual ou lésbica poderiam moldar ou ‘incentivar’ o desejo de alunas e alunos, determinando a sua orientação sexual. Diante dessa sugestão, Deborah Britzman (1996), ao afirmar que todo conhecimento contém suas próprias ignorâncias, aponta para como a educação escolar, cotidiana e historicamente, opera, conforma e constitui uma (hetero)sexualidade.

Por outro lado, nós podemos dizer sim, que em tudo e em nada, sempre estamos disputando significados e, de certo modo, tentando modificar a vontade das outras e dos outros. E há até certo sentido nesse medo, pois uma ameaça a instituição da heteronormatividade (LOURO, 2009) e da heterossexualidade compulsória (RICH, 1980) despontam em pânico. O certo é que estamos todas e todos “no poder” e esta é a agonística das relações sociais. Mas os significados em disputa, tão receados, não são tanto o de “transformarmos” alguém em ‘homossexual’(embora as expressões mais recorrentes nos enunciados de desqualificação sejam claramente: ‘sapatão’, ‘machorra’, ‘traveco’, ‘veado’ e ‘bicha’, dentre outras). A agonia está em que se está disputando os significados produzidos na manutenção das instituições que cotidianamente trabalham para moldar os desejos e administrar ‘a vida’. Assim, diante da improdutiva questão de que um educador “LGBT” corromperia o desejo, a priori, heterossexual ou “a natureza” de uma aluna ou de um aluno, nossa aposta segue outra direção. Apontamos que o nosso empenho deve situar-se num combate ético, estético e político anti-heteroterror²², nada além.

Sabemos que muitas educadoras e educadores reafirmam ‘naturalmente’ em seus cotidianos e práticas o discurso da sexualidade dita normal e natural; e que dessa forma tolhem as possibilidades de experimentação e as consequentes margens de liberdade que poderiam ser alargadas no campo da educação escolar. No entanto, preferimos outra forma de pensar. Optamos por desviar o olhar, por olhar de outro jeito.

²² Expressão que pego de empréstimo em Berenice Bento (2006).

Acredito que seja profícuo estranhar os instituídos, a norma, o normal (LOURO, 2004) e de percebermos este outro dito “bizarro”, “estranho”, não como um problema, mas como nosso companheiro de vida e de trabalho, que em sua história de luta é emblemático das forças que instituem em nossas sociedades ocidentais as vidas que valem a pena serem vividas. O avesso da norma pode ter a potência de ser revelador das vidas encoleradas pela normalidade²³.

LGBT-fobia: uma forma de fascismo

Uma das expressões de reação normativa no âmbito das relações de gênero e sexualidade é a homofobia. Este conceito carrega consigo algo que diz respeito ao ódio e a aversão a lésbicas, gays, travestis, transexuais e travestis e a todas aquelas e aqueles que estão posicionados enquanto manifestações das sexualidades ditas minoritárias e não hegemônicas. Alargando seu sentido todas as formas de desqualificação e violência dirigidas a todas e todos que não correspondem ao ideal normalizado de sexualidade, a homofobia consiste na desqualificação e outras formas de violências sobre todas as outras expressões da sexualidade não heterossexual. Podemos fazer referências as suas variações, que demonstram diferentes formas de discriminação e outras violências contra prostitutas, transexuais, lésbicas e bissexuais. No rol das “especificidades”, então: a putafobia, a transfobia, a lesbofobia, a homofobia e a bissexualfobia. Essas são expressões do ódio e não do medo psicológico²⁴.

A transfobia, lesbofobia ou homofobia além de ferir e, de não raras vezes, levar à morte, é um regime discursivo que transcorre sorrateiramente em nossos cotidianos. Os seus efeitos determinam lugares e posições para uma vida, reafirmando, no campo da norma (do normal), o lugar dos sujeitos na posição de impensáveis, psicóticos, na

²³ Ideia derivada do pensamento de Didier Eribon (1999), ao apontar sobre a coleiras da normalidade que “asfixiam” também a muitos sujeitos heterossexuais (notadamente nesta perspectiva de identidades construídas discursivamente e desde regimes normativos).

²⁴ Podemos distinguir as categorias lesbofobia, transfobia, travestifobia, homofobia, intersexfobia, putafobia, entre outras formas de marcação dos efeitos e hierarquias do heterossexismo e do binarismo de gênero. Estas distinções referem-se às particularidades presentes nas formas e expressão de violência de gênero e sexualidade. De uma forma abrangente, podemos usar o termo homofobia, mas compreendo este como uma categoria que não contempla a ampla trama discursiva envolvendo as hierarquias de gênero e que ainda é tributaria da psicologização que definiu o conceito inicialmente, ido anos 1970 (conceito elaborado pelo psicólogo George Weinberg, EUA), como uma manifestação de medo e hostilidade aos homossexuais. Logo, a questão de uma norma social fica secundarizada aos efeitos sobre o indivíduo psicológico.

ordem do precário e do desprezível. Trata-se, sobretudo, em um ato de homofobia, da desumanização do outro, através de palavras, gestos e condutas (BORILLO, 2000). Essa atitude de hostilidade e ódio aos ditos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) é, do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o anti-semitismo, uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como o contrário, inferior ou anormal. A LGBT-fobia refere-se a um prejulgamento e ignorância que consistem em acreditar na supremacia, evidência e naturalidade da heterossexualidade (BORILLO, 2000); e, assim como o sexismo (que trata de hierarquizar as relações entre homens e mulheres), a homofobia, como indica o autor (op. cit.), aparece como componente necessário ao regime binário da sexualidade, uma vez que com as diferenças homo/ heterossexualidade cria-se um regime de ordenamento da sexualidade, onde os comportamentos (hetero)sexuais são qualificados como modelo social e referência sobre todas as outras sexualidades.

A homofobia, como toda forma de exclusão, aponta o autor, não se limita a constatar uma diferença: ela interpreta e tira suas conclusões materiais. E é através da injúria que temos uma das expressões mais presentes do ato homofóbico. A injúria, a ofensa, segundo Althusser (apud ERIBON, 1999) é uma das formas mais notáveis daquilo que denomina por interpelação. Ela ocupa a função de uma injunção que assinala a alguém um lugar dentro de um espaço social sexualizado e que se constrói como já indicado na desqualificação do sujeito, naquilo que ela ou ele são, dizem e se reconhecem. Ato que tem sua materialidade afirmada em uma reiteração da norma, que se expressa no cotidiano de nossas vidas desde as menores coisas de nossos cotidianos.

A LGBT-fobia, assim como todas as outras formas de intolerância e desrespeito, indica Borillo (2000), se articula ainda em torno das emoções crenças, prejulgamentos, convicções e fantasmas -, assim como de condutas, em atos, práticas, procedimentos e leis, de dispositivos ideológicos, através de teorias, mitos, doutrinas e argumentos de autoridade. E não se tratando somente de uma violência contra os homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais, a homofobia constitui-se uma ameaça aos valores democráticos de compreensão e de respeito à outra e ao outro (BORILLO, 2000).

Judith Butler (2005), uma teórica feminista estadunidense, denuncia a fragilidade constitutiva da heterossexualidade, pelo seu próprio avesso, pois as práticas sexuais ditas não normais colocam em questão a estabilidade do gênero como questão de análise na definição do que é ou não “normal” e por isso possível, em termos da sexualidade

e de uma vida inteligível. Ao nos propor a desnaturalização do gênero, como estratégia para conter a violência das normas que o governam, Butler (2005) nos oferece a possibilidade de refutarmos e denunciarmos os pressupostos impetrados pelas interpelações cotidianas - populares ou acadêmicas - sobre a sexualidade, as quais atribuem à heterossexualidade um caráter natural e evidente.

Nesta arena, por fim, cabe ressaltar, não está somente em jogo a desqualificação do Outro, mas de tudo que ousa contradizer os instituídos, promovendo a ampliação da liberdade humana. Isto é, o que poderíamos de forma contundente chamar de crise ética e de uma sociedade antidemocrática e seus (micro)fascismos cotidianos. Urge, portanto, pensarmos na afirmação de um direito democrático da sexualidade que rompa com o tratamento subalterno reservado a mulheres, homossexuais, soropositivos, idosos, crianças ou adolescentes, percebidos numa visão tradicional, mais como objetos de regulação do que portadores de direitos, como apontado por Rios (2005).

Educação como prática reflexiva da liberdade

Apenas dúvidas e algumas idéias ardidias para concluir (ou para começar outra conversa): talvez possamos pensar agora naquelas perturbadas idéias de movimentos que nos conduzam a um compromisso ético na educação e nos espaços de produção de conhecimentos e saberes. Algo que exige de nós – educadoras e educadores/ pesquisadoras e pesquisadores - enfrentar também, entre todas as outras formas de desigualdade social e dominação, a ação da norma que determina que vidas podem ser vividas e que vidas não importam ou que dizem não valem ser vividas (BUTLER, 2005).

Penso que nós precisamos refletir muito e constantemente sobre o papel que exercemos como educadoras/pesquisadoras/ educadores/pesquisadores e que tipo de epistemologia do mundo estamos construindo ou reproduzindo, enquanto signatárias/ros de campos de saber produzido nas injunções modernas - acionadas para o controle da vida e das formas de aprender. Por isso, proponho pensar sobre nossas práticas cotidianas, conhecer com ganas as nossas ferramentas conceituais e usá-las como posicionamento crítico-investigativos da ordem das coisas, a começar por nós mesmos, enquanto sujeitos interpelados/interpelados em posições de gênero e sexualidade, “raça” /etnia, classe social e idade, entre outros marcadores de produção de diferença (e de quando a diferença se torna desigualdade

social). Ainda: interrogarmo-nos sobre o que estamos fazendo de nós mesmos e tentando fazer dos outros, significa pensar ferramentas para pensar a Educação como prática reflexiva da liberdade (FOUCAULT, 1984).

Talvez, e sei o quanto isto é difícil, mas bem perto de ser possível: poderíamos pensar em um trabalho de “criação de lugares que resistem, minam e removem as formas de opressão institucionalizadas” (ROFFES, 2007; p.110), problematizando (e isto já pode significar intervir) os efeitos de normalização. E pensar/ interrogarmo-nos sobre o que estamos fazendo de nós mesmos e tentando fazer dos outros já nos ajuda no exercício de políticas democráticas em Educação. Daí pra frente: experimentar. (Re)inventar práticas que nos permitam ter prazer em aprender e estar com a outra e com o outro, em aprender com os modos de vida das outras e dos outros, inventando uma sorte de educação “transtornada”²⁵, sacudida pela ética reflexiva da liberdade, abusando de pedagogias “que permitam transgressões, como movimento de oposição e para além das fronteiras. É este movimento que faz da educação uma prática de liberdade (bell hook *apud* ROFFES, 2007).

O que resulta dessa forma de pensar a Educação é a ampliação dos espaços onde os processos de ensino-aprendizagem se re/produzem e da forma como podemos pensar tensionamentos para a educação escolar – em um processo reflexivo sobre as teorias que cercam os modos de compreensão dos processos que definem sujeitos e subjetividades. A diáspora dos sujeitos “objetificados” ocupa a cena da educação, oferecendo possibilidades de re-visitar paradigmas e epistemologias. Currículo, cultura e sociedade se tornam, assim, expressões indissociáveis.

Referências Bibliográficas

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l’intersectionnalité. **Diogenè**. n° 225, janvier-mars 2009.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORRILLO, Daniel. **L’homophobie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

²⁵ Outra expressão cunhada por Berenice Bento (op. cit.)

BUTLER, Judith. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes.(org). **O Corpo Educado**. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, (p.153-172).

_____. **Le pouvoir des mots**. Politique du performatif. Paris : Éditions Amsterdam, 2004.

_____. *Le genre comme performance* », Entretien réalisé par Peter Osborne et Lynne Segal. In: **Humain, inhumain. Le travail critique dès normes. Entretiens**. Paris: Éditions Amsterdam, 2005. p.13-42.

ERIBON, Didier. **Réflexions sur la question gay**. Paris: Fayard, 1999.

FREUD, Sigmund. **Inibição, sintomas e angústia**. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

FOUCAULT, Michel. (1973). *La société punitive*. In : **Michel Foucault. Dits et écrits I, 1954-1975**. Paris, Gallimard. (p.1325 -1338).

_____. **História da sexualidade. A vontade de saber**. [1976]. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. *Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho*. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. (1984). *L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté*. In : **Michel Foucault. Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris : Gallimard. (p.1527 - 1548).

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.7-34.

RICH, Adrienne. **Sangre, pan y poesia, Prosa escogida 1979 -1985**. Barcelona: Icaria Antrasyt, Mujeres, Voces y Propuestas, 2001.

RIOS, Roger Raupp. *Para um direito democrático da sexualidade*. **Coleção documentos website. Centro Latino-Americano em**

Sexualidade e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2005.
(texto disponível em www.clam.org.br)

ROFFES, Eric. Transgressão e o corpo localizado: gênero, sexo e o professor homossexual. In: TALBURG, Susan; STEINBERG, Shirley R. **Pensar queer:** sexualidade, cultura e educação. Mangualde: Edições Pedagogo, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

ANEXOS

PROJETO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL
NUCLEO DE IDENTIDADES DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES -
NIGS

Projeto de Pesquisa
“Botando corpo, fazendo gênero”
**Representações e práticas de estetização na (re)definição corporal
de masculinidades juvenis (entre estudantes de ensino médio de
escolas públicas na Grande Florianópolis).**
Pós-Doutorado - Programa CAPES - REUNI

Período: março de 2011 a fevereiro 2012

Supervisora:
Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi

Candidato à Pós-Doutorado:
Fernando Altair Pocahy

Florianópolis
Março de 2011

Currículo resumido do pesquisador:

Fernando Pocahy realiza pós-doutorado junto ao PPG em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (Bolsista CAPES). É Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (Bolsista CAPES), Mestre em Psicologia Social e Institucional (PPGpsi/UFRGS - Bolsista CAPES), Especialista em Projetos Sociais e Culturais (UFRGS) e Bacharel em Psicologia (UNISINOS); foi bolsista do Programa de Cooperação Técnica Internacional Brasil-França, Programa Nacional de HIV/Aids do Ministério da Saúde do Brasil, em 2005, tendo realizado estágio de aperfeiçoamento profissional na Association AIDES, Marseille. Integra o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC), GEERGE - Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero (FACED/UFRGS) e o Núcleo de Pesquisas em Sexualidade e Relações de Gênero - NUPSEX (Instituto de Psicologia - UFRGS). Realizou doutorado sanduíche (Bolsista CAPES) na Université Lumière Lyon 2, France e foi Visiting doctorand à l'École doctorale romande en Études Genre, Université de Lausanne, Suisse. Tem experiência nas áreas de Psicologia Social, Educação e Saúde Coletiva, em interface com Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: corpo, geração, gênero e sexualidade.

1. INTRODUÇÃO

O plano de estudos “Representações e práticas de estetização na (re)definição corporal de masculinidades juvenis” se propõe a dar continuidade aos trabalhos de pesquisa que viemos desenvolvendo sobre gênero e sexualidade no campo amplo da Educação. Em nosso percurso de pesquisa demos ênfase às performatividades de gênero (BUTLER, 2007; SEDGWICK, 2008) e à (des)construção social do corpo (LE BRETON, 2008; GOELLNER, 2003). Em nossas pesquisas anteriores²⁶ trabalhamos em movimentos de compreensão dos modos “dissidentes” das identidades sexuais (HALPERIN, 2001). No plano amplo da Educação ponderamos que as reivindicações que emergem do terreno das políticas de representação ou políticas de identidade (LOURO, 2004), mais precisamente (e em todo o caso também políticas culturais “dissidentes” ou de resistência) dentre outras demandas ditas minoritárias, nos posicionam diante de desafios reais e nos desestabilizam desde os lugares que ocupamos enquanto intelectuais e/ou educadores/as. E, objetivamente, nos questionam a partir de nossos posicionamentos desde as instituições educativas às quais estamos vinculadas/dos. Estas interpelações “extramuros” colocam em evidência e tensionam nossas (re)ações diante dos jogos de poder que regulam as margens de liberdade na educação escolar e, definitivamente, desde a idéia de um projeto de sociedade democrática. Acreditamos que não existe novidade em dizer que estamos diretamente implicados/as diante das transformações que (re)arranjam, (re)organizam e (re)produzem formas de experimentação política e cultural, formas de conhecer e construir as relações sociais, formas de epistemologias para ler e viver o mundo. Além disso, não restam dúvidas de que nós traduzimos e interpretamos estas experiências, inclusive no âmbito da educação

²⁶ Em pesquisa de mestrado em Psicologia Social (UFRGS), sob a orientação do Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi, analisamos formas de regulação da sexualidade juvenil com sujeitos em situação de pobreza, com especial atenção às formas dissidentes ao regime político-discursivo da heterossexualidade obrigatória (RICH, 2001; WITTIG, 2001, BUTLER, 2007). E em nossa pesquisa de doutorado em Educação (UFRGS), orientada pela Profa. Dra. Guacira Lopes Louro, produzimos um estudo sobre envelhecimento e homo/erotismo, tendo privilegiado como uma das linhas de problematização as relações intergeracionais envolvendo homens idosos clientes da prostituição e homens jovens profissionais do sexo. Desse estudo, ao analisar as possibilidades para o exercício da sexualidade entre homens idosos e jovens observamos que a aparência corporal (embelezamento conforme Geroges Vigarello) e a sua estetização (nos termos foucaultianos poderíamos compreender a estética da ‘virilidade’) e os atributos do que se constitui como “raça” ocupam um papel importante nos jogos de produção de performatividades de gênero, realocando e produzindo significados outros diante das masculinidades hegemônicas (KIMMEL, 1998).

formal, atribuindo sentidos marcados por formas de regulação da sociedade - considerando-se, ainda, a idéia de hierarquias epistemológicas (POCAHY; DORNELLES, 2010).

A partir destas considerações introdutórias sublinhamos que o objetivo deste plano é ampliar as análises sobre as representações e práticas de definição corporal de homens jovens, a partir desta compreensão de educação como uma práxis político-cultural. Dirigindo-nos nesse sentido a uma problematização a respeito das tecnologias de gênero (LAURETIS, 2006) acionadas e produzidas para a inteligibilização dos corpos e reconhecimento social das vidas que importam (BUTLER, 2005, 2007, 2010), transversalizadas no espaço da comunidade escolar, mas também desde seus currículos e programas de ensino. Diríamos que nos ocupamos de problemas “minoritários” para questões maiores - para a sociedade.

2. INTERSECÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS

Nossas pesquisas se associam dessa forma a um conjunto de estudos brasileiros, estadunidenses, franceses e espanhóis sobre gênero, sexualidades e movimentos sociais e teorizações *queer*, (LOURO, 2000, 2004; GROSSI, 2010 [1998]; BUTLER, 2006[2004]; SEDGWICK, 2008[1990]; LAURETIS, 2006; DUGGAN, 2003; BOURCIER, 2005; PRECIADO, 2004; FOUCAULT, 2001a, 2001b, 2001c, 2001d; ERIBON, 1999; HOCQUENGHEM, 1980). Nosso trabalho de pesquisa, seguindo o rastro do pensamento destas referências busca ainda a possibilidade de articulação a partir de interseccionalidades de idade, etnia-“raça”, classe social, localidade e (d)eficiências corporais, como importantes e consubstanciais elementos na constituição moderna dos modos de ser homem ou mulher e desde as possibilidades de cruzamento destas fronteiras de inteligibilidade para o corpo a partir do gênero (neste aspecto associamo-nos mais fortemente às perspectivas *queer* (BUTLER, 2006[2004]; SEDGWICK, 2008[1990]; LAURETIS, 2006; BOURCIER, 2005; PRECIADO, 2004). A consideração desse conjunto de atravessamentos (epistemológicos) na constituição das subjetividades contemporâneas corresponde a um importante elemento para a compreensão das ramas biopolíticas do projeto da modernidade (FOUCAULT, 1975).

Por este motivo, estamos propondo uma ampliação de nossas análises a partir de uma aproximação com o campo da Antropologia.

Acreditamos que a perspectiva de pensar a educação através do olhar antropológico, nos permitirá a produção de novos problemas para nossos campos de estudo, sobretudo a partir de nossos objetos de interesse em pesquisa: intersecção sexualidade, gênero, idade, “raça”, etnia e classe social. Nosso papel enquanto pesquisadores encontra eco nas palavras de Foucault: o papel do intelectual não é aquele de moldar a vontade política dos outros, mas o de um exercício de ação reflexiva: “interrogar novamente as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições” (FOUCAULT, 1984b).

Desse modo, fundamentais e extremamente profícuos os trabalhos realizados através do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, com especial destaque à ação de pesquisa-extensão “Papo sério” que, a partir de nossa leitura, podemos observar a produção de uma experimentação política no plano das interlocuções entre o fazer universitário, a agência de uma política pública de educação e o protagonismo juvenil. O que constitui um espaço privilegiado de produção de novos problemas para os campos de saber, a gestão pública e as jovens e os jovens que aderem a este espaço de “dobra” no pensamento - um espaço profícuo à experimentação epistemológica e a produção de novos saberes e práticas para a democracia e a igualdade social.

Nossa relação e articulação institucional com o trabalho da professora Miriam Pillar Grossi, coordenadora do NIGS e supervisora desta proposta, se insere primeiramente a partir da referência que a pesquisadora representa para os estudos sobre relações de gênero, feminismos, identidades sexuais, sexismo e homofobia. De outra parte, tivemos a oportunidade de colaborar com o trabalho realizado pela professora durante a primeira edição do Seminário Homofobia, Identidade e Cidadania LGBTTTT (2009), onde coordenamos o GT 09 – Educação e combate ao sexismo e homofobia, juntamente com o colega doutorando Felipe Fernandes. Também tivemos participação em reunião do projeto de pesquisa “Representações de iniciação sexual e homossexualidade em Escolas do Ensino Público de Santa Catarina/SC”, realizada na ocasião do seminário citado. O que nos permite afirmar que uma ligação institucional e de pesquisa encontra-se em processo de delineamento.

No contexto desta análise nos engajaremos ao projeto PROEXT *Papo sério*, como forma de aproximação com o campo e como forma de re-trabalhar o problema de pesquisa, a partir de um diálogo interdisciplinar com a equipe do projeto (Pesquisadoras/res, estudantes

de pós-graduação e graduação, equipe coordenadora e demais profissionais de área técnica envolvidas/os).

O Projeto *Papo Sério* vem sendo realizado pelo NIGS, sob a coordenação da profa. Dra. Miriam Grossi, com edições em 2007 e 2009 e reedição em 2011. Suas ações se articulam ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo desde 1991 na articulação de saberes e práticas relacionadas às questões de gênero e sexualidade na interseccionalidade com “raça”-etnia, classe social e outros marcadores importantes na produção dos modos de vida contemporâneos e na sua articulação com o campo amplo das políticas públicas e a democracia brasileira. Neste aspecto, as ações do projeto realizado pelo NIGS transversaliza marcadores sociais e cruza campos de produção e materialização de políticas públicas. No caso do projeto *Papo Sério*, articulam-se os campos da educação e da saúde a políticas específicas como aquelas relativas a juventudes, gênero, “raça”-etnia e sexualidade.

Cabe sublinhar que o objetivo principal do projeto *Papo sério* é articular saberes e práticas sociais para o alargamento das condições de possibilidade para a promoção de direitos e de políticas públicas que colaborem para a construção da efetiva democracia, em especial consideração a sua relação inquestionável com modos e condições de vida. Por esse motivo, o projeto objetiva “problematizar as temáticas de gênero e sexualidade em atividades de reflexão e formação de estudantes e professoras/es da rede pública da grande Florianópolis, através de oficinas, palestras e cursos.” (GROSSI et al 2010). De forma específica articula-se a partir dos seguintes objetivos:

- a) Contribuir para a formação de estudantes da rede pública em diferentes questões vinculadas às temáticas de gênero e sexualidade.
- b) Transmitir conhecimentos que permitam maior engajamento cidadão no cotidiano dessas(es) jovens, e conseqüentemente daquelas pessoas que convivem em seu entorno, em diferentes situações sociais envolvendo questões de gênero e sexualidades.
- c) Colaborar nas políticas públicas de formação de professoras/es nas temáticas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais que envolvem questões relativas à gênero e sexualidade.
- d) Contribuir para o crescimento cidadão de jovens sobre questões que envolvam a intersecção entre gênero, sexualidades, juventude, terceira

idade, direitos humanos, educação ambiental e cidadania. Abordando, para tanto, temas como homofobia/lesbofobia/transfobia, DST/AIDS, violências contra mulheres, amor, contracepção, maternidade, direitos humanos e reprodutivos, arte e expressão, conjugalidades.

e) Ampliar a formação teórica e de prática de ensino não formal dos estudantes de graduação de cursos variados da UFSC, bem como dos estudantes de pós-graduação em Antropologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas desta mesma universidade, através do contato com a realidade escolar da Grande Florianópolis.

f) Dar visibilidade às pesquisas desenvolvidas na UFSC nas áreas de atuação do projeto, através de reportagens na imprensa sobre as atividades desenvolvidas pelo núcleo através do projeto Papo Sério, em particular o concurso de Cartazes e Redações contra a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia, realizado anualmente nos meses de março a maio.

g) Promover concurso de redação junto aos cursos de licenciatura de Santa Catarina, sobre temáticas afeitas ao projeto;

h) Construir subsídios teóricos que possibilitem a construção de material pedagógico para formação de professores nas temáticas propostas;

i) Fomentar a formação de grupos de estudos engajados nas temáticas do projeto

j) complementar lacunas teóricas existentes na formação dos diversos públicos atingidos, inclusive ministrando seminários e cursos;

k) transformar conhecimento de iniciação científica, graduação e pós-graduação em políticas públicas e ações concretas de práticas pedagógicas nas escolas. (GROSSI et al, 2010)

Nossa articulação junto às ações do Projeto Papo Sério, na atual edição – 2011 (março a dezembro 2011) em relação direta ao público juvenil acessado pelo Projeto. Neste aspecto, cabe ressaltar que nosso estudo se dirige a problematizações²⁷ sobre masculinidades juvenis. No

²⁷ Problematizar significa aqui, nos termos de Michel Foucault, realizar um movimento de análise que possibilita compreender como um conjunto de práticas discursivas ou não

entanto, como será detalhada a seguir, a compreensão sobre os processos que cercam as relações de gênero não pode estar restrita ao sujeito que “protagoniza”/materializa de forma mais evidente o problema de pesquisa. É necessário compreender o processo das performatividades de gênero no jogo relacional em perspectiva social, cultural e institucional onde se insere este sujeito. Sendo assim, destacamos a articulação feita pela equipe do projeto sobre a dimensão dos sujeitos envolvidos nessa proposta desde suas edições anteriores, que nos oferece um amplo espectro de compreensão do sujeito de nosso estudo em sua relação com o espaço escolar – plano institucional onde se situa:

Escolas Públicas Estaduais e Municipais da Grande Florianópolis. Nº de Escolas já Beneficiadas, entre 2007 e 2009: 20 Nº Professoras(es) diretamente Beneficiadas(os) entre 2007 e 2009: 80 Nº Alunas(os) diretamente Beneficiadas(os) entre 2007 e 2009: 393 Nº Estimado de Escolas a serem Beneficiadas neste projeto: 6 com a realização de oficinas. Além daquelas que serão indiretamente atingidas por via da participação dos concursos de cartazes e redações contra a homofobia, lesbofobia e transfobia, conforme previsto na presente proposta. Nº de Pessoas a serem Beneficiadas: diretamente pelo projeto Aproximadamente 630 pessoas, entre professor@s e alun@s O principal, é o de estudantes de 14 a 18 anos, de escolas públicas de Florianópolis. Espera-se atingir diretamente, em 2011, 600 estudantes, em seis escolas, cada qual com um número estimado de 100 alun@s participantes, de três diferentes turmas. Assim também, espera-se atingir um público de aproximadamente 30 professores diretamente vinculados as turmas com as quais trabalharemos. Também pensamos atingir públicos maiores de professores, a partir de palestras e oficinas a serem realizadas em parceria com as Secretarias de Educação Estadual e Municipal e através de parcerias com outros projetos do MEC desenvolvidos pela equipe do NIGS, como o Curso de Educação a Distância

Gênero e Diversidade na Escola, cuja coordenação em Santa Catarina está a cargo da Profa Miriam Pillar Grossi, coordenadora também deste projeto. A escolha das escolas está relacionada com a existência de várias parcerias e projetos já desenvolvidos pelo NIGS, conforme anteriormente demonstrado. Inevitavelmente, há um número inestimado de pessoas que fazem parte das comunidades ligadas às escolas (...) (GROSSI et al, 2010)

As atividades de nosso projeto de pesquisa e plano de trabalho estarão sendo concebidas em articulação direta com estudantes de graduação que desenvolvem atividades junto ao NIGS, conforme as articulações já previstas também no projeto *Papo sério* (GROSSI et al, 2010). Proposta esta que amplia as possibilidades de formação de estudantes e contribui para o aprimoramento do exercício da prática docente para o proponente desta proposta (na articulação ensino-pesquisa-extensão).

3. PROBLEMATIZANDO JUVENTUDES, GÊNERO, SEXUALIDADE, “RAÇA” E CLASSE SOCIAL NA PRODUÇÃO DA IDENTIDADE E DIFERENÇA

Esta proposta de estudos se associa aos trabalhos que demonstram a relevância em compreender atributos de (re)definição e embelezamento corporal (VIGARELLO, 2006) em relação a gênero e sexualidade. Acreditamos que pedagogias da sexualidade e de gênero (LOURO, 2000) se agenciam em distintas instâncias de relação social, podendo oferecer-nos desta forma entradas de problematização importantes para compreender os jogos de (re)definição corporal das masculinidades. Estamos diante de algo que “não é simplesmente uma prática ritual: é um dos rituais maiores pelos quais os sujeitos são formados e reformulados” (BUTLER, 2004a [1997], p.247). A realidade como a natureza é tensionada na paródia de gênero, já afirmara Judith Butler (2007 [1990]).

Não faz mister afirmar que estes elementos que trabalham na definição do corpo não são veiculados e/ou vividos de mesma forma para todas as pessoas e culturas. Eles assumem formas distintas de acordo com atravessamentos de classe, “raça”, etnia, idade e desde o lugar onde vive este sujeito. Nesse sentido explicitamos que o que as

pedagogias de gênero fazem é oferecer formas, modos e programas para fixar as representações ou garantir que determinados modos de organização social e hierarquizações humanas sejam estabelecidos. O que significa dizer que o aprendizado do gênero e da sexualidade são exercidos cotidianamente e que se valem de elementos (signos) que se organizam na produção de representações – ou planos de inteligibilidade, seguindo os passos de Butler.

Abre-se neste sentido a possibilidade e a necessidade de entender a Educação (nosso campo privilegiado de interlocução e trabalho) não unicamente enquanto instituição escolar e/ou currículo (SILVA, 2007). Acreditamos que a escola se constitui como um terreno de disputas de representações e como um plano onde difusas pedagogias culturais circulam e organizam as políticas de ensino produzidas na relação viva de uma sociedade. A escola não é o único espaço institucional ou social onde estas disputas de significados se dão. Mas é ela seguramente um importante contexto político cultural, que vive desde seu interior as tensões do mundo e a aridura das epistemologias do mundo e das políticas de gestão da vida humana (FOUCAULT, 1976). A escola guarda em seus currículos, sua forma de gestão, suas práticas pedagógicas, resíduos disciplinares importantes permanecendo ainda colada a linhas de gestão da vida produzidas no rastro do projeto moderno. É desta reflexão que resulta nossa perspectiva em conceber a educação escolar como um terreno onde a teoria e o currículo devem ser pensados de forma plástica e dinâmica, construídos em atenção às tensões e os desafios locais e globais.

Aprendemos a ser homens ou mulheres e aprendemos a conhecer (aprendemos a aprender) enquanto homens e mulheres. Re/conhecemos homens ou ser mulheres e o que é feminino e masculino por meio das mais diversas instâncias sociais. Mas a escola é seguramente um dos espaços mais derrisórios nestas aprendizagens. Simplesmente por uma contingência política de estado: é um espaço “obrigatório” (constitucionalmente) para crianças e jovens. Trata-se de um espaço que se ocupa de gerir parte da infância e parte da juventude, criando os corpos, marcando os gêneros e agenciando desejos e vontades. A escola oferece programas simbólicos para o gênero, a sexualidade, para a “raça”, para a idade. É um espaço de aprendizagem sobre identidade e diferença. Um espaço que produz (materializa no saber que produz) identidades e diferenças. Questões de gênero, sexualidade, etnia, “raça” e classe nesse aspecto são muito mais do que desafios pragmáticos para uma sociedade como a brasileira, elas oferecem bases para epistemologias e para as formas de educar para e desde a democracia.

Afinal, por que pesquisar algo tão particular como a produção e estetização do corpo de homens jovens no campo da educação? Uma resposta possível pode ser a de que se o corpo é modificado, é ressignificado ou é tomado como estranho (LOURO, 2004), é justamente porque ele é disputado como superfície de controle e para gestão da vida. O poder somente pode ser pensando através da resistência, afirma Foucault (1976).

Dessa forma sustentamos a hipótese que vem do entrelaçamento do pensamento de Judith Butler e Michel Foucault: o fato de que produzimo-nos como sujeitos reconhecidos socialmente não unicamente pela materialidade visível (e acabada) de nossos corpos, mas pelo traçado discursivo (os enunciados) que ficciona (fabrica) o corpo como matéria de inteligibilidades. Logo, se eu interrogo os sistemas/regimes de verdade, eu me interrogo sobre a minha própria “constituição e ontologia”, nos propõe Judith Butler (BUTLER, 2005). Isto é: interrogo-me sobre meu próprio status ontológico. Como aponta Michel Foucault:

Se o poder atinge o corpo, não é porque ele foi interiorizado inicialmente na consciência das pessoas. Existe uma rede de bio-poder, somato-poder, que é em si mesma uma rede a partir da qual nasce a sexualidade como fenômeno histórico e cultural, no interior do qual, às vezes, nos reconhecemos e nos perdemos.” (FOUCAULT, 2001 [1977], p. 231)

Judith Butler (2005a, b, c, d) nos aporta sobre a incondicionalidade do outro, no sentido em que não posso viver totalmente às expensas da interpelação do outro e tampouco posso viver sem interpelar o outro desde alguma posição (genericada, “racializada” ou de classe social, por exemplo). Portanto, diante da cena social que regra o reconhecimento, quando demando re/conhecimento ao outro, trata-se de saber quem afinal é esse outro e referenciado em que figura do humano está constituída esse outro que deve me reconhecer.

Consideramos nesta proposta de estudos uma análise sobre os modos pelos quais homens jovens aderem e (re)produzem significações de masculinidade através de movimentos de estetização corporal, que podem funcionar como estratégias de resistência aos padrões hegemônicos de masculinidade ou reificar formas, modos e hierarquias de gênero. Nesse aspecto, sempre um modo de reconhecimento parece-nos estar sendo posto em ação. As formas que tomam um corpo jovem

“racialmente” marcado e localizado geo-politicamente, nos parecem apontar para movimentos que refletem a agonística²⁸ (disputa) de significados em torno de marcadores de inteligibilidade e de reconhecimento social de seus pares, mas também anunciam aspectos importantes sobre a desigualdade social. Segundo Foucault (2001 [1982]), se pode observar desde o século XVIII o desenvolvimento de uma reflexão sobre as “técnicas de governo das sociedades” (ele refere às diversas formas de governo: governo dos indivíduos, governo das almas, governo de si sobre si, governo das famílias e das crianças):

Vemos aparecer uma forma de literatura política que se interroga sobre o que deve ser a ordem de uma sociedade, o que deve ser uma cidade, dadas as exigências da manutenção da ordem; dado também que se deve evitar as epidemias, evitar as revoltas, promover uma vida familiar conveniente e conforme à moral. (FOUCAULT, 2001 [1982], p.1089.).

Compreendemos a identidade como um conceito em disputa, tanto no campo teórico quanto no terreno dos ativismos sociais. Ao acolher a proposta de Stuart Hall (2007), segundo a qual as identidades não são fixas, mas são construídas nos discursos e não fora deles, tratamos nesta proposta de estudos de arriscar um tensionamento do conceito de diversidade. Interessa-nos compreender o que pode entrar no jogo da produção da identidade e da diferença, em relação ao amálgama corpo-gênero-sexualidade e idade, em interseccionalidade étnico – “racial” e de classe. Assim, tratamos de sublinhar nesta breve reflexão, desde autores como Stuart Hall, Michel Foucault e Judith Butler, que a identidade e a diferença emergem de jogos de poder e que elas são produtos da marcação da diferença e da exclusão. E não “o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída (...) uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteira, sem diferenciação interna” (HALL, 2007, p.109).

De outra parte, a partir das provocações de Tomaz Tadeu da Silva (teórico caro ao campo da educação), perseguimos uma problematização acerca das diferentes formas de pensar-fazer a educação, que não se

²⁸ Um jogo/disputa que envolve “incitação recíproca e de luta; tratando-se, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente” (FOUCAULT, 1995, p.245).

acomodam na simples figura de um quadro de diversidade, mas que se arriscam a pensar “como se configuraria uma pedagogia e um currículo que estivessem centrados não na diversidade, mas na diferença, concebida como processo, uma pedagogia e um currículo que não se limitam a celebrar a identidade e a diferença, mas que buscassem problematizá-las?” (SILVA, 2007, p. 74). No rastro do pensamento do autor, tomar a diversidade simplesmente como um espaço de destino em que a identidade é compreendida de forma essencializada e cristalizada, ao mesmo tempo em que a diferença tende a ser neutralizada, não nos permite compreender os regimes de poder envolvidos na construção da ‘diversidade de identidades’. Compreender a produção das identidades/diferenças e das hierarquias que as envolvem é justamente compreender os fundamentos do problema da desigualdade e não apenas seus efeitos. Para Tomaz Tadeu da Silva a afirmação da identidade e a marcação da diferença dizem respeito a operações de inclusão e exclusão e de uma divisão: “nós” e “eles”. Nesta perspectiva, isso significa um movimento de classificação que aponta para uma hierarquização (SILVA, 2007) e, eu acrescentaria, para a articulação da produção da abjeção (BUTLER, 2006) – ou o que marca uma sorte de “não sujeito” ou de um objeto-abjeto.

Resulta desta reflexão que categorias tais quais gênero e idade, também podem consideradas em termos de dispositivos (FOUCAULT, 1976) atribuidores de significados e de inteligibilidade à “vida social do corpo” (BUTLER, 2010). Mas não podem ser pensadas fora do contexto cultural onde se (re)produzem. As experiências relativas a distintas performances que os sujeitos realizam em distintos planos de sociabilidade e desde culturas específicas, somente podem ser consideradas desde estes jogos discursivos - que implicam negociações diante das representações atribuídas/ fabricadas em determinadas experiências sócio-político-culturais, formando e oferecendo sentido/inteligibilidade à vida – ao status de humano (BUTLER, 2005). Juventude, homossexualidade, raça, masculinidade e classe social nos ajudam a compreender esses processos de produção de inteligibilidade e as formas de reconhecimento social (BUTLER, 2005) que passam a ser produzidas desde o plano de políticas de estado até o plano micropolítico das formas de vida em distintas formas de comunidade. Neste aspecto nossos associamos a perspectiva de pensar as interseccionalidades diante das objetificações discursivas que hierarquizam e regulam a vida moderna. Segundo Silma Birge (2009) :

L'intersectionnalité renvoie à une théorie transdisciplinaire visant à appréhender la complexité des identités et des inégalités sociales par une approche intégrée. Elle réfute le cloisonnement et la hiérarchisation des grands axes de la différenciation sociale que sont les catégories de sexe/genre, classe, race, ethnicité, âge, handicap et orientation sexuelle. L'approche intersectionnelle va au-delà d'une simple reconnaissance de la multiplicité des systèmes d'oppression opérant à partir de ces catégories et postule leur interaction dans la production et la reproduction des inégalités sociales. (p.70)

Compartilhamos dessa forma a premissa de que a idade pode ser pensada como uma categoria política, histórica e contingente como são gênero, classe social, sexualidade ou 'raça'. O que significa dizer que a idade organiza a vida ao conferir status de 'humanidade' em diferentes formas e condições político-culturais, no mesmo instante em que gênero e sexualidade se tornam visíveis e possíveis nesta trama discursiva (ao fixar as possibilidades para cada idade da vida).

No caso desta proposta de estudo, há uma problematização em relação à(s) juventude(s), tomando como aporte a perspectiva de Bourdieu (1978) no que ele se refere à disputa sobre o domínio dos sujeitos e a todas as suas divisões arbitrárias, erigidas a partir de conceitos e práticas regulatórias. Afinal, o que marca, define ou constitui a juventude? De uma forma simplista, pode-se defini-la enquanto um momento da vida, situado entre a infância e a vida adulta. Um "limbo" marcado socialmente pelas prerrogativas que determinam o lugar do infante e o do adulto e em negativo: não mais criança, ainda não adulto. E em muitas situações um limbo perverso cercado pela precariedade de políticas públicas para a juventude. Isto é, o cerco da ausência do Estado.

A partir de Bourdieu (1978) é possível pensar que estas classificações por idade (mas também por sexo e também por classe) remetem-nos sempre à imposição de limites e de produção de uma ordem pela qual cada um deve se fixar, na qual cada um deve se colocar em seu lugar. Ou seja, segundo Michel Foucault, através de quais relações o sujeito se constitui historicamente como experiência, nas múltiplas objetivações que os situam como jovens, velhos, homossexuais, loucos, doentes, mulheres, homens, desviantes, trabalhadores.

Compreender as diferentes expressões da juventude no seu direito pleno de cidadania implica em compreender sua possibilidade de emergência neste mesmo processo histórico. Para Valérie Daoust (2005) a valorização do corpo juvenil sempre esteve presente nas sociedades ocidentais que se pautam num modelo de “constituição de si” na perspectiva de um “consumo de si”, circunscrevendo e limitando a alteridade em um movimento no qual o sujeito expulsa de si tudo o que há de “negativo” e de assimétrico, numa inspiração narcisista de relação. Restando, portanto, o corpo “imaculado”, sem ranhuras (rugos), ou seja, um corpo limpo de marcas. A autora afirma que nossas sociedades contemporâneas são obcecadas pela juventude. E aponta que a lógica discursiva que define a juventude está ligada a uma concepção de sexualidade que não faz unicamente referência à beleza, mas à atividade sexual, à possibilidade deste corpo “novo”.

No entanto, uma contradição revela a agonia do olhar incansável sobre este corpo saturado de sexualidade e ao mesmo tempo inundado de regulações e de práticas normalizantes. A exaltação e espetacularização do “corpo jovem” nas sociedades ocidentais pós-industriais vêm acompanhada da regulação das suas experimentações – escolhas profissionais e maioridade sexual, transformação do corpo, “controle da gravidez” e a diversas expressões de tutela estética sobre os piercings, cabelos, tatuagens, estilos de moda, etc. – mas com medidas e pesos distintos de acordo com a origem social dessas e desses jovens (POCAHY, 2007). Isto é, de acordo com interseccionalidades de classe social ou “raça” as experimentações (e/ou a iniciação) da sexualidade de jovens ditos “periféricos” passa a ser compreendida sob o viés perverso da patologização da pobreza: corpos potencialmente “promíscuos”, “corrompidos” e viciados” pela “desestruturação familiar” resultante da pobreza. A patologização da pobreza delimita possibilidades para o corpo de jovens “periféricos” e não hegemônicos (o avesso das vidas jovens a serem “preservadas” – jovens brancos/brancas e de camadas média e alta da população). De uma parte, associa-se à desestruturação, e de outra oferece-se como um “fetiche social”, especialmente se considerarmos a objetificação a que muitos jovens estão submetidos, como no caso de jovens profissionais do sexo, cuja predileção de muitos clientes (POCAHY, 2011) se pauta na referência à virilidade que vem da periferia.

O estudo realizado por Miriam Pillar Grossi et al (2009) corrobora essas representações sobre a iniciação sexual de jovens e sobre as representações sobre a sexualidade juvenil na interseccionalidade de classe social:

Segundo professores e funcionários das escolas, as práticas sexuais seriam comuns entre alunos muito jovens e aconteceriam frequentemente nos seus locais de moradia, pela falta de outras perspectivas de vida ou mesmo de atividades culturais ou de lazer em suas comunidades. Aliada a esta “sexualidade precoce”, também era observada a existência de forte consumo e venda de drogas, sendo que sexualidade precoce e drogas seriam dois lados de uma mesma moeda, ambas vistas como consequências de situação de vulnerabilidade social, com a qual a escola não tem condições de lidar. (GROSSI et al, 2009, p.90)

Outro fator corrobora nosso entendimento sobre a perspectiva de descolar as juventudes dos paradigmas “desenvolvimentistas”, especialmente aqueles de cunho normativo presentes em certas perspectivas psicológicas e/ ou pedagógicas, quando o tema é a iniciação sexual, vem da ideia de Bourdieu (op. cit) acerca dos lugares que cada sujeito deve ocupar diante das classificações por idade. Nesta rama de representações normativas sobre a sexualidade, pobreza e “raça” podemos observar no trabalho de pesquisa realizado Grossi et al (op. cit) outro argumento contundente:

A constatação de que os alunos estão “aflorando” pode denotar que existe algo já instituído no seu interior e que há, de maneira geral, um “tempo específico”, já demarcado, para que o desejo e a prática sexual aconteçam. Qualquer alteração neste ciclo tido pelos sujeitos como “natural” foi percebida pela maioria das educadoras e educadores como algo que estava indo “rápido demais” para a idade de alunas e alunos. (GROSSI et al, 2009, p.92).

Distintas são formas de perceber o “afloramento” da sexualidade das juventudes. Assim como distas são as formas de representação da iniciação sexual de acordo com o gênero (BOZON, 2009). Não traz novidade que a iniciação sexual dos meninos não porta as mesmas regulações que aquelas que cercam as experiências de meninas. Cabe recordar que estas formas de entendimento distam de acordo com o

aspecto de classe social. Os regramentos e as formas são tão objetificantes uns quantos os outros, mas portam possibilidades de contestação mais presentes em uma classe social do que em outra.

Mas o que podemos indicar como elemento profícuo nesta reflexão sobre a iniciação sexual está na hipótese de as práticas corporais (definição e delineamento corporal) funcionam como elementos de que fazem ou que evidenciam que esta corpo “jovem” está sendo preparado e/ou já entrou nos jogos do exercício da sexualidade. O embelezamento, as práticas de evidenciamento e de ressignificação de determinadas partes do corpo (seios, músculos, coxas, braços, cabelos, boca). “Bota-se” corpo, põe-se o corpo em evidência, “cuida-se do corpo” como forma de ocupar uma posição nos jogos da sexualidade. No entanto, as formas como homens e mulheres fazem este movimento são distintamente marcadas. Se para os homens a exibição de músculos, abdômen, exibição de partes íntimas do vestuário, posiciona esse sujeito como um corpo a ser desejado, o mesmo poderia ocorrer com as mulheres (no uso de determinado vestuário, por exemplo), mas não sem uma hierarquia. Segundo Meyer e Damico (2006):

(...)determinadas práticas corporais que as jovens desenvolvem para cuidar do corpo, entendendo-as como práticas informadas por, e sintonizadas com, regras de normalidade socialmente instituídas e legitimadas no interior das quais o corpo emerge como território e, ao mesmo tempo, como um potente operador de diferenciações: ele é entendido e vivido tanto como o lugar de inscrição da identidade e da diferença quanto como referência de sistemas de classificação e hierarquização social. (p.107)

O modo como meninas e meninos são percebidos no exercício de sua sexualidade ainda apresenta hierarquias indelévels. As meninas que ousam “protagonizar” suas sexualidades através de práticas de embelezamento corporal ou de práticas de investimento afetivo-sexual seguidamente são tachadas de “piranhas”, “fáceis” e “disponíveis”. De acordo com a pesquisa realizada por Grossi et al, observa-se um jogo de regulações e disciplinamento dos desejos de meninas tendo sobre “sua conduta pessoal um maior rigor em matéria de cuidado com o comportamento sexual do que os jovens meninos.”(2009, p.94). As pedagogias exercidas na “feitura” do corpo das mulheres reforça de forma contundente o sexismo e a objetificação dos discursos que

hierarquizam as possibilidades de autonomia e de liberdade das mulheres, que não discursos fixos:

As instâncias dessas aprendizagens podem ser variadas, como as artes femininas – passadas de geração em geração –, os ensinamentos no âmbito familiar, as conversas e críticas com amigas da escola, as diferentes matérias na escola, a publicidade e a mídia em geral.(p.107)

Estas inscrições nos corpos são contingentes, localizados e provisórios como afirmam Meyer e Damico (2006). E elas funcionam tanto para a definição de corpos de mulheres, quanto para a definição de corpos de homens. Quando o corpo feminino é trabalhado de uma determinada forma, significa que ele produz um oposto. Diante das produtivas críticas do pensamento queer (PRECIADO, 2004; BOURCIER, 2005), majoritariamente operamos em nossas sociedades ocidentais modernas através dos binarismos de gênero, inteligíveis através das marcas corporais que nos definem como homens ou mulheres. O cruzamento das fronteiras de signos da representação de masculino ou feminino, através de práticas corporais tem sido mais fluido, mas eles guardam ainda a permanência do regime hierárquico sobre corpos de homens sobre os corpos de mulheres. Perspectiva essa que encontra eco nas representações de professoras/res participantes da pesquisa de GROSSI et al (2009) onde as meninas “(...) são, de certa forma, culpadas pelos comportamentos desrespeitosos praticados pelos meninos.

Nosso estudo segue estas reflexões e avança em uma abordagem particular. Como e de que forma são produzidos os corpos e as significações da masculinidade nos jogos da experimentação da sexualidade juvenil. De que forma a valoração de determinados atributos, formas e definições do corpo cruzam determinadas fronteiras generificadas, re se esse cruzamento significa algum desarranjo nos discursos sexistas e heteronormativos (DUGGAN, 2003; LOURO, 2005).

Quais são as representações de masculinidade que estão sendo acionadas diante de contextos de interação erótica e que tipo de negociações generificadas são possíveis diante dos arranjos na (re)definição do corpo masculino.

4. OBJETIVOS E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Interessa-nos analisar como as representações do corpo de homens jovens se articulam e/ ou são negociados e materializadas na (re)definição corporal e diante dos limites generificantes e a partir da heterossexualidade obrigatória (RICH, 2001; WITTIG, 2001). Ocupamo-nos nesse estudo em problematizar o modo como homens jovens estetizam seus corpos e como esta (re)definição corporal se associa ao exercício da sexualidade. Estes processos de (re)apresentação corporal são pensados por nós desde a perspectiva de interseccionalidade de classe social, “raça” e localidade. Tal viés de análise nos permite uma aproximação mais “realista” na compreensão da produção da heteronormatividade e do hetero/sexismo. O que significa que somos interpelados a pensar os pontos flexíveis na construção e representação das masculinidades jovens em oposição às representações hegemônicas e classistas sobre corpo, gênero e sexualidade. Significa ainda não negligenciar que modos normativos em torno das representações da masculinidade – em direção às mulheres e em direção a outros homens – se fazem de formas distintas de acordo com os contextos sociais e a precarização dos laços sociais e descompromisso do estado.

Acreditamos que através das estratégias de (re)definição corporal generificadas (novos) arranjos estéticos se constituem e disputas em torno das representações de masculinidade se abrem ou se reificam. Estas marcas produzidas ou valorizadas podem estar presentes nas modificações corporais físicas (p. ex.: modelagem muscular, escarnificações, tatuagens, cortes de cabelo e penteados); no estilo e vestuário (moda, utensílios tecnológicos, veículos, etc.); e/ou nas atitudes corporais que operam como materialidades das masculinidades expressas na linguagem falada: vocabulário e expressões; práticas esportivas; lazer e consumo material e de substâncias para a vitalidade e prazer corporal.

Assim, entendendo estas configurações como “práticas de representação” que “inventam sentidos que circulam e operam, nas arenas culturais onde o significado é negociado e as hierarquias são estabelecidas” (COSTA; SILVEIRA et al, 2003, p.23), acreditamos encontrar a possibilidade de entradas de problematização contundentes no campo dos estudos sobre masculinidades, fundamentalmente a partir de interseccionalidades/ ou jogos de poder (marcados nos processos de “racialização, precarização e desigualdade social, idade,(d)eficiências

corporais), situação político-geográfica e “origem social”). Ou seja, como esses marcadores se interseccionam nos modos de “tomar corpo” e de “fazer gênero” nos jogos da sexualidade juvenil?

5. FERRAMENTAS METODOLÓGICO-CONCEITUAIS

Este plano de estudos está sendo concebido a partir do amplo campo dos estudos culturais pós-estruturalistas, marcadamente daqueles inspirados nos trabalhos de Michel Foucault e dos estudos *queer*. Ao procurar promover a produção de outros modos de conhecer, no sentido de uma subversão das políticas de conhecimento hegemônicas, seguimos influenciados, explicitamente, pela perspectiva apontada por Louro (2004) sobre as contribuições dos estudos feministas, gays e lésbicos e dos estudos *queer*:

“Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer vêm promovendo uma nova articulação entre sujeitos e objetos do conhecimento. Não são apenas novos temas ou novas questões que têm sido levantadas. É muito mais do que isso. Há algumas décadas os movimentos e grupos ligados a esses campos vêm provocando importantes transformações que dizem respeito a quem está autorizado a conhecer, ao que pode ser conhecido e às formas de se chegar ao conhecimento. Desafiando o monopólio masculino, heterossexual e branco da Ciência, das Artes, ou da Lei, as chamadas minorias se afirmam e se autorizam a falar sobre sexualidade, gênero, cultura. Novas questões são colocadas a partir de suas experiências e de suas histórias; noções consagradas de ética e estética são perturbadas.” (p.24)

A aposta presente neste plano de trabalho é matizada por uma aproximação com uma nova episteme - estranha ou estranhadora (LOURO, 2004) - em que possibilidades de aprender possam ser abertas, e por onde algumas margens de liberdade no campo da Educação se ampliem, explorando a historicidade das significações de si, da sexualidade e do gênero nas travessias da vida.

Os princípios que definem a metodologia desta pesquisa privilegiaram a perspectiva genealógica de Michel Foucault (1995; 2004) como ferramenta conceitual importante para o trabalho de problematização das condições de possibilidade e de emergência dos discursos - que se opõem e/ou se associam nos jogos de verdade que dão contornos à relação dos sujeitos consigo mesmos, no processo de sua (auto)constituição e experiência de coletividade. Assim, levamos em conta o efeito de raridade dos enunciados – o qual trata de se aproximar da perspectiva de “pensar o ‘valor’ dos enunciados”, valor que não é definido por sua verdade, não é avaliado pela presença de um conteúdo secreto; mas caracteriza o lugar deles, sua capacidade de circulação e troca, sua possibilidade de transformação (FOUCAULT, 2004 [1969]) materializadas nas cenas performativas que imaginamos o campo pode oferecer.

Cabe ressaltar que este não será precisamente um trabalho etnográfico e tampouco teria essa aspiração, dada nossa incipiente relação com a metodologia de pesquisa. No entanto, acolhe-se aqui o devir viajante que inspirou e possibilitou a constituição de um modo de trabalho de campo que tem, hoje, na etnografia, a idéia de um método-pensamento (CAIAFA, 2007) produzido pela Antropologia. Nesse sentido, o movimento de trabalho de campo se configura como experimentação epistemológica que possibilita construir cenas que abrem a problematizações sobre as materialidades discursivas em torno do corpo juvenil e das masculinidades. Acreditamos que o cruzamento das fronteiras epistemológicas propostas pelo pós-estruturalismo e pelas experimentações pós-modernas ajudam a firmar este modo de estar e viver a pesquisa de campo. A proposta a seguir será aquela que se inspira nas proposições de Paul Rabinow (1999) acerca de um cosmopolitismo crítico onde

O princípio condutor é ético. Esta é uma posição oposicionista, desconfiada de poderes soberanos, verdades universais, precisão relativizada em demasia, autenticidade local, moralismo de cima e de baixo. Entendimento é o seu outro valor, mas um entendimento desconfiado de suas tendências imperialistas. Esta posição presta atenção às – e respeita – diferenças, mas também está alerta à tendência de essencializá-las. (p.100)

5.1 METODOLOGIA DE TRABALHO DE CAMPO

Nosso trabalho estará associado diretamente às ações do projeto Papo sério realizado pelo NIGS, em articulação direta com ensino, pesquisa e extensão. Propomo-nos neste momento do plano de estudos à de pesquisa de campo através do acompanhamento, planejamento e execução das atividades do projeto. Objetivamos dos momentos de interlocução com as/os jovens participantes do projeto e estamos nos propondo à realização de oficinas específicas sobre masculinidade, intituladas “botando corpo, fazendo gênero”. Priorizamos trabalhos de grupo com jovens meninos e grupos mistos – meninas e meninos jovens e/ou “pré-adolescentes” – em idade não inferior a 10 anos, mas sem limites etários superiores. Pretendemos trabalhar com jovens matriculados no ensino médio, preferencialmente participantes do projeto Papo sério, mas não unicamente.

O empenho desta proposta se alastrará para observações do cotidiano nas escolas da rede pública em momentos de atividades de espaço livre (não priorizamos o trabalho de observação em sala de aula, salvo em condições específicas). A partir das possibilidades construídas na aproximação com o projeto Papo sério e/ou de outras possibilidades de acesso a estabelecimentos escolares pretendemos realizar um número de visitas e observações a serem realizadas na segunda metade do primeiro período letivo e na primeira metade do segundo período letivo (semestre).

Para isto estamos propondo a realização de no mínimo de 4 e o máximo de 6 oficinas, durante os períodos indicados acima. As oficinas ou grupos de trabalho se constituirão a partir do contato de trabalho direto com a equipe do Papo sério e estarão articuladas ao planejamento do projeto. No mesmo período citado, realizaremos trabalho de observação em no mínimo 2 e no máximo 4 estabelecimentos de ensino médio localizados na cidade de Florianópolis e, eventualmente, na região da grande Florianópolis. Os estabelecimentos de ensino privilegiados não escolas públicas, não se descartando alguma possibilidade de observação em estabelecimentos privados.

Em relação aos aspectos éticos da pesquisa submeteremos nosso projeto ao comitê de pesquisa da Universidade. Temos especial atenção a este aspecto na medida em que estamos trabalhando com jovens que ainda não atingiram a maioridade legal. Consideramos a resolução 196/96, do Comitê de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde, que orienta a pesquisa “envolvendo seres humanos”. No entanto, observamos que a perspectiva disciplinar deste modelo de

regulamentação não atende plenamente às demandas de trabalho de campo envolvendo temas e grupos “sensíveis” ou ocultos. O princípio ético aqui, seguindo as provocações de MacRae, será aquele de atender aos preceitos do rigor e do cuidado em pesquisa, mas salientando que os temas que emergem de nossa proposta se relacionam a aspectos de grande controle e especial atenção moral, sobretudo com jovens menores de idade. Por esse motivo, todos os trâmites serão realizados, mas sem deixar de considerar que o tema de sexualidade sobretudo associado às juventudes muitas vezes encontra seus primeiros desafios de entendimento no campo das distintas moralidades que cercam o fazer acadêmico. Cabe recordar que esta não é uma pesquisa “em seres humanos” (MACRAE, 2006).

Será oferecido à coordenação pedagógica da escola (ou instância responsável) um termo de *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* da pesquisa, considerando-se a autonomia e a responsabilidade das escolas para a realização de ações pedagógicas e para a pesquisa escolar, incluída no seu Projeto Político Pedagógico (conforme LDB 9394/96, que cria condições para o desenvolvimento de ações político-pedagógicas na direção da autonomia da Escola e de seu compromisso ético com a comunidade onde se insere, funcionando como um documento vivo na construção da Escola em seu compromisso de formação cidadã). Segundo Fernando Seffner (2011):

“A escola, vale repetir, é espaço público, objeto de políticas públicas, e nela o convívio respeitoso da diversidade deve acontecer. A mesma consideração aqui feita para questões de gênero e sexualidade vale para diferenças de raça, cor, origem regional, classe social, pertencimento religioso, ordenamento familiar, etc. Todos devem ser respeitados, e cumprir o que dizem o regimento escolar e o projeto político pedagógico da escola, que não pode estabelecer discriminações.”(2011, p.9)

Nesse sentido, o contrato para a pesquisa, associada a uma proposta de extensão, remete os procedimentos éticos para a responsabilidade da gestão escolar, na perspectiva de uma ação pedagógica para o exercício da cidadania plena, através de uma ação reconhecida em seu compromisso com o enfrentamento das violências de gênero e LGBTfobias, dimensões fundamentais para os processos de ensino-aprendizagem e para a cidadania no campo da Educação Escolar.

Todos os passos da realização da pesquisa e intervenção (ação PROEXT – Papo Sério) estarão sendo apresentados e esclarecidos junto à equipe responsável na escola. O TCLE segue em anexo.

5.1.1 OFICINAS “BOTANDO CORPO, FAZENDO GÊNERO”

A partir da análise de oficinas específicas sobre masculinidades denominadas “botando corpo, fazendo gênero”, articuladora da performance narrativa “fazendo a história de M”, figuras de masculinidade local são interpeladas em diferentes posições sociais. Espera-se com essa pesquisa-intervenção a possibilidade de uma compreensão diante dos regimes discursivos da produção normativa das masculinidades e dos dispositivos que as interpelam, cercam e definem. Nesse aspecto, nosso trabalho busca subsídios para a (re)formulação de políticas públicas em Educação, na direção da diversidade cultural e social das juventudes em sua articulação com gênero e sexualidade.

Metodologia

O quê: um espaço de discussão sobre representações de masculinidade e estilização corporal, em perspectiva geracional - através das fases de vida infância, juventude, idade adulta e velhice. Nossa proposta de intervenção oferece aos jovens participantes um espaço de reflexão sobre masculinidades e (inter)geracionalidades, a partir dos marcadores de classe, localidade e em relação ao exercício da sexualidade.

Com quem: jovens estudantes de ensino médio de escolas públicas, em idades não inferiores a 10 anos, com grupo de 30 participantes por oficina, no máximo. Grupos por “sexo” e grupos mistos. Quando de grupos divididos entre meninos e meninas, solicita-se ao grupo geral se estão de acordo que pessoas que não se sentirem mais adequadas em um grupo ou outro possam participar do grupo em termos de gênero que lhes diga mais respeito.

Material: revistas diversificadas, papel colorido, tesoura, cola, lã em cores diversas, papel pardo, material de sucata, pincel atômico; aparelho de som, computador portátil e máquina fotográfica (para o registro exclusivo do material produzido).

Como: através da construção de uma narrativa para o menino M, nascido na localidade da escola. A oficina será orientada por três facilitadores, sendo que uma delas ou um deles, fará o registro das narrativas. A oficina terá a duração de 1h30min (20 minutos para apresentação da equipe e objetivos da oficina e apresentação d@s jovens

participantes; 20 minutos para cada uma das 5 etapas seguintes – criação do boneco, construção da narrativa e fechamento)

- Instruções:

O grupo será dividido aleatoriamente (através da técnica de contagem 1, 2, 3 e 4) e organizado em 4 subgrupos, representando a infância, adolescência/juventude, idade adulta e velhice. Sentados em círculo, explica-se aos integrantes que esta proposta demanda deles uma colaboração para o entendimento sobre as possibilidades de construção da história de um sujeito homem, nascido na comunidade local e como esse homem pode ser pensado em diferentes momentos da vida. A partir dessa proposta inicial oferecemos ao grupo as seguintes instruções:

- a) Vocês têm em suas mãos a possibilidade de construir a história de um menino, ao qual inicialmente estamos dando o nome de M.
- b) Gostaríamos que vocês construíssem uma história para M, trazendo inicialmente algumas referências sobre ele: onde nasceu, em que ponto do bairro, região, qual é a origem social de M, sua condição familiar, sua origem étnica, seus atributos físicos (possui ou não algum tipo de deficiência) e outros marcadores. Seria importante pensar o jeito de M, atributos que começam a operar na ‘inteligibilidade’ desse menino no contexto local – exemplo: meigo, agitado, intempestivo, doce, quieto, arteiro, etc.
- c) Para a materialidade de M, faremos 4 figuras (grandes contornos de um corpo sobre papel), em distintos momentos da sua vida. A partir dessa figura “vazia”, vamos “tatuá-la” nele representações de coisas que possam marcar esse tempo da vida (por exemplo, a infância) e preencheremos essa figura com imagens recortadas de revista, para marcar esse corpo com imagens que o apresentarão ao mundo (seus gostos, o lugar onde mora, com quem vive, seu contexto, etc.). E lhe daremos também um rosto. Feito isso, para os quatro grupos, começaremos a construção das narrativas, isto é, contaremos/fabricaremos uma história para M em 4 atos. Antes, decidiremos com todos os grupos se M é um menino afrodescendente, indígena, branco...
- d) A partir desse momento, o primeiro grupo tem em suas mãos a responsabilidade de fazer a vida e construir uma referência para M, como ele vive, com quem vive, algo de sua relação com a família, sua comunidade, o jeito de M, sua aparência, seus gostos, suas vontades e seu jeito de ser e de se relacionar com

as pessoas – como se relaciona com os adultos mulheres e homens, com outros meninos, com outras meninas, etc., na escola e em outros lugares de sociabilidade. Sua aparência: moderno, descolado, careta, sóbrio, etc., usa tatuagens, tipo de visual, etc.

- e) Em algum momento da construção da narrativa, o grupo ao lado oferece algumas provocações a fim de produzir algum estranhamento e novidade na narrativa de M. Para isso, oferecemos um conjunto de questões prévias e questões “vazias”, todas dispostas em uma urna. As questões preparadas serão definidas pelo grupo de *oficineir@s*, a partir do perfil do grupo de jovens, com o objetivo de introduzir questões relativas aos temas que compõem a proposta do projeto Papo Sério (lgbtfobias, sexismo, racismo, performances de gênero, exercício da sexualidade, etc. As questões “em branco” serão produzidas na hora pelos subgrupos de jovens, o que possibilita a produção de questões e problemáticas locais e pertencentes ao grupo local. De mesma forma, *@s oficineir@s* estarão livres para interferir em pontos críticos da narrativa, sobretudo diante das situações que se referem a representações que exigem ser mais bem definidas e às situações que podem ser ampliadas para um melhor entendimento dessa narrativa.
- f) O grupo seguinte assume a adolescência e juventude de M, com as mesmas formas de produzir a narrativa, utilizando como elementos facilitadores as imagens que estão “tatuadas” no corpo do M. E assim em relação aos outros subgrupos (ou “fases” da vida de M).
- g) Concluída a narrativa de M, deixaremos o mesmo sob a responsabilidade do grupo, até que encontremos no próximo encontro com o grupo de meninas e tentaremos compreender as distintas possibilidades de narrativa e modos de ser menino. E, por fim, havendo maior possibilidade de tempo, cria-se uma breve história no grupo misto, com os dois personagens M produzidos pelos dois grupos (o grupo de meninas e o grupo de meninos). Ao término dessa oficina a experiência é avaliada com o grupo de jovens, considerando-se a pertinência do trabalho, seus efeitos, as possibilidades e os limites; articulando o trabalho produzido como elemento para um diálogo com projeto pedagógico da escola e a realidade da comunidade escolar.

6. PLANO DE TRABALHO

1. Atividades previstas:

1 – Análise de bibliografia relativa à educação, corpo, estética, juventudes, masculinidades, “raça”, etnia, classe e localidade.

2 – Participação em seminários, cursos e conferências que abordem a temática do gênero e da sexualidade, no que estes permitam ao pesquisador acompanhar as produções acadêmicas sobre o tema juventude, gênero e sexualidade.

3 – Pesquisa de campo:

3.1 - realização de uma análise sobre as formas de circulação e sociabilidade dos sujeitos jovens pelos espaços institucionais do projeto Papo sério e/ou nos estabelecimentos de ensino da rede.

3.3 - acompanhamento e observação participante das intervenções do projeto Papo sério e de atividades nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual – realização das oficinas “botando corpo, fazendo gênero”.

4 – Estágio: atividades docentes

4.1 – Ministrar disciplinas do curso de graduação em Ciências Sociais com enfoque no campo das relações de gênero e sexualidade, na perspectiva de renovação pedagógica em especial atenção ao projeto Reuni.

4.2 – Ministrar disciplina, seminário ou tópico especial no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social;

4.3 – Co-orientar dissertação e/ou tese realizada junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Antropologia Social.

5. Participação nas atividades pesquisa e extensão do NIGS, através de colaboração com as ações do projeto Papo sério e apoio na realização do II Seminário Homofobia, Identidade e Cidadania LGBTTT. Participar de interlocuções internacionais, com especial ligação com o contexto francês, onde já obtivemos vínculos de pesquisa durante estágios durante o curso de mestrado (através do Programa Brasil-França de Aides, ocasião em que estivemos vinculados à

associação AIDES em Marseille) e desde nosso período de estágio de doutorado na Universidade de Lyon.

6 - Divulgação dos resultados da pesquisa.

6.1 - Produção de dois artigos a serem publicados em revistas qualificadas Qualis A: a) um artigo abordando performatividades de gênero a partir da estetização e (re)definição corporal de homens jovens – construção do marco referencial do plano de estudos; b) um

Artigo referente aos resultados da pesquisa.

6.2 - Comunicação de resultados em eventos acadêmicos nacionais e internacionais, com publicação em anais.

Referências Bibliográficas

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**. n° 225, janvier-mars 2009.

BOURCIER, Marie-Hélène. **Sexopolitiques. Queer Zones 2**. Paris: La Fabrique éditions, 2005.

BOURDIEU, Pierre. La «jeunesse » n'est qu'un mot. Entretien avec Anne-Marie Métaillé, paru dans Les jeunes et le premier emploi. Paris, Association des Ages, 1978, pp. 520-530. Repris in Questions de sociologie, Éditions de Minuit, 1984. (p143154).Ed1992 Disponible em www.hommemoderne.org/societe/bourdieu/questions/jeunesse.html. Acessado em 12/12/2005.

BOZON, Michel. Les âges de la sexualité. Entretien avec Michel Bozon par Marc Bessin. La tyrannie de l'âge. **Mouvements**, n° 59, juillet-septembre. La Découvert: Paris, 2009.

BUTLER, Judith. **Ce qui fait une vie**. Essai sur la violence, la guerre et le deuil. Paris : Editions la Découvert, 2010.

_____. **Défaire le genre**. [2004]. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

_____. **Trouble dans le genre**. Pour un féminisme de la subversion. [1990]. Paris: La Découvert, 2005a.

_____. **Humain, inhumain**. Le travail critique des normes. Entretiens. Paris: Éditions Amsterdam, 2005b.

_____. **Le récit de soi**. Paris: Editions PUF, 2005c.

_____. **Cuerpos que importan**. Sobre los limites materiales y discursivos del sexo. [1993]. Buenos Aires/Barcelona/Mexico : Paidós, 2005d.

_____. **Le pouvoir des mots**. Politique du performatif. [1997]. Paris: Éditions Amsterdam, 2004a.

_____. Faire et défaire le genre. In: **Conférence de Judith Butler donnée le 25 mai à l'Université de Paris X - Nanterre**. Acessado em 16/05/2010. <http://multitudes.samizdat.net/Faire-et-defaire-le-genre>. 2004b.

CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades**. Ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: Editora da FVG, 2007.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel Silveira; SOMMER, Luis Henrique. **Estudos culturais, educação e pedagogia**. Revista brasileira de educação. Maio-ago, 2003, n23, p.36-61.

ERIBON, Didier. **Réflexions sur la question gay**. Paris: Fayard, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Los anormales**. [1975]. Buenos Aires: Fondo de cultura económica de Argentina, 2000.

_____. **Defender la sociedad**. [1976]. Buenos Aires Fondo de cultura económica de Argentina, 2006.

_____. **História da sexualidade**. A vontade de saber. [1976]. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. Les rapports de pouvoir passent à l'intérieur des corps. [1977]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. Espace, savoir et pouvoir. [1982]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. Foucault. [1984a]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. Michel Foucault, une interview: sexe, pouvoir et la politique de l'identité. [1984c]. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

_____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, H e RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A arqueologia do saber.** [1969]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GOELLNER, Silvana. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G; GOELNNER, S; NECKEL, J (orgs). **Corpo, gênero e sexualidade.** Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão.** Florianópolis, p. 1-18, 1998. (versão revisada/2010). Disponível em <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/publicacoes.html>

GROSSI, Miriam Pillar et al.(org). **Representações de Iniciação Sexual e Homossexualidades em Escolas do Ensino Público de Santa Catarina.** Florianópolis: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades/ Universidade Federal de Santa Catarina; PN DST/HIV/AIDS – Ministério da Saúde, 2009

_____. **Projeto Papo sério.** PROEXT 2010 - Edital n° 05. UFSC.

HALPERIN, David. **Saint Foucault.** Paris: EPEL, 2000.

HOCQUENGHEM, Guy. **A contestação homossexual.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 4, out., 1998, p. 103-117.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Um corpo estranho.** Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Heteronormatividade e Homofobia. In Rogério Diniz Junqueira (org.) **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MACRAE, Edward; VIDAL, Sergio Souza. A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social. Dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. 2006, v. 49, nº 2, p.645-666. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP.

MEYER, Dagmar; DAMICO, José. **O corpo como marcador social saúde, beleza e valoração de cuidados corporais de jovens mulheres**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 27, n. 3, p. 103-118, maio 2006

PAIVA, Vera. **Fazendo arte com a camisinha** – Sexualidades jovens em tempos de AIDS. São Paulo: Sumus Editorial, 2000.

POCAHY, Fernando; DORNELLES, Priscila Gomes. Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção. In: **Instrumento**, Juiz de Fora, vol. 12, n.2, p. 125-135, jul./dez.2010.

POCAHY, Fernando. **Entre vapores e dublagens: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRGS, 2011.

_____. **A pesquisa fora do armário. Ensaio de uma heterotopia queer**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional – UFRGS, 2007.

POCAHY, Fernando Altair; NARDI, Henrique Caetano. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. **Revista de Estudos Feministas**, 15(1), p. 45-66, 2007.

PRECIADO, Beatriz. Multitudes queer. Notas para una política de los “anormales”. **Revista Multitudes**/Web/21/05/2004. Disponível em: http://multitudes.samizdat.net/spip.php?article1465&var_recherche=beatriz%20preciado. Accés au 27/05/2008.

RABINOW, Paul. **Antropologia da razão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RICH, Adrienne. Sangre, pan y poesia, Prosa escogida 1979 -1985, Barcelona, Icaria Antrasyt, Mujeres, Voces y Propuestas, 2001.

SEDGDWICK, Eve K. **Epistémologie du placard**. Paris: Amsterdam, 2008.

SEFFNER, Fernando. **Parecer Técnico**. AUDIÊNCIA PÚBLICA. Avaliação dos Programas Federais de Respeito à Diversidade Sexual nas Escolas. 03 de Maio de 2011. Procuradoria Geral da República – PGR Brasília/DF.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

VIGARELLO, Georges. História da beleza. O corpo e a arte de se embelezar, no renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

WITTIG, Monique. *La Pensée straight*. [1992]. Paris: Balland, 2001.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Sra./Prezado Senhor Representante da Equipe Diretiva e/ou de Coordenação Pedagógica da Escola.....

Sua Escola está sendo convidada a participar de uma pesquisa de Pós-Doutorado intitulada “Botando corpo, fazendo gênero” - Representações e práticas de estetização na (re)definição corporal de masculinidades juvenis (entre estudantes de ensino médio de escolas públicas na Grande Florianópolis), que pretende conhecer aspectos relacionados à vivência da masculinidade entre estudantes jovens (homens e mulheres) e suas implicações com o exercício da sexualidade e com as relações sociais mais amplas no espaço escolar.

A participação da Escola será através de oficinas inseridas no Projeto Papo Sério, ação de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, realizada pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), coordenada pela Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi (PPGAS). Essa ação objetiva o enfrentamento das violências de gênero e da lesbofobia, transfobia e homofobia na comunidade escolar. As oficinas que estamos lhes propondo nesse momento destinam a jovens - em idade não inferior a 10 anos - meninas e meninos, e nos auxiliam em nosso estudo sobre masculinidades juvenis. De mesma forma, acreditamos que durante a realização das oficinas as jovens e os jovens terão a oportunidade de discutir temas relacionados aos modos como as masculinidades vão sendo produzidas e de que forma elas se relacionam com a vida da comunidade escolar e nos processos de ensino-aprendizagem, o que em nosso entendimento contribui para a ampliação dos processos de ensino-aprendizagem e para a cidadania educacional.

Asseguramos a confidencialidade das informações fornecidas e a omissão dos nomes dos participantes (Escola, alunas/nos, professoras/res/ e demais integrantes do estabelecimento escolar) quando os resultados forem divulgados para fins científicos desta pesquisa.

A participação de sua escola e a sua colaboração são muito importantes e esperamos que os resultados deste estudo possam oferecer subsídios para a (re)formulação de políticas públicas em Educação, na direção da diversidade cultural e social das juventudes em sua articulação com gênero e sexualidade. Bem como colaborar para a

melhoria de condições das práticas pedagógicas e das relações comunitárias na Escola.

Após os esclarecimentos acima, eu, _____, aceito participar voluntariamente desta pesquisa, autorizando a sua realização nesse estabelecimento escolar.

Assinatura da/do Responsável da Escola

Assinatura do Pesquisador Responsável

Pesquisador Responsável: Fernando Altair Pocahy, Psicólogo, Mestre em Psicologia Social e Institucional, Doutor em Educação e Pós-Doutorando em Antropologia Social.

Telefone para contato: (telefone institucional)

Florianópolis, __/__/__.